



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO

---

ARIADNY BEZERRA

**SUPREMO ESCÂNDALO: O CASO JOANNA PASSOS E O EXERCÍCIO  
DO MAGISTÉRIO NO ESPÍRITO SANTO NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

VITÓRIA  
2019



Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO

ARIADNY BEZERRA

**SUPREMO ESCÂNDALO: O CASO JOANNA PASSOS E O EXERCÍCIO  
DO MAGISTÉRIO NO ESPÍRITO SANTO NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração Docência, Currículo e Processos Culturais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Helena Silva Simões.

VITÓRIA  
2019



Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

B574s Bezerra, Ariadny, 1990-  
Supremo Escândalo : o caso Joanna Passos e o exercício do magistério no Espírito Santo no início do século XX / Ariadny Bezerra. - 2019.  
163 f.

Orientadora: Regina Helena Silva Simões.  
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Educação - História. 2. Professores - Formação. 3. Professoras. 4. Ensino Primário. 5. Coronelismo. 6. Brasil. I. Simões, Regina Helena Silva. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

## ARIADNY BEZERRA

### “SUPREMO ESCÂNDALO”: O CASO JOANNA PASSOS E O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO NO ESPÍRITO SANTO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 23 de maio de 2019.

#### COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Regina Helena Silva Simões  
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Janete Magalhães Carvalho  
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Maria Alayde Alcantara Salim  
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor José Gonçalves Gondra  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes). Portanto, agradeço a oportunidade de ter sido bolsista dessa fundação nos dois anos de duração do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, considerando esse recurso como importante instrumento para a realização de produção científica no Brasil em diversas áreas de atuação.

Agradeço à minha orientadora, Regina, por todos os anos de parceria, confiança, aprendizados e conhecimentos adquiridos desde a graduação, seja nas aulas e nas orientações de iniciação científica, seja no trabalho como bolsista da Secretaria da Sociedade Brasileira de História da Educação. Sou grata por todos os conselhos, instruções e provocações feitas durante o processo de pesquisa e de escrita desta dissertação, que muito contribuíram para o desenvolvimento de um trabalho cuidadoso e comprometido com a produção historiográfica na área da Educação capixaba e brasileira. Para mim, Regina é um exemplo a ser seguido por sua responsabilidade, humanidade e compromisso ético como pesquisadora, profissional docente e como mulher.

Agradeço aos membros do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe) pelos incentivos, sugestões de leituras, pelas reflexões e aprofundamentos sobre a historiografia, principalmente acerca do método indiciário da micro-história italiana, sobre a qual nos debruçamos em nossas pesquisas e produções, e também por me ensinarem, de maneira fraterna e solidária, a me constituir como pesquisadora. Especialmente, agradeço à professora Rosianny Campos Berto por ter me guiado nos meus primeiros passos no ofício de historiadora, em meu processo formativo na graduação e no mestrado, por ter sido tão generosa, dedicada e atenciosa ao me ajudar a preparar a apresentação de defesa desta dissertação. Minha gratidão também à professora Elda Alvarenga por todos os aconselhamentos, ligações atendidas, indicações bibliográficas, dúvidas esclarecidas e por contribuição com sua Tese de Doutorado, uma importante referência para a investigação sobre a história do magistério feminino e que compõe a revisão de literatura e a problematização da temática abordada neste trabalho.

Agradeço aos meus familiares (Andréa Antollini Grijó, Andrei Grijó Chagas Neto, Charles Perim da Cruz, João Carlos Borba Oneda, João Carlos Simonetti Junior, Maria Dirce Gomes Pinto, Mário Luiz Gomes Pinto e Rosa Maria Gomes Pinto Filha) por todo apoio e auxílio, psicológico, afetivo ou financeiro, no que tange aos desafios impostos em relação à minha opção de seguir a carreira acadêmica e por todos os investimentos em meu processo formativo.

Agradeço ao Cartório Sarlo e à sua tabeliã substituta Marusa Pereira da Motta pela gentileza em auxiliar nas minhas buscas de fontes cartoriais.

Aos membros da banca pela leitura atenciosa e empolgada e por todas as sugestões e correções que me instruíram para a melhorar esta dissertação.

À Alina Bonella pela revisão cuidadosa e profissional deste texto e por todos os aprendizados sobre escrita acadêmica que vem gentilmente me fornecendo desde 2010.

## RESUMO

Investiga o processo demissional e a inconformidade da professora Joanna Passos, no contexto da Reforma Educacional de Gomes Cardim (1908-1909), no Estado do Espírito Santo. A partir dos desdobramentos desse episódio, entendendo a constituição da profissão docente como um processo carregado de imposições, mas também de lutas, conflitos, resistências e recuos, problematiza o controle exercido sobre a docência, em meio às relações de força que atravessaram o exercício do magistério capixaba, na coexistência do coronelismo local e dos ideais de modernização republicana durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912). Utiliza como fontes documentos emitidos pelo governo, registros cartoriais e periódicos jornalísticos da época, analisados a partir de teorizações de Carlo Ginzburg (1989, 2002, 2005) e Giovanni Levi (2000). Em linhas gerais, a inconformidade da professora diante da sua demissão, sob a acusação de má conduta moral e de incompetência no exercício profissional de magistério, evidencia normas de vigilância instituídas pela Reforma Educacional de Cardim e Monteiro, que sustentavam e priorizavam a moralidade como mecanismo fundamental de controle da docência, em detrimento de exigências relacionadas com a habilitação profissional. Deixa ver, também, traços do favorecimento político e do nepotismo no preenchimento de cargos públicos da educação local. Finalmente, ao confundir aspectos da vida pública e privada de professoras, as formas de controle sobre o exercício da docência comprometiam a constituição dessa categoria como profissão. Por outro lado, a inconformidade de Joanna Passos, estampada na imprensa local, estimulou manifestações públicas a seu favor nos meios jornalísticos locais, sugerindo que, ao resistir a essas formas de controle, a iniciativa da professora serviu de estopim para que outros indivíduos se posicionassem contra o autoritarismo do governo Jerônimo Monteiro. Em última análise, conclui que a complexidade e a abrangência das estratégias (LEVI, 2000) jogadas por Joanna colocaram na berlinda, aos olhos da população, efeitos perversos do mandonismo do governo local que comprometiam a prestação de serviços públicos, como a educação.

Palavras-chave: Magistério Público. História da Educação do Espírito Santo. Feminização do magistério. Constituição da profissão docente.

## ABSTRACT

Investigates the dismissal process and the nonconformity of the teacher Joanna Passos, in the context of the Educational Reform of Gomes Cardim (1908 – 1909) in the state of Espírito Santo. From the unfolding of this episode, understanding the constitution of the teacher profession as a process charged of impositions, but also fights, conflicts, resistance and retreats, this work problematizes the control exercised over teaching, in between the strength relationships that overpass the capixaba's teaching process, in the coexistence of local 'coronelismo' and the ideals of republican modernization during the Jerônimo Monteiro government (1908 – 1912). It uses as sources issued documents by the government, legal records, journalistic newspapers from the period, analyzed from the theorization of Carlo Ginzburg (1989, 2002, 2005) e Giovanni Levi (2000). In general lines, the inconformity of the teacher against her dismissal, under the charge of moral misconduct and incompetence on the professional exercise of teaching, evidences the rules of vigilance instituted by the Educational Reform of Cardim and Monteiro, that sustains and prioritize the morality as an elementary mechanism of teacher's control, instead of the requirements related to the professional hability. It's possible to see also traces of political favoritism and nepotism in the filling of public jobs on the local education. Finally, mixing aspects of the private and public life of the female teachers, the forms of control over the exercise of teaching disturbed the constitution of those workers as a professional group. In other hand, the nonconformity of Joanna Passos, pressed in the local newspaper, motivated public manifestation in her favor on the local media, suggesting that her resistance against these forms of control were the first step to motivate other people to stand against the authoritarianism of Jerônimo Monteiro government. As the last analysis, the complexity and scope of strategies (LEVI, 2000) played by Joanna in the end placed the bad effects of abuse of authority of the local governor in the front of the eyes of the population and under their judge, showing that it had a bad effect on the public services as education.

Key-Words: Public teaching. History of Education from Espírito Santo. Feminization of teaching. Constitution of the teaching profession.



## LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – FELICITAÇÕES. <i>COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO</i> , 23 DE MAIO DE 1895.....	52
IMAGEM 2 – PROTECTORA DAS FAMILIAS. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 8 DE MARÇO DE 1904.....	56
IMAGEM 3 – ANNUNCIOS. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 24 DE AGOSTO 1895.....	57
IMAGEM 4 – PARABENS. <i>COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO</i> , 25 DE DEZEMBRO 1894.....	58
IMAGEM 5 – PARABENS. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 26 DE MARÇO DE 1895.....	58
IMAGEM 6 – CONTA ALHEA. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 27 DE MARÇO DE 1896.....	58
IMAGEM 7 – CONTA ALHEIA. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 6 DE AGOSTO DE 1895.....	59
IMAGEM 8 – CONTA ALHEIA. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 12 DE OUTUBRO DE 1900.....	59
IMAGEM 9 – SALVE 21 DE FEVEREIRO. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 21 DE FEVEREIRO DE 1902.....	59
IMAGEM 10 – CONTA ALHEA. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 31 DE MARÇO DE 1896.....	60
IMAGEM 11 – SECÇÃO LIVRE. <i>DIARIO DA MANHÃ</i> , 3 DE MARÇO DE 1921.	61
IMAGEM 12 – THEATRO MELPOMENE. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 13 DE OUTUBRO DE 1903.....	63
IMAGEM 13 – THEATRO MELPOMENE. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 24 DE JANEIRO DE 1904.....	64
IMAGEM 14 – EXAMES PRIMÁRIOS DE JOANNA PASSOS. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 27 DE NOVEMBRO DE 1890.....	68
IMAGEM 15 – EXAME PARA O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO. <i>JORNAL OFFICIAL</i> , 11 DE MARÇO DE 1905.....	70
IMAGEM 16 – RESULTADO DO EXAME PARA O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO. <i>JORNAL OFFICIAL</i> , 11 DE MARÇO DE 1905.....	71

IMAGEM 17 – DECRETO N. 299, EXONERA D. JOANNA PASSOS. <i>DIÁRIO DA MANHÃ</i> , 21 DE MARÇO DE 1909.....	75
IMAGEM 18 – CONTRATO DE PROFESSORES (1923).....	86
IMAGEM 19 – A PETIÇÃO DA PROFESSORA JOANNA PASSOS. <i>COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO</i> , 22 DE MAIO DE 1909.....	88
IMAGEM 20 – EXAME MÉDICO. <i>COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO</i> , 22 DE MAIO DE 1909.....	88
IMAGEM 21 – INTERESSE LOCAL. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 23 DE MAIO DE 1909.....	89
IMAGEM 22 – DOAÇÕES MILITARES. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 4 DE JUNHO DE 1909.....	100
IMAGEM 23 - ULTIMA HORA. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 30 DE MAIO DE 1909.....	101
IMAGEM 24 – TRIBUNA LIVRE. <i>COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO</i> , 7 DE JUNHO DE 1909.....	111
IMAGEM 25 – CONTA ALHEIA. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 10 DE JULHO DE 1909.....	115
IMAGEM 26 – APPELLO A HONRA. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 24 DE JUNHO DE 1909.....	115
IMAGEM 27 – INTERESSE LOCAL: ALBUM FAMILIAR. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 4 DE SETEMBRO DE 1909.....	118
IMAGEM 28 – ALBUM FAMILIAR. <i>ESTADO DO ESPIRITO SANTO</i> , 21 DE OUTUBRO 1909.....	118
IMAGEM 29 – ALFAIATARIA RESEMINI & LEONE.....	119
IMAGEM 30 – <i>DIÁRIO DA MANHÃ</i> , 30 DE AGOSTO DE 1910.....	120
IMAGEM 31 – CASAMENTOS. <i>DIÁRIO DA MANHÃ</i> , 10 DE SETEMBRO DE 1910.....	120
IMAGEM 32 – DIVERSAS. <i>DIÁRIO DA MANHÃ</i> , 19 DE SETEMBRO DE 1910.....	120
IMAGEM 33 – SEMPRE OS MESMOS. <i>DIÁRIO DA MANHÃ</i> , 10 DE JUNHO DE 1909.....	122

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>TRILHANDO PASSOS</b> .....	10
1.1	TECENDO DIÁLOGOS.....	25
<b>2</b>	<b>OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA</b> .....	36
<b>3</b>	<b>NO RASTRO DE JOANNA</b> .....	51
3.1	PROFESSORA JOANNA PASSOS.....	70
<b>4</b>	<b>UM CASO SÉRIO</b> .....	83
4.1	A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR.....	102
4.2	JOGANDO ESTRATÉGIAS SIGNIFICATIVAS.....	117
<b>5</b>	<b>A LIÇÃO DA EX-PROFESSORA D. JOANNA PASSOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	126
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	136
	<b>FONTES</b> .....	140
	<b>APÊNDICE</b> .....	147
	<b>APÊNDICE – Árvore Familiar de Joanna Passos</b> .....	148
	<b>ANEXO</b> .....	149
	<b>ANEXO – Habilitação de Casamento Civil de Eugenio de Souza Caldas e D. Joanna Passos (1910)</b> .....	150

## 1 TRILHANDO PASSOS

*No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as 'gestas dos reis'. Hoje é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. 'Quem construiu Tebas das sete portas?' – perguntava o 'leitor operário' de Brecht (GINZBURG, 2005, p. 15).*

Meu interesse por histórias, sejam elas fictícias, sejam científicas, existe desde a infância, principalmente pela Antiguidade e pela mitologia grega, talvez por conta do meu nome. Interesse que cresceu durante a minha trajetória escolar e ocasionou a minha preferência pela disciplina História.

Por isso não foi por acaso que, após ingressar no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo (em 2009/2), adquiri uma profunda afinidade com a disciplina História da Educação II, ofertada em 2010/1, pela professora Regina Helena Silva Simões. Foi quando comecei a aprender o ofício da pesquisa historiográfica e iniciei o aprendizado sobre o processo de análise e levantamento de fontes no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees), com as instruções da professora Dr.<sup>a</sup> Rosianny Campos Berto que, na época, desenvolvia sua tese de doutorado também com a orientação da professora Regina.

A partir de então, minha formação acadêmica se manteve estritamente articulada às pesquisas na área de História da Educação do Espírito Santo. Na iniciação científica, desenvolvi a pesquisa *Processos de escolarização do Estado do Espírito Santo no século XX: explorando percursos na barra da História (1930-1960)* (BEZERRA, 2011),<sup>1</sup> trabalhei como bolsista da Secretaria da Sociedade Brasileira de História da Educação por quatro anos (2011-2015), produzi meu trabalho de conclusão de curso sobre a obrigatoriedade de ensino e cultura escolar no Espírito Santo do século XIX<sup>2</sup> e permaneço vinculada ao Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe) desde o ano de sua fundação, em 2012.

---

<sup>1</sup> Orientadora: Regina Helena Silva Simões.

<sup>2</sup> BEZERRA, Ariadny. *Obrigatoriedade de ensino e cultura escolar na Província do Espírito Santo no século XIX (1848-1886)*. Orientadora: Cleonara Maria Schwartz. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

Assim, o encantamento pela pesquisa e produção historiográfica, propiciado pelos primeiros contatos com as fontes e as visitas ao Apees, foi extremamente marcante em minha formação. No entanto, por estar acostumada com a História política, dos reis e heróis ou dos “modos de produção”, o acontecimento mais marcante desse processo se deu ainda em 2010/1 (segundo período da faculdade, antes mesmo da iniciação científica), quando, a convite da professora Regina, fiz a seleção e a análise de fontes do Fundo de Educação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) para a produção do texto intitulado *Controle, regulação e resistência na configuração da profissão docente no Espírito Santo no Início do século XX: a lição da professora Joanna Passos* (LOCATELLI; BEZERRA; SIMÕES, 2010), artigo no qual indagamos de que maneira o caso da demissão da professora Joanna Passos (amplamente divulgado e debatido nos jornais locais do período) poderia contribuir para se compreender formas de controle exercidas sobre professores e professoras capixabas, na interface com políticas locais, no campo da instrução pública, durante a Reforma Educacional empreendida por Gomes Cardim, nos anos de 1908 e 1909.

Desde então permaneci intrigada com a história dessa professora e, além de revisitar a documentação levantada em 2010, procurei o encontro com novas fontes que revelaram o singular movimento de inconformidade de Joanna sobre a sua demissão e aumentaram meu desejo de pesquisar o tema, a partir da história de uma, aparentemente, simples docente do ensino público primário e ao mesmo tempo tão incomum entre os registros analisados. Contudo, o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado possibilitou explorar o caso de Joanna Passos de maneira mais aprofundada, para retomar questões ainda não esgotadas e novas concepções sobre o exercício do magistério e as suas possibilidades de resistência sobre as iniciativas governamentais que constituíram as diretrizes da docência e as tentativas de controle sobre essa profissão (nas dimensões profissionais e pessoais) no período da Reforma do ensino proposta por Gomes Cardim, durante o governo de Jerônimo Monteiro, no contexto da Primeira República no Espírito Santo.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Somado a isso, observamos que o caso da professora Passos, embora ainda não sistematicamente estudado, aparece com frequência nas pesquisas e publicações da historiografia capixaba – por exemplo, em Simões e Salim (2009), Dias et al. (2008), Bonatto (2005), Vasconcellos (1995), Hees e Franco (2003), Franco (2001).

Joanna atuava como docente na localidade de Regência, da cidade de Cachoeiro de Santa Leopoldina, no Estado Espírito Santo, quando foi demitida, em 1909, sob acusação de “má conduta” e de incompetência no exercício da docência, mas se manifestou publicamente contra a sua demissão na imprensa, afirmando desconhecer os motivos que pudessem desqualificar sua moralidade e competência como professora, motivando a sua demissão. Dizia ser perseguida pelo inspetor Alberico Lyrio dos Santos, que pretendia favorecer outra pessoa, destinando-lhe o posto. Também alegava não ter sido ouvida durante o seu processo demissional, tornando-se vítima de acusações injuriosas – feitas sob os chamados “inquéritos clandestinos”<sup>4</sup> – que levantaram dúvidas, inclusive, sobre a sua virtude.

A situação vivida pela professora Passos indica, então, a estreita relação entre o público e o privado nos assuntos que convergem para o exercício do magistério durante a Reforma Educacional de Gomes Cardim e nos leva a questionar aspectos do processo de constituição da profissão docente, que afetaram as políticas educacionais no período de consolidação dos regimes republicanos no Brasil.

Para responder a tais questionamentos, foi necessário nos remetermos ao século XIX, durante o período monárquico brasileiro, quando se passou a compreender a instrução pública como elemento fundamental para o progresso da nação brasileira e para a construção de um sentimento de cidadania e unidade nacional. Contexto no qual emergiram interesses governamentais, que defendiam a

[...] importância social e política da educação, a sua capacidade de criar um espírito de engajamento civil na população e de aumentar a prosperidade dos Estados e, justamente nesta direção, [...] a necessidade de uma educação pública (de Estado), laica e dirigida a todos os cidadãos [...] (FARIA FILHO, 1999, p. 339).

Nesse sentido, a partir do decreto outorgado por D. Pedro I em 15 de outubro de 1827,<sup>5</sup> que implementou a primeira Lei Geral sobre as escolas de primeiras letras,

---

<sup>4</sup> O termo “inquéritos clandestinos” aparece nos debates travados na imprensa local a partir do momento em que Joanna Passos solicita publicamente o teor do inquérito que causou sua demissão. Esse pedido lhe foi negado por Gomes Cardim, que alegava, inicialmente, a inexistência do inquérito, que só seria divulgado após grande pressão da população capixaba, promovida por meio dos jornais locais.

<sup>5</sup> Inspirado nesse marco, o Decreto Federal nº 52.682, de 1963, oficializou a data de 15 de outubro como o Dia do Professor.

observou-se a institucionalização e uma maior intervenção estatal em relação à organização da profissão docente. A Lei abrangia assuntos diversos, como remuneração, prevendo ordenados iguais para homens e mulheres, mesmo que os critérios para admissão fossem diferenciados no caso das mestras, demissão de professores, prescrições curriculares, métodos de ensino, criação de escolas para meninas etc.:

Art 1º Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias.

Art 2º Os Presidentes das provincias, em Conselho e com audiencia das respectivas Camaras, emquanto não tiverem exercicio os Conselhos geraes, marcarão o numero e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em logares pouco populosos e remover os Professores dellas para as que se crearem, onde mais aproveitem, dando conta á Assembléa Geral para final resolução.

Art 3º Os Presidentes, em Conselho, taxarão inteiramente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 annuaes: com attenção ás circumstancias da população e carestia dos logares, e o farão presente á Assembléa Geral para a approvação.

Art 4º As escolas serão de ensino mutuo nas capitaes das provincias; e o serão tambem nas cidades, villas e logares populosos dellas, em que fôr possivel estabelecerem-se.

Art 5º Para as escolas do ensino mutuo se applicarão os edifficios, que houverem com sufficiencia nos logares dellas, arranjando-se com os utensillios necessarios á custa da Fazenda Publica e os Professores; que não tiverem a necessaria instrucção deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e á custa dos seus ordenados nas escolas das capitaes.

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Cosntituição do Imperio e a Historia do Brazil.

Art 7º Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que fôr julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.

Art 8º Só serão admittidos á opposição e examinados os cidadãos brazileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e politicos, sem nota na regularidade de sua conducta.

Art 9º Os Professores actuaes não seram providos nas cadeiras que novamente se crearem, sem exame e approvação, na fórmula do art. 7º.

Art 10º Os Presidentes, em Conselho, ficam autorizados a conceder uma gratificação annual, que não exceda á terça parte do ordenado, áquelles Professores, que por mais de doze annos de exercicio não interropindo se tiverem distinguindo por sua prudencia, desvelos, grande numero e aproveitamento de discipulos.

Art 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento.

Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórmula do art. 7º.

Art 13º As mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.

Art 14º Os provimentos dos Professores e Mestres serão vitalicios; mas os Professores em Conselho, a quem pertence a fiscalização das escolas, os poderão suspender, e só por sentenças serão demittidos, provendo inteiramente quem substitua (BRASIL, 1827).

Por esse mecanismo, ao se tornar responsabilidade do Estado, a instrução pública permitiria, segundo Faria Filho (1999, p. 137), indicar os “[...] melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre” e, concomitantemente, evitar que esse mesmo povo se “desviasse do caminho”. Nas monarquias, como observa Cambi (1999, p. 197), embora o sistema político estivesse ancorado “[...] numa visão social da figura do rei, o exercício efetivo do poder se distribui capilarmente pela sociedade, através de um sistema de controle, de instituições (da escola ao cárcere, da burocracia ao exército, aos intelectuais) [...]”. Ao mesmo tempo, com as iniciativas governamentais desse período que propunham medidas que intentavam homogeneizar, controlar e hierarquizar a profissão de professor, a docência passou a carregar um importante papel no tocante do cumprimento desses objetivos destinados à escolarização.

Após a abdicação de Pedro I, o Ato Adicional de 1834 (BRASIL, 1834) transferiu para as Assembleias Legislativas Provinciais a responsabilidade de legislar sobre a instrução pública e a criação de estabelecimentos próprios para promovê-la, ou seja, pela organização do ensino primário e secundário, incluindo a formação de professores. O ensino superior continuaria a cargo do Governo Central.

A partir de então foram fundadas as Escolas Normais brasileiras, que ofereciam cursos públicos de nível secundário com o objetivo de formar professores para lecionar nas escolas de ensino primário.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> A primeira Escola Normal do Brasil foi criada em 1835 e estava localizada na cidade de Niterói.



Somado a isso, é importante destacar que, visando ao controle e à conformidade social, a Regência Trina,<sup>7</sup> do início da década de 1830, criou a Guarda Nacional, uma força pública utilizada pelo Poder Central para garantir a ordem e conter manifestações e motins, constituída a partir do contingente populacional espalhado pelas províncias, mas vinculada ao ministro da Justiça. A Guarda Nacional brasileira tomava como modelo

[...] uma instituição congênere existente na França e visava, em princípio, à participação do cidadão. Todos os cidadãos entre 21 e 60 anos e em condições de serem eleitores — portanto com renda anual superior a 200 mil-réis, quando residentes em grandes cidades, e a 100 mil-réis nas demais regiões; escravos excluídos, naturalmente — eram obrigados a se alistar, sendo os cargos de comando eletivos em cada província (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 206).

Segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 206), em virtude desses requisitos que caracterizavam a composição social pelo recrutamento somente dentre os membros da elite, “[...] mais do que uma força cidadã, a Guarda Nacional era um instrumento para garantir a ordem e conter revoltas locais”. Resumindo, centralizava nas elites as decisões políticas em geral, portanto eram elas que detinham o direito de escolher os coronéis e majores de sua legião. Dessa forma, a Guarda Nacional, ao ser constituída de forma tão conservadora, repressiva e atuante, estendeu essa tradição até a Primeira República, sobretudo nas áreas mais rurais do país, o que afetaria diretamente as políticas educacionais em âmbito nacional, incluindo o exercício do magistério.

De acordo com Vasconcellos (1995, p. 69), o “[...] prestígio dos coronéis provinha de sua possibilidade de realizar favores e concomitantemente a [...] política dos governadores repousava sobre o mesmo tipo de lógica [...]”. Essa pirâmide elitista tinha o intuito de manter o equilíbrio do poder e impedia ou dificultava a inserção de outras forças no jogo. Tais relações de poder, por mediações provenientes de favores, facilitavam a ação política dos coronéis. O autor ainda acrescenta que

[...] os baixos níveis educacionais dos homens recém-saídos da escravidão, facilitavam a manipulação arbitrária de dívidas e contas

---

<sup>7</sup>Trata-se do período da história brasileira conhecido como regencial, iniciado em 1831, com a abdicação ao trono de D. Pedro I, quando políticos ocupantes de cargos públicos comandaram o Império, em espera à chegada da maioria de D. Pedro II, antecipada em 1840.

que favoreciam sempre o patrão. Essa massa era a base dos cidadãos que formavam a República dos Coronéis. O novo regime formalmente democrático assegurava as relações de trabalho legalmente livres, mas profundamente retrógradas nas práticas efetivas. Juridicamente, os trabalhadores brasileiros não eram mais escravos, mas eram sujeitos a um sistema de trabalho tão perverso que eles continuaram a ser fortemente vinculados aos seus proprietários. Era sobre essa mesma massa [...] que deveria repousar a democracia brasileira dos militares positivistas e dos coronéis do interior do país (VASCONCELLOS, 1995, p. 65).

Com isso o que podemos observar durante a Primeira República<sup>8</sup> é a ascensão do coronel ao “[...] primeiro plano da cena política. O grande proprietário de terras, o coronel da Guarda Nacional, tomou finalmente as rédeas do poder na política brasileira. Passou a controlar a frágil democracia, que nasceu marcada por forte exclusão popular” (VASCONCELLOS, 1995, p. 59).

Como observa José Murilo de Carvalho (1990, p. 18), os “[...] temas do interesse do indivíduo e de grupos, da nação, da cidadania encarnados na ideia de república estavam no centro das preocupações dos construtores da República brasileira”, formando, segundo Marta Maria Chagas de Carvalho (2000), um país caracterizado por exportar matérias-primas e importar ideias e instituições, tomando como referência modelos republicanos estrangeiros (em especial dos Estados Unidos e da França) que afetavam os parâmetros almejados para os processos de escolarização. Nesses moldes, juntamente com o estabelecimento do controle estatal sobre o ensino, iniciou-se um processo de profissionalização docente, pelo qual se pode

[...] perceber a manutenção das formas e dos modelos escolares elaborados sobre a tutela da Igreja, aos quais se justapõe um novo ‘corpo de docentes’, recrutados e vigiados pelas instâncias emanadas do poder estatal. O que constitui esses docentes em corpo profissional é o controle do Estado e não uma concepção corporativa do ofício. Os ‘antigos’ docentes serão confrontados com um projeto de laicização, mas este, se por um lado os subordina à autoridade do Estado, por outro lhes assegura um novo estatuto sócio-profissional. [...] ao se tornarem ‘funcionários’, também estão garantindo uma independência

---

<sup>8</sup> “De um lado o imaginário social brasileiro não sofreu nenhuma grande ruptura nesse período, já que as camadas dominadas da população continuaram não participando do poder político [...]. O coronel no apogeu de seu poder político, no período conhecido como coronelista, era um personagem sobre o qual pesavam as ameaças, isto porque a vida política começava a ficar mais complexa. Tornava-se necessário manipular os meios fornecidos pelo liberalismo, pelo Estado moderno e por uma sociedade complexa. Era necessário ser moderno para manter a tradição, para dar continuidade ao poder dos clãs e das oligarquias estaduais” (VASCONCELLOS, 1995, p. 59-60).

e uma autonomia [...]. A 'funcionarização' pode ser entendida, pois como um projeto sustentado ao mesmo tempo pelos docentes e pelo Estado, em que aqueles anseiam por se constituir num corpo administrativo autônomo enquanto busca garantir o controle da instituição escolar (VILELLA, 2000, p. 100).

No entanto, apesar dos discursos em defesa de uma educação pública de qualidade, voltada para todos os cidadãos, tudo parecia facilitar a manutenção de uma estrutura social oligárquica durante a Primeira República brasileira, baseada em poderes caracterizados pela vida nas grandes fazendas e latifúndios, por meio de empréstimos, privilégios, negociações e favoritismos que afetavam as políticas educacionais do país. A “[...] solidariedade e o conflito surgem no Brasil como as duas faces da mesma moeda” (VASCONCELLOS, 1995, p. 77) e somadas à violência, constituíram-se como artifícios para a manutenção da estrutura familiar brasileira e formaram parte do sistema coronelista.<sup>9</sup>

Sobre isso, o caso de Joanna Passos, indica que as mudanças modernizantes propostas na Reforma Educacional de Gomes Cardim (entre os anos de 1908 e 1909 – durante o governo de Jerônimo Monteiro), que teve como principal alvo as Escolas Normais capixabas, sofreram influência de ideais iluministas que ora subsidiavam a possibilidade de acarretar avanços no campo dos direitos sociais, ora davam suporte para a manutenção do conservadorismo e da desigualdade social. Para Simões e Salim (2009, p. 189), esse reformador, ao condenar hábitos e costumes, “[...] negando todo e qualquer elemento da cultura popular, [intencionou configurar] [...] uma política – inclusive educacional – de rigorosa expulsão dos grupos populares”, também a partir de iniciativas governamentais que estruturavam medidas e diretrizes para a formação, controle e regulação de professores.

Por esse movimento, ao prescreverem o tipo de conhecimento considerado importante, a partir de descrições sobre o perfil de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade, é possível observar a violência política e moral, o clientelismo e nepotismo como um dos traços do coronelismo largamente utilizados

---

<sup>9</sup> “O coronelismo supõe a decadência do poder privado e funciona como um dispositivo de conservação de seu conteúdo residual. Assim, o coronelismo é sobretudo um compromisso, uma troca de benefícios entre o poder público, progressivamente mais forte, e a influência social decadente dos chefes locais, principalmente os proprietários de terras” (VASCONCELLOS, 1995, p. 67-68).

na sociedade capixaba da época, quando cerca de “[...] 18 membros da família Monteiro ocupavam altos postos na administração” pública (VASCONCELLOS, 1995, p. 163-164). Tais práticas afetavam o magistério local. Pela existência de um forte jogo de influências, professores foram demitidos nesse período, por exemplo, por oposição política, assim como por interesses pessoais do governador, a fim de alocar membros da família ou aliados no corpo docente ou em outros cargos públicos.

Como indica Vasconcellos (1995), é possível encontrar, entre os documentos do Fundo Educação do Apees, produzidos durante a Reforma de Cardim, quantidade considerável de processos de demissões de docentes que atuavam nas escolas capixabas da época, justificados, em alguns casos, muito mais pela conduta moral do que pelo comportamento profissional dos professores ou motivadas por interesses e adversidades políticas.

Entre essas demissões, o caso da professora Joanna Passos ganha destaque por ter sido citado no relatório final de governo de Jerônimo Monteiro e, principalmente, porque entre os professores demitidos de diversas localidades (Santa Leocádia, Itaúnas, Barra do Riacho, Marataíses e Regencia), ela foi única que, ao se mostrar publicamente inconformada, no meio jornalístico, movimentou consideravelmente a imprensa e a população capixaba. Desse modo, sua demissão se tornou assunto amplamente divulgado e debatido em periódicos locais da época, como: *O Cachoeirano: Orgão do Povo – Columnas Francas a todas as intelligencias; Diário da manhã: Orgão do Partido Constructor; Estado do Espírito Santo; e Commercio do Espírito Santo*. A demissão chegou a ser noticiada nos jornais *A Imprensa e Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Simões e Salim (2009, p. 180), salientam que:

No debate público fomentado pela imprensa, falava-se do desrespeito aos direitos da cidadania, do autoritarismo do Poder Público, do desrespeito à honra de uma mulher indefesa e muito pouco, ou quase nada, das habilidades profissionais de Joanna Passos. No relatório do inspetor, confundiam-se argumentos sobre a (suposta) má conduta privada e a irresponsabilidade no exercício do magistério.

Sobre essa estreita relação entre o público e o privado nos assuntos que convergem para o controle da docência, dialogamos com Carvalho (1998, p. 33-34) para

compreender que é no movimento da iniciativa do Estado em se tornar responsável pela educação das massas que, também, a escola passa a ser

[...] concebida como produto histórico da interação entre dispositivos de normatização pedagógica e práticas dos agentes que se apropriam deles. Com os conceitos de *forma* e *cultura* escolares, são postas em foco as *práticas* constitutivas de uma sociabilidade escolar e de um modo, também escolar, de transmissão cultural. Mas também são focalizados, a partir desses conceitos, os dispositivos que normatizam as práticas: dispositivos de organização do tempo e do espaço escolar; dispositivos de normatização dos saberes a ensinar e das condutas a inculcar [...]. São essas investigações que dão sólido suporte a uma história cultural dos saberes pedagógicos interessada na materialidade dos processos de difusão e imposição desses saberes [...].

Para Schwarcz e Starling (2015), nesse processo histórico, algumas mudanças podiam ser observadas, pois enquanto o indígena foi símbolo de construção de uma cultura nacional durante o Império, a partir da República isso se concebe pela figuração de uma mulher heroica, em anúncios de produtos em jornais, ou mesmo nas imagens oficiais:

[...] era agora a figura feminina que representava a República. A associação desse tipo de representação com a República estava presente já na tradição clássica, especialmente romana, mas foi na França, no período que precedeu a Terceira República, que a imagem de Marianne se popularizou. Enquanto nesse país a figura da mulher jovem, de peitos quase à mostra, túnica e barrete frígio — aliando as noções de liberdade, felicidade e fertilidade maternas — se tornou muito popular (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.265).

No entanto, no Brasil, mesmo com a necessidade de estimular o processo de feminização do magistério para atender às demandas da expansão dos processos de escolarização (ALVARENGA, 2018), essa alegoria “[...] fracassou, mesmo em sua versão positivista, espelhada em Clotilde de Vaux: poeta e escritora francesa, musa de Augusto Comte, que o teria inspirado na criação de sua ‘Filosofia da Humanidade’ e logo se transformara em símbolo republicano” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.265). Persistia “[...] um incômodo imaginário monárquico, presente até hoje não só em elementos da retórica patriótica como numa concepção de sociedade ainda impregnada pela mística dos títulos de nobreza, das ordens honoríficas e dos rituais de consagração” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.265).

Contudo, a situação vivida por Joanna Passos ressalta que, apesar do declarado interesse governamental na ampliação dos processos de escolarização, para levar a nação ao progresso e diminuir as desigualdades sociais e a superação da pobreza, tendo o magistério papel importante para o cumprimento desses objetivos, mantinha-se a figura do coronel que

[...] hipotecava seu apoio ao governo estadual na forma de votos, e, em troca, o governo garantia o poder do coronel sobre seus dependentes e rivais, especialmente através da cessão dos cargos públicos, que iam do delegado de polícia à professora primária (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 268).

Consideramos, ainda, que foi no percurso de organização da escola republicana brasileira, com o processo de feminização do magistério, que as professoras estiveram no centro do controle exercido pelos gestores públicos, a partir de demandas moralistas patriarcais e modelos comportamentais elitistas. Torna-se, então, relevante e impossível ignorar uma figura singular como Joanna Passos, que argumentava viver em uma situação de pobreza e necessitava do cargo do qual foi demitida para garantir o seu sustento e de sua família, e ainda assim, num contexto extremamente repressor, conseguiu movimentar a população capixaba a seu favor. Foi uma

[...] jovem normalista e professora, que lutou contra a opressão e dominação a qual as mulheres eram submetidas na época [...], repudiou injustiças e fez oposição ao governador, o que [...] lhe acarretou acusações de má conduta nas suas funções do magistério e em sua vida privada, sendo acusada de ser meretriz (FRANCO, apud DIAS et al., 2008, p. 115-116).

Assim, a movimentação da professora e a repercussão do seu caso nos levou a corroborar a hipótese de que, então, se pode conferir um duplo movimento à institucionalização da profissão de professores no Brasil, pois, a partir da criação das Escolas Normais, “[...] de um lado, o controle estatal se faz mais restrito; de outro, os docentes, de posse de um conhecimento especializado, melhoravam seu estatuto sócio-profissional” (VILELLA, 2000, p. 101). Mais do que isso, na medida em o Estado instituiu meios de formação e “[...] outros mecanismos de conformação dessa profissão” (VILELLA, 2000, p. 101), ao mesmo tempo, ao atuarem como funcionários públicos, mas de um tipo específico, os professores passaram a personificar

esperanças de mobilidade de diversas camadas da população. O exercício do magistério se constitui como categoria profissional carregada de intencionalidade política, devido aos projetos e às suas finalidades sociais.

Portanto, além de analisar o processo demissional de Joanna Passos, propomos perseguir possíveis rastros que nos deem indícios da vida dessa mulher, desde seu processo de formação até sua rede familiar e de sociabilidade, por se constituir como uma figura anômala no conjunto de fontes que convergem para as demissões executadas no período. Juntamente com questões afetas às relações de gênero, ao trilhar os passos de Joanna, procuramos “[...] reconstruir a fisionomia parcialmente obscurecida, de sua cultura e o contexto social no qual ela se moldou” (GINZBURG, 2005, p. 25).

Em face a esse contexto, no qual a escola seria “[...] o meio inventado pela burguesia para adestrar e normalizar o povo [responsável, portanto,] pelo manto de uma igualdade abstrata, que veicula, intactas, as desigualdades herdadas pela reprodução das heranças culturais e pela reprodução do mundo tal qual ele é” (CARVALHO, 1998, p. 11), temos a inconformidade da professora Joana Passos. Sua reação ainda permite identificar as possibilidades de resistência às formas normativas de controle exercidas sobre professores no processo de instituição da Reforma Educacional de Cardim e Monteiro e, também, compreender o processo de constituição da profissão docente como um percurso repleto de lutas e de conflitos. Por acreditarmos que

[...] mesmo um caso limite [...] pode se revelar representativo, seja negativamente – porque ajuda a precisar o que deva entender, numa situação dada, por ‘estatisticamente mais freqüente’ –, seja positivamente – porque permite circunscrever as possibilidades latentes de algo (a cultura popular) que nos chega apenas por meio de documentos fragmentários e deformados, provenientes quase todos de ‘arquivos de repressão’ (GINZBURG, 2005, p. 25).

Ao analisar as tensões provocadas pela inconformidade da professora Passos, no início do século XX, utilizando uma perspectiva ainda pouco explorada em pesquisas desenvolvidas no campo da História da Educação,<sup>10</sup> esta pesquisa pretende, então,

---

<sup>10</sup> “No âmbito dos estudos sobre história da profissão docente, Cynthia Greive Veiga (2012) destaca que, a partir da década de 1990, as pesquisas sobre os professores tornaram-se um tema bastante debatido e pesquisado. Com as novas formas de abordagens da historiografia que se desenvolveram no Brasil,

afastar-se de “[...] narrativas coloniais, que sustentaram a exclusão social e todos os *déficits* historicamente produzidos com base nos privilégios que circunscrevem o acesso ao conhecimento legitimizador de “verdades” universalmente aceitas” (SIMÕES; FARIA FILHO, 2012, p. 33). Na medida em que focaliza, em suas singularidades, relações tecidas no exercício do magistério no Espírito Santo, este trabalho tem como foco o processo de resistência da referida professora.

Para tanto, esta investigação parte de fontes plurais habitadas por “sujeitos ordinários” (CERTEAU, 2002), geralmente obscurecidos e invisibilizados em narrativas totalizantes da história, tomando como referência metodológica e historiográfica as teorizações de Carlo Ginzburg (1989, 2002, 2005) e Giovanni Levi (1996, 2000).

Contudo, objetivamos investigar o processo demissional e o movimento de inconformidade da professora Joanna Passos, evidenciando as relações de força e as singularidades que atravessaram o exercício do magistério capixaba, no contexto da coexistência das forças autoritárias do coronelismo local e os ideais de modernização republicana, para interrogar e problematizar as formas de controle (nos aspectos pessoal e profissional) exercidas sobre a profissão docente no contexto da Reforma Educacional de Gomes Cardim no Espírito Santo.

Especificamente, intencionamos:

- a) analisar a trajetória de formação e de atuação profissional da professora Joana Passos e as relações familiares e sociais tecidas por ela, para compreender o contexto cultural, político e social capixaba, que marcaram o processo de constituição da profissão docente no início do século XX;

---

principalmente a partir da década de 1980, essas pesquisas incorporaram novas categorias de análise e fizeram uso de fontes até então pouco utilizadas. Dentre as categorias incorporadas, evidencia-se a de gênero, que possibilitou a transformação do campo da História da Educação permitindo, por exemplo, entender a ocupação das mulheres no magistério, enquanto fornecia novas chaves de interpretação para a profissão docente; [porém] a autora destaca “a ausência de pesquisas que considerem a elaboração da profissão dentro de um contexto de tensões geracionais e das relações estabelecidas nas dinâmicas de interdependência entre os sujeitos envolvidos no processo educativo” (LACERDA, 2016, p. 12).



- b) investigar elementos de modelização e controle do exercício do magistério que podem ser identificados nos discursos do governador Jerônimo Monteiro, do reformador Gomes Cardim e nos documentos legislativos produzidos pela Inspeção Geral da Instrução Pública no Espírito Santo (1908-1909).
  
- c) explorar o processo demissional e a inconformidade da professora Joana Passos, como elemento indiciário tanto da regulação como das possibilidades de resistência às formas de controle exercidas sobre a docência, no período investigado.

Para responder a essas questões, na próxima parte deste capítulo, intitulada *Tecendo diálogos*, procuramos identificar como o tema desta pesquisa tem sido abordado em teses e dissertações defendidas no âmbito da História da Educação, tomando como referência pesquisas que contribuem para a análise e discussões aqui propostas também pelo diálogo com temas transversais. Trata-se dos trabalhos de Alvarenga (2018), Bonatto (2005), Franco (2001) e Lacerda (2016)

Posteriormente, no segundo capítulo da dissertação, em *Operação historiográfica*, está delineado o processo de seleção, categorização e análise das fontes, assim como constam os referenciais conceituais e teórico-metodológicos que sustentaram o trabalho com as fontes e a proposta historiográfica desta pesquisa. Fundamentada pelo pensamento de Michel de Certeau (2001, 2002, 1988), Marc Bloch (2001), Walter Benjamin (1987, 2001) e, principalmente, Carlo Ginzburg (1989, 2002, 2005, 2007) e Giovanni Levi (1996, 2000), delineamos o processo de seleção, categorização das fontes e iniciamos e aprofundamos nossas análises sobre as fontes jornalísticas que ganharam certo protagonismo na pesquisa desenvolvida.

Nos dois capítulos seguintes, procedemos com o processo sistemático de análise das fontes, para responder aos objetivos da pesquisa. Investigamos elementos de modelização e controle da profissão docente, que podem ser identificados nos discursos do governador Jerônimo Monteiro, do reformador Gomes Cardim e nos documentos legislativos produzidos pela Inspeção Geral da Instrução Pública no Espírito Santo (1908-1909).

Especificamente em *No rastro de Joanna Passos*, procuramos perseguir pistas que indicassem a trajetória de formação e de atuação profissional da professora e as reações e relações sociais tecidas por ela, para compreender aspectos do contexto cultural, político e social do Espírito Santo do início do século XX, que marcaram o processo de constituição docente capixaba, em suas singularidades. Já em *Um caso sério*, analisamos as fontes jornalísticas relativas ao caso demissional de Joanna Passos e seus desdobramentos na imprensa local, entendendo que o processo de resistência da professora, permite problematizar os dispositivos utilizados para controlar a docência durante a Reforma Educacional empreendida por Gomes Cardim e Jerônimo Monteiro. Esse elemento indiciário possibilita-nos visibilizar as relações de força decorrentes das tensões entre a regulação e as possibilidades de resistência existentes no exercício do magistério capixaba do período.

Nas considerações finais desta dissertação, partindo da relação entre a situação vivida por Joanna Passos, no caso de sua demissão, com o conto *A casa de Astérion*, de Jorge Luis Borges (1947), ressaltamos a importância de considerar possíveis interpretações sobre os eventos históricos por diversas lentes, ao problematizarmos as formas de controle exercidas sobre o magistério capixaba do início do século XX, na perspectiva da professora.

Consideramos que o autoritarismo firmemente implantado na sociedade espírito-santense, estritamente articulado ao coronelismo, ao moralismo, aos mandonismos locais, ao patriarcalismo e patrimonialismo, quando havia uma concentração de renda em uma minoria elitista detentora dos poderes, foram determinantes para consolidar discursos governamentais que defendiam parâmetros para a educação, para a formação de professoras e para o exercício da docência, a partir de modelos comportamentais. Visando muito mais à manutenção da família tradicional brasileira e dessa configuração social, para garantir, por meio dos processos formativos, o controle do poder político para/pelas elites, foi possível identificar a violência moral e política como mecanismo primordial para controlar o exercício dessa profissão, resultando na estreita relação entre o público e o privado, que esvaziava e

desvalorizava aspectos fundamentais para a afirmação e consolidação da docência como profissão, principalmente no caso das professoras.

No entanto, apesar de ter sido mantida a demissão de Joanna, valorizamos a importância de sua resitência, pela forma como manifestou inconformidade e pelas “estratégias significativas” (LEVI, 2000) utilizadas por ela, dentro das possibilidades vividas em seu contexto. Sua forma de proceder nos permitiu uma aproximação com o cotidiano de professoras e suas margens de liberdades individuais que se originam das incoerências dos sistemas normativos e que suscitam a mudança social (LEVI, 1996).

## 1.1 TECENDO DIÁLOGOS

Para identificar como o tema proposto foi abordado na historiografia da educação, desenvolvemos uma interlocução com trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) que ajudassem a responder aos objetivos que delineamos. Com esse intuito, buscamos pesquisas com os descritores: exercício do magistério na Primeira República; controle e regulação da profissão docente; e feminização do magistério,<sup>11</sup> utilizando como critério para o processo de seleção, a aproximação com a temática e o recorte temporal proposto por esta dissertação.<sup>12</sup>

Considerando o critério de aproximação temática, selecionamos quatro: a dissertação de Lacerda (2016), localizada na BDTD do Ibict e defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Universidade Federal de Minas Gerais; a tese de Franco (2001), encontrada no Banco de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de

---

<sup>11</sup> Podemos dizer que foi relativamente escassa a quantidade de trabalhos encontrados a partir desses descritores. Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), por exemplo, localizam-se: com o descritor “controle e regulação da profissão docente”, 22 trabalhos; com o descritor “exercício do magistério na Primeira República”, 18; e com o descritor “feminização do magistério”, 27.

<sup>12</sup> Considerando que artigos publicados em periódicos e anais de eventos partem das pesquisas acadêmicas desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação, optamos por analisar como o tema aparece em dissertações e teses, no caso da Revisão de Literatura. Os artigos e livros utilizados como referência para este estudo aparecem tanto na contextualização inicial da dissertação como no procedimento de análise das fontes.

São Paulo; a dissertação de Bonatto (2005) e a tese de Alvarenga (2018) disponíveis no banco de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.<sup>13</sup>

Bonatto (2005), Alvarenga (2018) e Franco (2001) contribuem com fértil diálogo para situar a temática abordada, na medida em que investigam em seus trabalhos aspectos dos ideários republicanos que marcaram o exercício do magistério e o processo de feminização da profissão docente. Adotaram, para o estudo, a análise da inserção das professoras no contexto das políticas educacionais do Espírito Santo, como um processo repleto de tensões.

De acordo com nossa expectativa, a pesquisa com maior articulação com a investigação aqui proposta é a dissertação de Lacerda (2016), na qual essa autora investigou as demandas de moralidade, em relação às professoras da escola primária, no contexto da disseminação do ideário de formação da nação e do cidadão republicano. Tomando como foco casos de perseguição e inconformidade de docentes mulheres no Estado de Minas Gerais.

De todo modo, os autores destacados são unânimes ao afirmarem que, durante a Primeira República, no Brasil, havia um otimismo sobre a educação como possível solução dos “problemas” sociais da nação republicana brasileira, decorrentes do século anterior. Também concordam com a existência de um crescente interesse da população pelos assuntos educacionais e dos poderes governamentais em normatizar e regulamentar os sistemas de ensino em todos os seus aspectos, em nome do progresso da nação.

Os governantes republicanos defendiam “[...] a formação escolar como condição fundamental para o alcance da modernidade por meio do progresso econômico e político da população” (LACERDA, 2016, p. 24), ao passo que a superação da pobreza e da degradação moral do brasileiro ocorreria por meio da educação. No entanto, havia uma evidente contradição a essas prerrogativas, que podem ser observadas no

---

<sup>13</sup> Frisamos que alguns trabalhos encontrados não foram utilizados, pois não estavam disponíveis nas versões físicas ou eletrônicas.

contexto capixaba pela “[...] coexistência de diferentes padrões escolares destinados a [...] diferentes estratos sociais: uma escola voltada para a elite, que atingia os níveis secundários e o superior, e uma escola destinada ao povo, que atingia o nível primário” (FRANCO, 2001, p. 95).

Por essa perspectiva, os autores destacam que, apesar de se observar nos discursos dos governos da Primeira República a preocupação com a melhoria das condições da instrução e da universalização do ensino, a defesa de um sistema educacional vigiado pelo Estado visava muito mais à escolarização como forma de controle e conformidade da população em relação aos interesses governamentais e a manutenção da configuração social vigente.

Sobre o caso do Espírito Santo, Franco (2001, p. 96) alerta que, mesmo reconhecendo a importância da escolarização como instrumento civilizatório de modernização e de progresso nos discursos políticos locais, os investimentos governamentais na área da educação eram sempre restritos, pois “[...] verbas eram sempre ínfimas e não atendiam às necessidades básicas do setor, tais como melhores salários, equipamentos didáticos, reformas e construção de escolas”. Ainda assim, as políticas educacionais se tornaram um meio de controle encontrado pelos governantes, que vislumbravam os processos educacionais como ferramenta para inculcar novas mentalidades, novos modelos e valores; justificar moral e juridicamente objetivos e garantir a legitimação da República Brasileira (FRANCO, 2001). Tal garantia se daria, então, pela regulação da vida coletiva, por meio de instituições como a escola, ao passo que o professor também se torna importante instrumento para a realização desses anseios e se torna

[...] mediador fundamental do processo de construção dos valores morais e cívicos nas crianças. As legislações da época, assim como os debates e os discursos do poder público, enfatizaram o preparo moral e intelectual do professor como garantia da efetividade do processo de formação das novas gerações (LACERDA, 2016, p. 98).

Logo, moralizar costumes passou a ser objetivo do programa modernizador da instrução e se tornou, então, função dos professores e exigência para eles. Lacerda (2016, p. 47) observa que, por essa proposta de escolarização, os “[...] papéis

femininos de esposa e mãe adquirem uma função pública capaz de garantir o ‘correto funcionamento da sociedade’, tendo a população feminina importância relevante no tocante ao estabelecimento da moralidade”, durante os governos republicanos do Brasil. Defende, por isso, a existência da estreita articulação entre a feminização do magistério e as exigências morais às professoras da escola primária com o propósito de formação do cidadão nas primeiras décadas da república

Embora o processo de feminização do magistério primário tenha ocorrido em variados ritmos nos diferentes Estados do Brasil, no caso do Espírito Santo, Alvarenga (2018) conclui, ao analisar as fontes referentes às matrículas dos cursos normais da Capital de 1874 a 1920 (Imagem 1), que o crescimento do número de mulheres matriculadas se deu ao mesmo tempo em que decrescia o interesse masculino pelo curso e que somente na década de 1920 foi possível perceber a total feminização do magistério e do Curso Normal nessa localidade.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA ESCOLA NORMAL E NO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA NO PERÍODO DE 1874 A 1920

Ano	Escola Normal		N. S. Auxiliadora	
	Alunos	Alunas	Alunos	Alunas
1874	4	4	0	0
1908	6	73	0	0
1909	16	80	0	0
1910	10	67	0	0
1916	18	91	0	109
1917	18	89	0	162
1919	19	111	0	174
1920	20	95	0	0

Fonte: Alvarenga (2018)

Conforme Alvarenga (2018, p. 24), no processo de expansão da instrução básica, para ambos os sexos, na medida em que a escolarização confere à educação um caráter que extrapolava o ambiente doméstico, para atender aos padrões sociais desse período, [...] as mulheres foram chamadas para exercer a docência para as meninas, ao mesmo tempo em que, devido à carência geral de professores normalistas, a sua presença se fez necessária também em classes mistas.

Dessa demanda, provocada pelo movimento de expansão do ensino primário, em âmbito nacional e local, e com a necessidade de ampliar o quadro de professores do

magistério público, decorre o processo de feminização do magistério, ao mesmo tempo em que ganha corpo uma corrente que, apesar de não ser unânime,

[...] pregava o magistério como atividade essencialmente feminina. [...] os ideólogos da República defendiam a idéia de que a mulher era a responsável pela constituição das gerações futuras e em consequência pelo futuro da nação. A nação dependeria, portanto, da forma como as mulheres educavam seus filhos e alunos (FRANCO, 2001, p. 83).

Para Alvarenga (2018, p. 22), antes da inserção das mulheres no magistério público primário, elas já ocupavam papéis de “[...] praticantes da ‘ação educativa’ [...] como mães, escravas, criadas, professoras particulares ou preceptoras”. Com isso, também a autora identifica a defesa do ingresso da mulher na docência, estritamente associada às relações familiares maternas.

De acordo com Franco (2001), esse processo, por um lado, contribuiu para a inserção feminina no mercado de trabalho, mas, por outro, previa que, como o sustento da casa era uma obrigação do homem, o trabalho feminino seria, meramente, fonte de um salário complementar, que, portanto, poderia ser menor. A atividade docente “[...] executada apenas em meio expediente [...] garantia que as obrigações femininas domésticas fossem cumpridas no outro” (FRANCO, 2001, p. 87). Ainda que para Alvarenga (2018, p. 229):

No que refere à relação entre feminização e valorização profissional, no caso do Espírito Santo, não foi o ingresso das mulheres que rebaixou o salário do magistério, que já era muito baixo quando da entrada das mulheres na profissão docente. Como observa Vilella, (1992, p. 34), “[...] ao contrário do que se pensa comumente, essa profissão, desde a sua origem (e não só no Brasil), era mal remunerada e desprestigiada socialmente”.

De toda forma, os trabalhos acadêmicos analisados, identificam duas posições: “[...] uma tradicional conservadora, que enaltecia as virtudes domésticas, o lugar da mulher no lar, referendando o domínio masculino na estrutura familiar, e outra progressista, que lutava por reconhecimento dos direitos das mulheres, entre eles, a educação” (LACERDA, 2016, p. 53).

Franco (2001, p. 86) reforça que o acesso da mulher ao exercício da docência era defendido pela ideia de que o magistério feminino era uma atividade de amor, de entrega, de doação – esvaziando, e concomitantemente desvalorizando, os aspectos profissionais dessa atividade. Assim, o magistério

[...] passou a ser visto como um sacerdócio e não como uma profissão. Por ser visto dessa maneira, passou-se a exigir dessa atividade a doação, a entrega: o que se deseja e se constrói é uma profissional da educação dócil, dedicada, não questionadora, e isso [...] serviria futuramente para lhe dificultar a discussão de questões ligadas a salário, carreira, condições de trabalho, entre outras. (FRANCO, 2001, p. 87).

Ou seja, confundiam-se aspectos da vida privada e da vida profissional das mulheres na carreira docente, pois “[...] as demandas morais em relação às professoras constituíram-se, enquanto parte do processo de elaboração da profissão docente, no contexto de formação das novas gerações de cidadãos republicanos” (LACERDA, 2016, p. 47). Ao passo que uma “[...] série de prescrições legais foi estabelecida, associando cada vez mais os padrões de moralidade ao exercício da profissão docente” (LACERDA, 2016, p. 62), em especial para as professoras.

Desse modo, foram produzidos aparatos legais e administrativos que buscavam normatizar e prescrever condutas morais às professoras, que, como vimos, provocavam distinções entre as prescrições nacionais exigidas para o exercício do magistério de homens e mulheres, desde o século XIX. No Espírito Santo, nos primeiros anos da República, essa distinção pode ser observada entre os currículos dos Cursos Normais masculinos (que ofereciam mais disciplinas e todas voltadas para conteúdos estritamente pedagógicos e específicos) e femininos (que ofereciam disciplinas direcionadas para trabalhos manuais e artes domésticas) (Quadro 1):



QUADRO 1 – CONTEÚDO DAS ESCOLAS NORMAIS POR SEXO (1892)

Anos/Disciplinas/Anexo	ESCOLA NORMAL MASCULINA	ESCOLA NORMAL FEMININA
1º ano	Portuguesa e Francês Língua, Geografia e História	Língua Portuguesa e Francês
2º ano	Língua Portuguesa e Francês e Matemáticas Fundamentais	Língua Portuguesa, Francês e Geografia
3º ano	Geografia, História, História Natural e Matemáticas Fundamentais	Aritmética e História
4º ano	Química, Física e Biologia e Pedagogia e Metodologia	Geometria e Pedagogia
5º ano	Química, Física e Biologia, Curso Sistemático de Ciências e Biologia e Pedagogia e Metodologia	-
Anexos	Gabinete experimental como subsidiário do ensino de História Natural e o Curso Analítico de Ciências	Música, piano e canto; desenho

Fonte: Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado do Espírito Santo – 1892 (ALVARENGA, 2018).

Essa mentalidade que sustentava as distinções entre a escolarização feminina e a masculina e entre os cursos de formação de professores e professoras, também seria utilizada para justificar a diferenciação entre os postos que homens e mulheres ocupariam, inclusive nos cargos públicos do magistério, pois:

[...] abandonaram-se as explicações genéticas ou biológicas (antes o homem era tido como superior). Agora as explicações passavam a ser psicológicas. A mulher, por ser mais dócil, submissa, sensível, intuitiva e minuciosa, deveria ser educada para zelar pelo bem dos outros [...]. Deveria exercer, portanto, funções subordinadas, enquanto os homens, por serem mais criativos, agressivos, independentes e fortes, deveriam ter uma educação voltada para o comando (FRANCO, 2001, p. 90).

Nesse sentido, a Reforma Educacional liderada por Gomes Cardim (1908-1909), ao sustentar a importância da formação de professores “[...] ligada ao projeto republicano desses novos coronéis, que, apesar de oriundos de uma estrutura oligárquica, atribuíam à sua administração características inovadoras”, estimulou a presença intensa de mulheres nos quadros docente e discente do Curso Normal capixaba. No entanto, essa “[...] presença feminina não foi capaz de convencer que existira, no

governo de Jerônimo Monteiro, um tratamento ‘respeitoso’ da mulher como profissional” (BONATTO, 2005, p. 59). Já que

Os postos da cúpula hierárquica da Diretoria da Instrução ou mesmo da escola Normal e do Gymnasio não eram ocupados por mulheres. E a exigência da moralidade sugere a existência de um controle da mulher no exercício da profissão a partir de sua conduta na sociedade (BONATTO, 2005, p. 59).

Portanto, Lacerda (2016, p. 69) afirma que, no caso de exercício do magistério do Espírito Santo do início da Primeira República, ao se combinar a organização da escola republicana “[...] com o desenvolvimento da feminização do magistério, as mulheres se tornaram alvo central no controle exercido pelas instituições governamentais, nas quais os cargos de gestão eram exercidos por homens”.

Contudo, “[...] a pressão moral em relação à mulher será ainda mais reforçada no caso delas serem professoras [...] tanto na regulamentação da conduta profissional como no controle exercido pelas populações locais” (LACERDA, 2016, p. 62). Não raro eram provocadas situações de constrangimento às mulheres professoras, por meio da desqualificação de sua prática docente, pelo julgamento de comportamentos morais<sup>14</sup> ou o contrário, já que colocar em dúvida o conhecimento das professoras também era uma das estratégias para desqualificar sua moralidade (LACERDA, 2016). Dessa forma, a situação política coronelista de uma sociedade culturalmente oligárquica e patriarcal favorecia a manutenção dessas práticas e, de modo bastante desproporcional, o poder político dos inspetores e delegados era acentuado pela situação de vulnerabilidade das professoras (LACERDA, 2016) que, por serem mulheres, já ocupavam uma posição frágil na sociedade brasileira do início do século XX.

---

<sup>14</sup> “No contexto da feminização do magistério, o controle do trabalho das mulheres se fez balizado pelos debates higienistas e eugênicos. Desse modo, detecta-se um paradoxo nesse processo. De um lado, o apelo à dócil e frágil natureza feminina, que qualifica as mulheres como naturalmente vocacionadas para o trabalho docente. De outro, a condenação de seu mal comportamento moral, que coloca em questão tal natureza e se apresenta como a legitimadora da produção da ‘imoralidade feminina’” (LACERDA, 2016, p. 88-89).

No Espírito Santo, essa proposta estava articulada a uma poderosa oligarquia, dominada pela elite rural associada à expansão da produção cafeeira<sup>15</sup> que, com o aumento da oferta de escolarização primária e políticas educacionais governamentais, visavam ao “[...] controle da população, sobretudo das populações mais pobres no espaço da cidade” (FRANCO, 2001, p. 82). Portanto, muitas vezes, as exigências de moralidade que recaíam sobre a docência também partiam dos padrões do modo de viver das elites locais. Nessa situação, o comportamento “[...] de resistência aos padrões, se fazia de modo consciente e, na maioria das vezes, relacionava-se às mulheres pobres, que cometiam algum tipo de contravenção, possivelmente motivadas por sua condição de vulnerabilidade” (LACERDA, 2016, p. 56), já que

[...] as prescrições higiênicas e intervenções médicas desse período foram mais direcionadas às famílias pobres, por se acreditar que elas, devido à condição social, precisavam ser educadas física, higiênica e moralmente. Nessa lógica, campanhas profiláticas e educativas foram desenvolvidas de diversas formas. Ainda assim, mesmo com a rigidez das prescrições sociais e das leis, grande parte delas era incompatível com determinadas condições sociais. Por exemplo, para a mulher pobre, devido às suas condições de vida e à necessidade do trabalho, não era possível atender as prescrições morais de não frequentar determinados espaços públicos (LACERDA, 2016, p. 50).

Portanto, para Alvarenga (2018, p. 26), os “[...] primeiros anos da docência feminina não foram fáceis. Já não era fácil para os homens, diga-se de passagem. [...] para além dos baixos salários, a precariedade de materiais, a dificuldade de acesso às escolas, em especial as do interior”.

Sobre a formação de professores em geral, observamos que apesar dos incentivos à expansão das Escolas Normais, essas não atingiam os investimentos necessários; muitos normalistas não ingressavam na carreira do magistério, já que as condições de trabalho eram precárias; os salários eram baixos e havia resistência em migrar para locais mais isolados, onde a moradia era desconfortável.<sup>16</sup> No caso das mulheres, no contexto patriarcal da Primeira República, ainda havia o impedimento

---

<sup>15</sup> “No início do período republicano, o Brasil já era o maior exportador mundial e, no ano de 1903, 95% da receita do Espírito Santo eram provenientes da produção de café” (FRANCO, 2001, p. 42-43).

<sup>16</sup> “Deve-se ainda destacar que, com o desenvolvimento da região, motivado pela crescente exportação do café, houve uma diversificação e um crescimento dos ramos secundário e terciário da economia, fato que abriu possibilidades de oferta de empregos e novas perspectivas de as mulheres poderem optar por outras profissões além do magistério” (FRANCO, 2001, p. 100).

provocado para aquelas que contraíam matrimônio e eram estimuladas a não se afastar de suas famílias (FRANCO, 2001).

Apesar da demanda por uma conduta moral adequada aos professores estar presente em outros tempos históricos, inclusive quando a docência ainda não era considerada ofício de mulheres, com o processo de feminização do magistério ganha destaque o controle de conduta das professoras que ocasionou frequentes climas de “[...] tensão presente nas relações entre as professoras, população local, famílias e gestores do ensino, expresso, principalmente, na prática de expor as professoras a situações de constrangimento público” (LACERDA, 2016, p. 99).

Em contrapartida, para Alvarenga (2018, p. 168),<sup>17</sup> apesar das condições impostas às mulheres capixabas na Primeira República, o acesso à educação possibilitou que algumas delas conseguissem, de alguma forma, “[...] burlar o que socialmente se esperava e foram precursoras dos movimentos pelo reconhecimento dos direitos da mulher”. A autora ainda reforça a tese de que

[...] os ideários republicanos, em relação à instrução feminina, bem como a reivindicação e a luta das próprias mulheres pela ampliação pelo direito à escolarização já apresentavam desdobramentos na primeira década do século XX. Ao que parece, [...] contribuiu para a consolidação das mulheres no mundo letrado e na profissão docente (ALVARENGA, 2018, p. 135).

No contexto capixaba, Joanna Passos representa um desses casos. Ela sofreu ataques contra sua moralidade em seu processo de demissão e alegava ter sido uma pobre moça demitida por conta de interesses políticos e práticas de favoritismos. Para Bonatto (2005, p. 59), foi a vítima mais notória do governo de Monteiro, mas que ao sofrer perseguição do Governo do Estado, reagiu e “[...] tirou o sono das autoridades da instrução pela sua resistência aos ataques a ela dirigidos e pela ousadia [...] defendendo-se das acusações de imoralidade” publicamente nos jornais locais.

---

<sup>17</sup> A tese argumenta que o ingresso das mulheres no magistério se vincula, de modo indissociável, à expansão da instrução básica para ambos os sexos, na medida em que, para atender aos padrões sociais do período estudado, as mulheres foram chamadas para exercer a docência das meninas, ao mesmo tempo em que, devido à carência geral de professores normalistas, a sua presença se fez necessária também em classes mistas.

Por isso a inconformidade de Joanna corrobora a hipótese de que, apesar das expectativas em “[...] tornar a escola mais um espaço e tempo pensados para reprodução do controle sobre as mulheres, o acesso à educação tornou-se um importante instrumento de emancipação e de luta pela libertação feminina” (ALVARENGA, 2018, p. 169).<sup>18</sup>

Ou seja, o modo como propomos analisar a vida e o caso de Joanna Passos, considerando as questões destacadas pelos autores, permite rever alguns dos aspectos das pesquisas sobre a presença das mulheres na docência, pois, como indica Lacerda (2016, p. 99-100):

[...] as produções que relacionam trabalho docente a questões de gênero não problematizaram a docência feminina, considerando a complexidade do processo de escolarização e [...], ainda, que nem sempre os estudos sobre o magistério feminino foram problematizados tendo por base seus aspectos mais centrais e fundamentais, como as relações de trabalho, as redes de sociabilidades entre as professoras, o cotidiano da sala de aula, bem como as relações familiares.

Portanto, os trabalhos com os quais aqui dialogamos contribuíram para compreender, situar e reforçar a necessidade de indagar o caso, as relações sociais/familiares e a representatividade da inconformidade de Joanna Passos na complexidade do contexto oligárquico e patriarcal da Reforma Educacional Gomes Cardim (1908-1909) durante a consolidação dos ideários republicanos no país, evidenciando o exercício do magistério e a constituição da profissão docente como um processo carregado de imposições, mas também de resistências e recuos.

---

<sup>18</sup> “[...] Apesar de o Curso Normal ser facultado a homens e mulheres, observamos que a expansão das escolas foi acompanhada por sua feminização, movimento que reverberou na profissão docente. Para além do currículo do Curso Normal, que pretendia formar mulheres para serem boas professoras, esposas e mães, vimos que elas, ao adentrarem na profissão, também alteraram o seu estatuto social. Assim, as docentes não foram simplesmente levadas a ocupar as classes criadas, nem as desprovidas, com o afastamento paralelo dos homens do magistério; elas forjaram a constituição dessa profissão. Nesse contexto, as fontes apontam que não foi a entrada das mulheres que rebaixou o salário dos educadores, visto que, muito antes do ingresso delas, já existiam inúmeras manifestações dos presidentes da província que denunciavam a desvalorização salarial dos professores no Espírito Santo” (ALVARENGA, 2018, p. 26).

## 2 OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

*Das eras que nos precederam, só poderíamos [portanto] falar segundo testemunhas. Estamos a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstituir um crime ao qual não assistiu (BLOCH, 2001, p. 69).*

Esta pesquisa toma como referencial teórico-metodológico Certeau (1988), Bloch 2001 e, principalmente, Levi (2000, 1996) e Ginzburg (1989, 2002, 2005, 2007). Pela perspectiva ginzburguiana do paradigma indiciário, partimos do pressuposto de que, na análise historiográfica, se “[...] a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177).

*O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*, por exemplo, tornou-se grande inspiração para operar esta pesquisa já que, nessa obra, Ginzburg (2005) investiga a inquisição e a cultura popular da região de Friuli, na Itália do século XVI, focalizando comportamentos e atitudes das “classes subalternas”. Nessa obra, o autor conta

[...] a história de um moleiro friuliano – Domenico Scandella conhecido por Menocchio – queimado por ordem do Santo Ofício, depois de uma vida transcorrida no anonimato. A documentação dos dois processos abertos contra ele, distantes quinze anos um do outro, nos dá um quadro rico de suas idéias e sentimentos, fantasias e aspirações. Outros documentos nos fornecem indicações sobre suas atividades econômicas, sobre a vida de seus filhos. Temos também algumas páginas escritas por ele mesmo e uma lista parcial de suas leituras (GINZBURG, 2005, p. 16).

Do mesmo modo, procuramos indagar Joanna Passos, analisando fontes sobre o seu processo demissional, sua inconformidade e aspectos de sua vida pessoal para compreender as formas de controle do exercício do magistério e possíveis movimentos de resistência exercidos contra elas, no contexto cultural capixaba dos primeiros anos da República no Brasil que fizeram parte do processo de constituição da docência.

Como defendia Certeau (1998), consideramos que a produção historiográfica é regulada e configurada pelas leis do “lugar” (*lieu*) do historiador e, portanto, depende das técnicas de produção disponíveis a ele em um dado período, ao qual são

conferidas relações de poder que o autorizam a falar em nome de um passado morto, pois a história e “[...] seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata” (BLOCH, 2001, p. 78).

Assim, trabalhando com a ideia de que o fato histórico não é positivo, mas sim o produto de uma construção ativa por parte do historiador para transformar a fonte em documento e, em seguida, reconstruir documentos e fatos em problema, como sugere Bloch (2001), ainda consideramos fundamental o entrecruzamento e a leitura das fontes a contrapelo, ao modo benjaminiano, contra as intenções de quem as produziu, para “[...] não nos resignarmos mais a registrar [pura] e simplesmente as palavras de nossas testemunhas, a partir do momento em que tencionamos a fazê-las falar [mesmo a contragosto], mais do que nunca impõe-se um questionário” (BLOCH, p. 78, 2001).

Compreendendo que “[...] tudo começa com o gesto de *selecionar*, de reunir, de, dessa forma, transformar em ‘documentos’ determinados objetos distribuídos de outra forma [...]” (CERTEAU, 1988, p. 30), com este capítulo, pretendemos esclarecer como, a partir dessas prerrogativas, analisamos e compomos o *corpus* documental deste projeto de pesquisa, que agrupa fontes de caráter normativo, documentos oficiais do governo, fontes jornalísticas e fontes cartoriais.

As fontes normativas analisadas que pautavam a Reforma Educacional proposta por Gomes Cardim foram: a) o Decreto nº 109, de 4 de julho de 1908 (regulamenta as escolas Normais e Modelo); b) o Decreto nº 114, de 11 de junho de 1908 (aprova o Programa de Ensino para a Escola Modelo e os Grupos Escolares; c) a Lei nº 545. Para compreender o processo formativo e profissional de Joanna Passos, que converge para datas anteriores à Reforma Educacional de Gomes Cardim de 1908 e 1909, ainda recorreremos a trabalhos da historiografia capixaba que indicassem aspectos normativos da reforma da instrução pública capixaba do governador Herculano Marcos Inglês de Sousa datada de 1882 (SCHNEIDER, 2007) e às prescrições para o ingresso nas Escolas Normais da Reforma Educacional de Moniz

Freire (1892) (ALVARENGA, 2018) – em especial o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado do Espírito Santo, 1892.

A maioria dos documentos oficiais governamentais selecionados para análise foram coletados no Fundo Educação do Apees e somam dez ocorrências referentes à demissão da professora Joanna Passos: cinco estão nos Registros de Ofícios do Inspetor Geral; três em Registros dos Ofícios dos Resumos dos Requerimentos, um em Despachos e Informações da Inspeção Geral do Ensino e um em Ofícios.

Como era comum, no período estudado, a publicação de algumas decisões governamentais nos jornais da época, localizamos documentos desse tipo na Hemeroteca Digital,<sup>19</sup> disponíveis no *site* da Biblioteca Nacional Digital do Brasil onde, de início, destacamos três ocorrências do nome de Joanna Passos nas Mensagens de Governo do Espírito Santo para a Assembleia Legislativa local e três nos Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (ES), referentes ao relatório final de governo de Jerônimo Monteiro. Outros documentos oficiais publicados em jornais, que veremos com mais detalhes nos próximos capítulos, tratavam, por exemplo, do percurso formativo de Joanna, seu processo de admissão no magistério público e o decreto de sua demissão.

As fontes jornalísticas, também acessadas pela Hemeroteca Digital, abrangem oito periódicos locais e dois do Estado do Rio de Janeiro. São os jornais locais: *O Cachoeirano: Orgão do Povo – Columnas Francas a todas as intelligencias*; *Diário da manhã: Orgão do Partido Constructor*; *Estado do Espírito Santo*; *Commercio do Espírito Santo*; *Jornal Official*; *A Provincia do Espirito Santo: Jornal Consagrado aos Interesses Provinciaes, Filiado à Escola Liberal*; e *Diário do Espirito Santo: Ordem e Progresso*. E os periódicos *A Imprensa* e *Jornal do Commercio*, publicados no Rio de Janeiro.

De início, a busca na Hemeroteca Digital se concentrou em localizar matérias e notas impressas nas quais apareciam o descritor “Joanna Passos”, que resultou em 101 ocorrências datadas entre 1889 e 1921, em periódicos publicados em todo o Brasil.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 ago. 2019.



Dentre elas, procurando garantir que eram relacionadas com a professora em questão, foram selecionadas 78 notas jornalísticas. Desse resultante final, surpreendeu-nos que a maior parte tratava diretamente do caso demissional da professora somando 55 notas e as outras 23 agrupavam o que chamamos de fontes de cunho pessoal ou formativo, como notas de aniversários, casamentos, óbito, ou vinculadas à sua atuação como atriz amadora no Grupo Teatral Magnólia, à sua trajetória escolar no curso primário, seu processo de ingresso no magistério público, sua trajetória na docência etc.<sup>20</sup>

O maior desafio encontrado nesse processo foi estabelecer relações entre a Joanna Passos demitida em 1909 e a Joanna Passos que aparecia nas fontes de cunho pessoal e formativo. Como critério para garantir a fidelidade das fontes, buscamos nomes (que remontam a publicações de meados do século XIX) que apareciam em comum nos dois casos (como na situação do Grupo Teatral Magnólia ao qual Joanna aparece vinculada em 1904 e que depois se manifesta nos jornais a favor dela sobre sua demissão).

Dessa forma, além de garantir a fidelidade pelo entrecruzamento das fontes na busca pelos nomes, foi de extrema relevância recorrer ao ensaio *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*, de Carlo Ginzburg, como suporte metodológico, pelo qual o autor sustenta que “[...] as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1991b, p. 175).

Outra importante referência metodológica foi o livro *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, de Giovanni Levi (2000). Nesse trabalho, a partir de fontes notarias, paroquiais e administrativas da localidade de Santena, uma pequena aldeia Norte de Itália, o autor investiga situações cotidianas vividas por um grupo de pessoas envolvidas em acontecimentos locais, interligadas a fatos

---

<sup>20</sup> Entre as 78 ocorrências selecionadas com o descritivo Joanna Passos encontradas entre as fontes jornalísticas, estão: notas assinadas por ela, notas anônimas ou não, a seu favor ou em sua oposição sobre sua demissão, publicações oficiais do governo, anúncios de doações para a professora feitas após sua demissão, notas sobre sua vida pessoal e trajetória escolar e profissional, notas como: felicitações que a professora e seus familiares dirigiam a amigos e conhecidos nos dias dos seus aniversários; atividades sociais da docente (como participação em peças teatrais, doações a instituições de caridade); e notas de falecimento ou de casamento suas e de seus familiares.

familiares, políticos e econômicos que fugiam aos controles normativos. Para compreender a vida pública e privada dessas pessoas, durante os séculos XVII e XVIII, ele reconstrói os núcleos sociais e laços sanguíneos, analisando as relações pessoais e econômicas, a partir das redes familiares e clientelares que se conformaram ao redor do exorcista piemontês Giovan Battista Chiesa.

Assim, para recompor o tecido social da docente, de modo a contribuir para situá-la no contexto oligárquico clientelista da Primeira República capixaba, também buscamos, em fontes jornalísticas, os nomes/descriptores de pessoas que apareciam junto ao de Joanna Passos, que possuíam o sobrenome Passos ou que remetessem ao parentesco da professora, no intuito de valorizar a importância de reconstituir a vida de seus parentes e situá-los no contexto pesquisado. Do mesmo modo, investigamos outros nomes/descriptores que apareciam junto ao da professora, para recompor as relações tecidas por ela fora de seu ambiente familiar.

Ou seja, procuramos compreender seus possíveis vínculos familiares ou sociais e profissionais (como pessoas que cursaram o primário com Joanna, ou o nome do médico que fez o seu exame comprobatório de virgindade, ou aqueles que participaram de banca do seu processo seletivo para o magistério etc.), para tentar reconstituir o contexto social, econômico político e cultural desses indivíduos, assim como identificar de que maneira elas se inseriam e se relacionavam na sociedade capixaba do período.

Somente pela busca pelos nomes/descriptores, somam-se mais de mil fontes analisadas, sendo selecionadas para compor o corpus documental desta dissertação, as que forneciam indícios suficientes e legítimos para reconstruir os laços familiares, sociais, escolares e profissionais da professora. Seguem, na Tabela 2, para exemplificar, os principais nomes perseguidos que estabeleciam tais vínculos:

TABELA 2 – PERSEGUINDO NOMES

<b>NOMES/DESCRITORES</b>	<b>OCORRÊNCIAS LOCALIZADAS</b>	<b>FONTES SELECIONADAS</b>
Antonio Francisco do Nascimento	378	28
Carolina Passos	198	123
Eugenio de Souza Caldas	7	7
Joanna Passos	101	78
João Rodrigues Passos	12	0
João R Passos	1.632	1
João dos Santos Neves	25	4
Maria Passos Cunha	1.179	29
Maria Passos da Victoria	11	10
Manoel Rodrigues Passos	1	9
Olympio Passos	79	44
Rosa Passos	105	18
Rosa Passos do Nascimento	4	4
Virgilina Mathias do Nascimento	13	13
Victoria Passos	31	13

Fonte: Produzida pela autora.

De início, acreditávamos ser necessário encontrar documentos cartoriais que pudessem garantir a originalidade das fontes jornalísticas indicando o parentesco de Joanna. No entanto, diferente da pesquisa feita por Levi (2000), encontramos grande dificuldade em acessar fontes cartoriais. Isso porque, nos cartórios da cidade de Vitória (ES), a pesquisa e manuseio dos arquivos só é permitido aos seus funcionários e o acesso a indivíduos externos só é possível pela compra dos documentos.

Em uma primeira tentativa de busca nos arquivos cartoriais, preenchemos um formulário para auxiliar a pesquisa feita pelos funcionários do cartório, utilizando o nome da professora e a data de seu aniversário localizada em notas de felicitações encontradas em jornais (dia e mês, pois nos periódicos não foi possível localizar o seu ano de nascimento), no intuito de encontrar sua certidão de nascimento. No entanto, a pesquisa solicitada no cartório a partir desses dados resultou em grande número de ocorrências que não garantiam a relação com a Joanna Passos em questão e exigiam um grande custo financeiro para averiguação.

Posteriormente, aprofundando nossas análises das fontes jornalísticas sobre a vida da professora, conjecturamos que provavelmente o seu nascimento datasse anteriormente à criação de cartórios no Espírito Santo, o que impôs outro grande

desafio para esta pesquisa: reconstruir com fidelidade a árvore familiar de Joanna apenas pela busca dos nomes nos jornais.

Assim, ao fazer o entrecruzamento entre as notas de cunho pessoal, profissional, social ou sobre o caso demissional, ao identificar nomes em comum e pistas que asseguravam a fidelidade das fontes em relação às pessoas envolvidas, graças à frequente iniciativa de Joanna e de seus familiares em utilizar os meios impressos para se comunicarem com parentes e amigos, por um trabalho indiciário minucioso e o levantamento, análise e seleção de inúmeras fontes, constituímos a sua suposta árvore familiar (Apêndice).

Mesmo após compor esses laços sanguíneos, já com fortes indícios de seu parentesco, o fundamental para adquirir uma fonte cartorial foi ter no *corpus* documental da pesquisa uma nota jornalística que anunciava a data de casamento de Joanna (confirmada pois o noivo indicado no anúncio também se posicionou sobre o caso demissional da professora).

Como o casamento datava o ano de 1910, acreditamos que, ao invés da certidão de nascimento da docente, seria mais provável conseguir localizar os documentos cartoriais de seu casamento. Assim, com a data completa do casamento (dia, mês e ano), a data de aniversário (dia e mês) e nome de Joanna Passos e com o nome de seu esposo, foi possível localizar, no Cartório Sarlo, a certidão e processo contratual de casamento da professora.

Junto ao processo, localizamos uma importante fonte registrada em cartório, que permitiu confirmar que seu nascimento, como previmos, não foi registrado em cartório: uma certidão de batizado. Nesse documento o vigário Pedro Benzeratt certificou em 1910, que ao rever os Livros de Batizado da Parochia da Victoria, encontrou no Livro n.º 22 o termo seguinte:

Aos trinta de Junho de mil oitocentos e setenta e oito, nesta matriz de Nossa Senhora da Victoria, batizei solenemente [...] a inocente Joanna, nascida em vinte de outubro do ano proximo findo, filha legitima de Miguel Rodrigues dos Passos e [...] Victoria Maria dos Passos (ANEXO).

Contudo, os documentos cartoriais serviram para confirmar a data de aniversário de Joanna, alguns dados conjecturados na construção de sua árvore familiar (como os nomes de sua mãe, de seu pai e de seus irmãos), assim como para identificar seu ano de nascimento.

Ainda assim, pela proposta metodológica da busca pelos nomes, sendo a Hemeroteca Digital o mais importante instrumento nesse processo, e pelo fato de que muitos documentos e decisões oficiais do governo eram divulgadas nos meios impressos periódicos, identificamos uma quantidade considerável de fontes jornalísticas que convergem para Joanna Passos, informando sobre sua vida familiar e pessoal, formação, carreira profissional e demissão, ao passo que essa categoria de fontes ganhou certo protagonismo nesta pesquisa. Para melhor visualização (Tabela 2), organizamos a distribuição das 78 publicações jornalísticas selecionadas que, em específico, continham o descritor Joanna Passos.

TABELA 3 – PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS CONSTANDO O DESCRITOR “JOANNA PASSOS”

JORNAIS	PUBLICAÇÕES
<i>Jornal do Commercio</i> (RJ)	1
<i>A Imprensa</i> (RJ)	1
<i>O Cachoeirano: Orgão do Povo – Columnas Francas a todas as intelligencias</i> (ES)	2
<i>Commercio do Espirito Santo</i> (ES)	11
<i>Estado do Espirito Santo</i> (ES)	34
<i>Diario do Espirito Santo: Ordem e Progresso</i> (ES)	1
<i>A Provincia do Espirito Santo: Jornal Consagrado aos Interesses Provinciaes, Filiado à Escola Liberal</i> (ES)	1
Jornal Official (ES)	3
<i>Diario da manhã: Orgão do Partido Constructor</i> (ES)	24
<b>9</b>	<b>78</b>

Fonte: Produzido pela autora.

Sobre os jornais do Rio de Janeiro, não é possível argumentar que tenham se posicionado explicitamente contra ou a favor da demissão de Joanna. O *Jornal do Commercio*, por exemplo, apenas divulgou em uma curta nota a demissão da professora, sem detalhes, entre outras notícias sobre o Espírito Santo, nos termos dos informes oficiais capixabas, em 1º de abril de 1909.<sup>21</sup> Já em *A Imprensa*, o nome de

<sup>21</sup> ESPIRITO Santo: Victoria. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1909.

Joanna Passos aparece no relatório final do governo de Jerônimo Monteiro divulgado por esse jornal em 9 de junho de 1912, sem se posicionar sobre o conteúdo do documento.<sup>22</sup>

Dos periódicos locais listados, *A Provincia do Espirito Santo: jornal consagrado aos interesses provinciaes, filiado à escola liberal (ES) – 1882-1889* e o *Diario do Espirito Santo: Ordem e Progresso*, mantiveram suas atividades no período imperial do Brasil, e, portanto, não abordavam o caso demissional da professora. As duas notas publicadas nesses jornais (uma em cada jornal) com o descritor “Joanna Passos” deram indícios do processo de escolarização da professora, no curso primário.

Entre os jornais locais em atividade no período republicano, *O Jornal Oficial* esteve vinculado ao Partido Construtor.<sup>23</sup> Cessou sua publicação em 11 de agosto de 1907 – ainda durante o governo de Henrique da Silva Coutinho (16-06-1904 / 23-05-1908), antes da demissão de Joanna Passos, mas nos fornece pistas sobre a trajetória profissional da docente, ao anunciar, nas três edições analisadas, o processo de admissão da professora<sup>24</sup> e uma substituição que realizou, no lugar de uma professora em licença por motivos de doença, em Mangarahy.<sup>25</sup>

O jornal da situação em atividade durante a Reforma Educacional liderada por Gomes Cardim, era o *Diário da Manhã*, órgão do Partido Construtor,<sup>26</sup> que, na vigência do

<sup>22</sup> MONTEIRO, Jerônimo de Sousa. Relatório de Governo. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, 9 jun. 1912, p. 6; e JORNAL OFFICIAL. **Jornal Oficial**, Victoria, ano I, n. 51, p. 1, 11 mar. 1905.

<sup>23</sup> O partido Constructor, fundado em 29 de julho 1890, reunia os interesses mercantil-exportadores da região central do Espírito Santo “[...] em decorrência da expansão da cafeicultura, via imigração estrangeira [...] [e agregou] [...] forças que estiveram engajadas nas lutas abolicionistas, profissionais liberais urbanos e parte do segmento burocrático militar” (ROSTOLDO, 2008, p. 54). “Em 1891 o barão de Monjardim dissolveu o Partido União Republicana Espírito Santense e fundou o Partido Autonomista, que se fundiu com o Republicano Construtor no ano seguinte. Os antigos membros da União Republicana Espírito Santense ingressaram no Partido Republicano Federal, criado por Torquato Rosa, e Domingos Vicente. Outra dissidência deu origem a outro partido: o Partido da Lavoura, fundado por Jerônimo Monteiro, após polemizar com Muniz Freire, líder do Partido Republicano Construtor. Este último partido, em 1905, se divide em duas partes, uma liderada por Muniz Freire e a outra liderada pelo Cel. Coutinho. [...] entre 1908 e 1919: A facção liderada pelo Cel. Coutinho indica o nome de Jerônimo Monteiro como candidato do Partido Republicano Construtor. O Partido Republicano Federal apoia Jerônimo Monteiro da mesma forma. Uma vez eleito, Jerônimo Monteiro realizou uma estratégia de conagraçamento das forças políticas capixabas, fundando em 1908, o Partido Republicano Espírito Santense” (BERMUDES, 2010, p. 7).

<sup>24</sup> JORNAL OFFICIAL. **Jornal Oficial**, Vitória, ano I, n. 47, p. 1, 5 mar. 1905.

<sup>25</sup> PELA Instrução. **Jornal Oficial**, Victoria, ano III, n. 60, p. 1, 17 mar. 1907.

<sup>26</sup> Segundo Rostoldo (2008), Jerônimo Monteiro, com “[...] objetivo de realizar um governo de resultados positivos, articulou, com as diferentes correntes políticas do Estado vinculadas ao Partido Construtor e

mandato de Jerônimo, em 30 de agosto de 1909, torna-se o jornal oficial do Governo do Estado, responsável pelas publicações oficiais. Foi o único jornal do período que firmemente defendeu a demissão de Joanna Passos. No entanto, das 24 notas jornalísticas desse periódico que continham o nome da professora, seis são relacionadas com os vínculos sociais e familiares da docente (convergem para a vida pessoal de Joanna e são anteriores ou não associadas à sua demissão); quatro tratavam de sua trajetória profissional (quando, inclusive, esse jornal se referia a ela de maneira positiva); e 14 dizem respeito à demissão da professora, sempre expressando apoio às medidas governamentais (tema abordado de forma partidária ao governo por esse jornal).

Da listagem da Tabela 3, restam três jornais capixabas que categorizamos como da oposição em relação ao posicionamento do governo sobre a demissão de Joanna Passos. Entre eles, o *Commercio do Espírito Santo*, de acordo com Zanandrea e Frizzera (2005), estava associado ao Partido União Espírito-Santense,<sup>27</sup> que representava os produtores agrofundiários do Estado e que, mais tarde, tornou-se órgão do Partido Republicano Federal e mantendo esse viés ideológico, apoiou o governo de Jerônimo Monteiro. Mas, aparentemente, isso não ocorreu no caso de Joanna Passos, já que das 11 notas selecionadas desse periódico, nove tratavam diretamente do caso demissional da professora, quer seja meramente para divulgar a situação, quer seja favorável à professora.

O *Cachoeirano* foi fundado em 7 de janeiro de 1877 por Luiz de Loiola e Silva.<sup>28</sup> Teria sido, segundo Abib (2008, p. 92), “[...] o maior veículo impresso de propaganda

---

ao Partido Republicano Federal, fundando, em 4-12-1908, o Partido Republicano Espírito-Santense, que reunia as duas correntes. Defendeu que a união dos vários elementos políticos, ao invés de desavenças infrutíferas, produziria um contexto benéfico para o progresso do Espírito Santo. Com a consolidação do partido, o governo pôde estender a todos os municípios sua política, nos moldes da implantada por Campos Sales na esfera federal: os chefes municipais estavam livres para agir sem intervenção do poder estadual desde que o apoiassem [...] sem questionamentos. [...] também manteve um bom relacionamento com o Governo Federal” (ROSTOLDO, 2008, p. 63).

<sup>27</sup> De início, o Partido União Republicana Espírito Santense, liderado por Aguirre e Horta, articulava setores dos partidos Liberal e Conservador que defendiam a Monarquia e as instituições que a mantinham) representando os interesses agrofundiários ligados à produção cafeeira. O partido opositor era o Partido Republicano Construtor. Como dito, o partido é dissolvido em 1891, pelo o barão de Monjardim, que fundou o Partido Autonomista, posteriormente aderido ao Republicano Construtor (BERMUDES, 2010).

<sup>28</sup> “Loiola e Silva, redator e fundador do jornal, declarava ‘imparcialidade eqüidistante’ dos dois partidos que monopolizavam o debate político na época – o Partido Conservador e o Partido Liberal, que se revezavam no poder por meio da política ministerial de Dom Pedro II, no Império” (ABIB, 2008, p. 92).

republicana no Estado”. Esse jornal, que “[...] sobreviveu à República, tornando-se um órgão comprometido com o regime sob a direção de Bernardo Horta” (ABID, 2008, p. 100),<sup>29</sup> mostrou-se fortemente favorável à professora nas duas notas encontradas.

Já o jornal *Estado do Espírito Santo* (inicialmente chamado de *A Província do Espírito Santo*), fundado em 1882 por Muniz Freire<sup>30</sup> e Cleto Nunes, foi o primeiro jornal diário capixaba, vinculado aos “[...] correligionários do Partido Construtor, que representava os interesses das classes mercantis-exportadoras da capital” (DIAS et al., 2008, p.104). Segundo Basílio (1961), esse periódico fez por merecer grande aceitação por parte dos homens públicos da época de Freire e chegou a despertar a atenção da imprensa do país para a ofuscada Província do Espírito Santo. Além disso, fazia clara oposição ao governo de Jerônimo Monteiro reuniu a maior quantidade de publicações contra a demissão da professora e favoráveis ao seu movimento de inconformidade – somando 28 publicações sobre o caso demissional, entre um total de 34 das notas selecionadas desse jornal com o descritor “Joanna Passos”.

---

<sup>29</sup> Bernardo Horta foi um dos fundadores do Partido Republicano, “[...] originado pelos clubes republicanos, fundados por lideranças como, Afonso Cláudio, Bernardo Horta e Antônio Aguirre, principalmente no sul do estado. O partido defendia a forma republicana e federativa para o Estado brasileiro, a descentralização político-administrativa do Estado. Os interesses agrofundiários (emergentes da expansão da economia cafeeira) são, mormente, das regiões sul e central” (BERMUDES, 2010, p. 3). Horta vinculou-se ao Partido Republicano Construtor, mas, juntamente com outras lideranças políticas, como Graciano Neves e o Barão de Monjardim, abandonou-o, após a separação do partido, devido aos atritos entre Muniz Freire e Jerônimo Monteiro (BERMUDES, 2010).

<sup>30</sup> José de Melo Carvalho Muniz Freire nasceu em Vitória, a 13 de julho de 1861; governou o Espírito Santo em dois mandatos: o primeiro ocorreu entre 3 de maio de 1892 e 23 de maio de 1896 e o segundo entre 23 de maio de 1900 e 23 de maio de 1904. Deixou o governo para ocupar uma vaga como senador e continuou no Senado até 1915. Sua influência na política capixaba declinou, porém, sobretudo com a subida ao poder de Jerônimo Monteiro e o controle da oligarquia local que a família Monteiro ocupava. No Senado, teve uma atuação destacada, participando das discussões de questões importantes, inclusive na Comissão de Finanças, onde apresentou projeto sobre a Caixa de Conversão (1910). Defendeu o voto secreto sobre o qual também apresentou projeto (1913) e fez oposição a Jerônimo Monteiro, com denúncias que tiveram forte repercussão (1912) e provocaram uma polêmica entre ele e Bernardino Monteiro no plenário. Em 1912, Muniz Freire foi um dos líderes da oposição à candidatura de Marcondes Alves de Sousa à presidente do Estado. Após a dissolução do partido que fundara, o PRC, em 1908, permaneceu sem partido até 1913, quando se ligou ao Partido Liberal, de Rui Barbosa. Foi considerado excelente jornalista. Ao lado da atuação política, manteve atividade na imprensa, no início, a capixaba, depois a da capital federal. É patrono de uma cadeira na Academia Espírito-Santense de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro, em 3 de maio de 1918. (Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREIRE,%20Muniz.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2018).



TABELA 4 – JORNAIS DA OPOSIÇÃO

	<i>Commercio do Espírito Santo</i>	<i>O Cachoeirano</i>	<i>Estado do Espírito Santo</i>	TOTAL
<b>Vida pessoal</b>	1	0	5	<b>6</b>
<b>Trajetória escolar/profissional</b>	1	0	1	<b>2</b>
<b>Caso demissional</b>	9	2	28	<b>39</b>

Fonte: Produzido pela autora.

De todo modo, não é nossa intenção “[...] afirmar que esses documentos são neutros ou transmitem informação objectiva, uma vez que as condições de acesso à sua produção estão ligadas a uma situação de poder e portanto de desequilíbrio” (GINZBURG, 1991, p. 209). Compreendendo que “[...] em qualquer sociedade, a documentação é intrinsecamente distorcida” (GINZBURG, 2007, p. 262), as fontes levantadas foram analisadas como

[...] o produto de uma inter-relação especial, em que há desequilíbrio total das partes nela envolvidas. Para decifrar, temos de aprender a captar, para lá da superfície aveludada do texto, a inserção subtil de ameaças e medos, ataques e recuos. Temos por assim dizer, de aprender a desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual destes diálogos (GINZBURG, 1991, p. 209).

Portanto, no que se refere à identificação das relações de poder que atravessam a história, recorreremos à importância da leitura dos documentos a contrapelo “[...] ao modo benjaminiano, ‘contra as intenções de quem os produziu’. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força *quanto aquilo que é irredutível a elas*” (GINZBURG, 2002, p. 43).

Com isso, torna-se indispensável levar em consideração que os jornais capixabas analisados tinham por característica a forte aproximação entre os redatores e a política local e refletiam tensões partidárias, políticas e culturais da época. Ainda podemos dizer que tudo indica que no “[...] contexto da Primeira República, quando o poder pertencia aos coronéis, cabia à imprensa agregar simpatias ou antipatias de seus governos” (DIAS et al., 2008, p. 104). Os órgãos de imprensa eram instrumentos frequentemente utilizados para a consolidação de governos republicanos, como o de Jerônimo Monteiro, caracterizados pelo intuito de construir identidades coletivas no sentido desejado pelos governantes.

A historiografia da imprensa capixaba, inclusive, indica que Monteiro soube posicionar grande parte da imprensa da época a seu favor, usou bastante a mídia para criar um imaginário de um governador moderno, atuante e próspero e “[...] investiu muito nisso, contratou jornalistas e fotógrafos que faziam publicações para divulgar o seu trabalho, criou uma série de publicações para valorizar as obras que fazia” (DIAS et al., 2008, p. 115).

Mas, se como argumentam Dias et al. (2008, p. 104), foi no processo de consolidação do regime republicano no Brasil que se deu a “[...] definição objetiva de Vitória enquanto centro político do Estado e a ocupação, por parte dos jornais impressos, de um lugar especial na comunicação entre os capixabas, principalmente a elite”. Assim como concordam que “[...] a posição hegemônica de certos políticos, como foi o caso de Jerônimo, intimidava manifestações opositoras [chegando a afirmar que as] pessoas temiam sofrer represálias e, por isso, se continham, pois acreditavam que a maioria da imprensa estaria a favor de Jerônimo” (DIAS et al., 2008, p. 115). Contraditoriamente, as fontes jornalísticas aqui categorizadas demonstram que Joanna Passos, uma pobre professora do ensino primário, de uma área afastada do centro urbano da capital, utilizava com frequência essa imprensa como veículo para firmar suas relações sociais e pessoais, mas também como manifestação de descontentamento político em relação às iniciativas governamentais na área da educação que convergem para a profissão docente.<sup>31</sup>

Além disso, pela categorização das fontes aqui desenvolvida, deparamo-nos com uma quantidade de publicações favoráveis (públicas, anônimas ou dos próprios jornais) a Joanna Passos (39), muito maior do que a quantidade de publicações partidárias ao governo (14), em relação ao caso de demissão da professora.

Por isso chama a atenção a movimentação social da professora Joana Passos nos meios impressos e, principalmente, a inconformidade e a indignação da professora

---

<sup>31</sup> Sobre os usos da informação, ao analisar o caso específico da Alemanha, Benjamin (1987, p. 202) emite um alerta: “[...] com a consolidação da burguesia – da qual a imprensa, no capitalismo, é um dos instrumentos mais importantes – destacou-se uma forma de comunicação que, por mais antiga que fosse em suas origens, nunca havia influenciado decisivamente a forma épica. Agora ela exerce essa influência. Ela é tão estranha à narrativa como o romance, mas é mais ameaçadora e de resto, provoca uma crise no próprio romance”.

estampadas em órgãos da imprensa local, mesmo quando coronéis e governadores eram “os donos dos jornais” e no contexto patriarcal da Primeira República, no qual, como afirmam Schwarcz e Starling (2015, p. 265), majoritariamente, as mulheres que viviam no Brasil, “[...] continuavam em casa, com vestimentas que lhes cobriam o corpo inteiro, e sem direito à participação política”.

Nesse sentido, a lente micro-histórica contribui como metodologia historiográfica, ao se constituir como bifronte: “[...] um lado movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável [...] por outro lado propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula” (GINZBURG, 199a, p. 177-178).

Identificando, portanto, o caso de Joanna Passos como marginal e compreendendo que sua história compõe um conjunto de fontes que configuram uma anomalia que escapa aos estereótipos relativos ao magistério capixaba no contexto político e cultural do período analisado, entendemos que “[...] todo documento, inclusive o mais anômalo, pode ser inserido numa série. Não só isso: pode servir, se analisado adequadamente, a lançar luz sobre uma série documental mais ampla” (GINZBURG, 2007, p. 263). Mais do que isso, a singularidade de sua atitude nos permite identificar que

[...] o ‘excepcional normal’ pode ter ainda um outro significado. Se as fontes silenciam ou distorcem sistematicamente a realidade social das classes subalternas, um documento que seja realmente excepcional (e, portanto, não estatisticamente frequente), pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados. Os casos marginais, como notou Kuhn, põem em causa o velho paradigma, e por isso mesmo ajudam a fundar um novo, mais articulado e mais rico. Quer dizer, funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer (GINZBURG, 1991a, p. 177).

Portanto, procuramos contar esta história a partir dos fios dos relatos e também servindo-nos “[...] dos rastros, histórias verdadeiras (que as vezes tem como objeto o falso)” (GINZBURG, 2011, p. 7).

Pelos fios e rastros deixados pela inconformidade da professora, num contexto que parece ter sido extremamente repressor sobre indivíduos como ela, torna-se, então, impossível não interrogar (entre outras muitas questões): quem, afinal, foi Joanna Passos?

### 3 NO RASTRO DE JOANNA

*Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala (GINZBURG, 2011, p. 7).*

Neste capítulo, propomos buscar os rastros, pistas involuntárias que indiquem partes da vida social, escolar e profissional de Joanna Passos. Mais do que isso, os rastros deixados por ela nos permitem considerar a relação entre “[...] o fio – o fio do relato, que ajuda a nos orientarmos no labirinto da realidade – e os rastros” (GINZBURG, 2011, p. 7). Ao mesmo tempo, ao escavar “[...] os meandros dos textos, contra de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas” (GINZBURG, 2011, p. 11) que escapam aos estereótipos convencionados socialmente e historiograficamente.

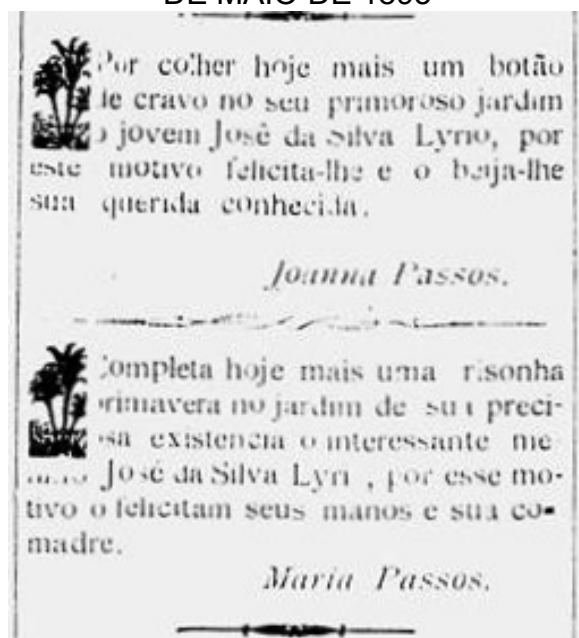
Ao evidenciar a inconformidade e a vida de Joanna para compreender as relações de força estabelecidas no processo de constituição da profissão docente e no exercício do magistério durante o período investigado, interessou-nos decifrar as tensões entre as formas de controle sobre a docência e as possibilidades de resistência exercidas contra ela, existentes nesse contexto. Como indica Levi (1996, p. 179), “[...] há uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto: a mudança é precisamente a soma infinita dessas inter-relações”, por acreditamos que

[...] nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação de regras, de negociação. A meu ver, a biografia é por isso mesmo o campo ideal para verificar o caráter intersticial – e todavia importante da liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam coerentemente os sistemas normativos que jamais são isentos de contradições (LEVI, 1996, p. 179).

Para tanto, retrocederemos ao século XIX. Joanna Passos era natural do Estado do Espírito Santo e nasceu em 20 de outubro de 1877, filha de Miguel Rodrigues dos Passos e Victoria Maria dos Passos (ANEXO).<sup>32</sup>

Podemos dizer que Joanna Passos tinha uma vida social ativa e fazia questão de torná-la pública, utilizando a imprensa local para isso. Deparamo-nos com uma quantidade considerável de notas, como felicitações de aniversário de amigos e parentes, homenagens em caso de óbitos e vínculos com grêmios teatrais.

IMAGEM 1 – FELICITAÇÕES.  
COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO, 23  
DE MAIO DE 1895



Fonte: PASSOS, 1895, p. 2.

Por colher hoje mais um botão de cravo no seu primoroso jardim o jovem José da Silva Lyrio, por este motivo felicita-lhe e o beija-lhe sua querida conhecida.

*Joanna Passos*

Completa hoje mais uma risonha primavera no jardim de sua preciosa existência o interessante menino José da Silva Lyrio, por esse motivo o felicitam seus manos e sua comadre.

*Maria Passos*

Como pode ser observado na Imagem 2, Joanna e Maria Passos felicitam José da Silva Lyrio por seu aniversário. Um indício, inicialmente, importante para estreitar as influências e relações fraternais e familiares. Pelo entrecruzamento das fontes, identificamos que Maria Passos<sup>33</sup> era irmã de Joanna.

<sup>32</sup> No processo de casamento da professora, há anexada uma Certidão na qual consta que Joanna Passos foi batizada em 30 de junho de 1878, na matriz de Nossa Senhora da Victória, e nascida no ano anterior, no dia 20 de outubro (ANEXO).

<sup>33</sup> Maria aparece nas fontes jornalísticas com três nomes/descriptores distintos: Maria Passos, Maria Passos da Victoria e Maria Passos Cunha (este último refere-se ao seu nome de casada).

Maria formou-se normalista, tendo frequentado o primeiro ano do Curso Normal do Espírito Santo em 1893,<sup>34</sup> aprovada “plenamente” nas matérias desse ano.<sup>35</sup> Atuando como professora do Ensino Primário do Magistério Público do Espírito Santo, lecionou, em 1900, na localidade de Santa Cruz, sendo elogiada pelo diretor da instrução pública: “Em Santa Cruz, o sr. director, visitando a aula regida por d. Maria Passos, encontrou ordem e adiantamento; portanto uma prova de que esta professora, ultimamente nomeada, será esforçada no cumprimento de seu árduo dever” (ESCREVEM-NOS, 1900, p. 1).

Maria, “esforçada professora no cumprimento de seu árduo dever”, também foi nomeada para reger a escola mista do ensino público da povoação Ilha das Caieiras em 1908<sup>36</sup> e, bem antes disso, chegou a se envolver com as questões políticas associadas ao magistério local.

Antes mesmo de terminar o Curso Normal (antes, portanto, da demissão de Joanna Passos), Maria participara, em 30 de outubro de 1891, de um abaixo-assinado, documento endereçado ao “cidadão governador”, em favor de Carolina Maria do Sacramento, professora da cidade de Porto do Cachoeiro, em Santa Leopoldina, removida para a localidade de Santa Thereza em termos semelhantes aos que causariam, em 1909, a demissão de sua irmã:

Ha dias, constando-nos que **uma infamia era assacada á professora da cidade do Porto do Cachoeiro, em Santa Leopoldina, a exma. sra. d. Carolina Maria do Sacramento** por via de um abaixo assignado negro e nojento, provocamos o sr. Lydio ou o sr. Alpheu, para que mandasse dar-lhe publicidade, afim de defender-se a que miseravelmente **fôra calumniada e injuriada** e podesse interar acção-crime contra os atrevidos mercadores da reputação alheia e que não sabem com certeza zelar a propria. O sr. Lydio e o sr. Alpheu, por medo ou por connivencia, que daram-se, **deixando pairar duvidas sobre a reputação de uma senhora**, nem sequer negaram a existencia d’esse documento infame. O acto, porem, da remoção da professora da cidade do Porto do Cachoeiro para a villa de Santa Thereza foi mantido, apesar da nossa justa reclamação.

<sup>34</sup> ALUMNAS aptas para o exame. *Estado do Espírito Santo*, ano XII, n. 2973, p. 4, 13 jan. 1893.

<sup>35</sup> CURSO Normal. *Estado do Espírito santo*, ano XII, n. 2977, p.1-2, 17 jan.1893.

<sup>36</sup> DIRECTORIA da Instrucção Publica Primaria e Secundaria. **Diario da Manhã**. Vitória, anno II, n. 316, p. 1, 24 set. 1908.

Não ve o sr. Lydio,<sup>37</sup> não encherça o sr. Alpheu<sup>38</sup> a gravidade do caso? Porventura, ambos não terão família?

**A perversidade de seu governo ou a cegueira de sua nefasta política** os leva a consentirem que o lar da família seja marchado por a baba pestilenta e nauseabunda de individuos, carentes de calceta?

**Até onde chegara o rancor político dos dominantes?**

Nem mais se respeita o que ha de mais sagrado – a família?

Não pensa o sr. Lydio, não cuida o sr. Alpheu que o silencio que tem guardado sobre esse facto, poe em sobressalto os paes de familia d'aquella localidade?

A notícia do abaixo assignado a que nos temos referido, causou **indignação na localidade e as familias levantaram-se para protestar contra a mentira deslavada dos miseráveis detractores da honra e da dignidade, da professora** que tem sabido captar as atenções dos honestos, dos sérios.

Abaixo publicamos a representação de que foi dirigida ao sr. Governador e para ella chamamos a attenção de nossos leitores.

COPIA DA REPRESENTAÇÃO

Cidadão Governador d'este Estado.– **Aos abaixo assignados, paes, mães, filhos familias e cidadãos, moradores na cidade de Porto do Cachoeiro, constando que a professora da escóla do sexo feminino desta cidade, a exma. sra. d. Carolina Maria do Sacramento, fôra removida em virtude de uma representação a vós dirigida, na qual procuram ferir a honra e dignidade da mesma exma. senhora, vêm perante vós declarar solemnemente que a professora removida é victima da calumnia, a mais infame por aquelles que, com certeza, não sabendo zelar a sua honra, procuram diffamar áquella exma. senhora, que tem a nossa consideração, respeito e estima, porque é digna, visto ser zelosa no cumprimento de seus deveres como preceptora e como particular.**

Cidadão Governador, **ninguem está livre de ser victima dos saltimbancos da honra alheia**, porque a infamia não escolhe posições para ferir. **Pedi a prova do que eles dizem – nenhuma apparecerá, porque é uma infame calumnia.** Mandae publicar essa representação, **attestado do quanto são covardes e vis estes detractores da reputação alheia. O vosso posto é para distribuir justiça.** A professora vol-a pede em nosso nome; a vossa honra e a responsabilidade do vosso cargo vos obrigam a faze-la. E. Justiça. Cidade do Porto do Cachoeiro, 25 de setembro de 1891. – Augusto Lefevre, D. Cecilia Lefevre, D. Joanna Cecilia Lefèvre, Rufino Gouvêa Junior, Cralos Rudio, D. Maria da Gloria Pedreira, D. Maria Amelia Pedreira de Souza, Dr. Custodio Moreira Souza, Antonio José de Salles Borges, João Vervloet, Francisco Domingues Pereira Passos, D. Alexandrina Barreto, D. Albina Barreto, D. Josephina Salles, D. Corina Salles, João José Lyrio de Salles, Manoel José Lyrio de Salles, Francisco Olegario Paranaguá, João Ferreira de Carvalho, Amarolino Ribeiro de Jesus, Tito Couvêa, Galdino Gonçalves de Britto, Alfredo Setubal, D. Bolivia Setubal, D. Catharina Volkartt, Alberto Sebastião Volkartt, Antonio Antunes de Siqueira Gomes, D. Dulcinéa Gomes de

<sup>37</sup> Lydio Mariano d' Albuquerque da Segurança Pública.

<sup>38</sup> Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida (1836-1924), o barão de Monjardim. Exerceu por quatro períodos a presidência da província do Espírito Santo, também presidente do Estado durante a República, de 7 de junho a 18 de dezembro de 1891.



Siqueira, Manoel Jardelino Passos, Henrique Ribeiro Valdetaro, D. Maria Passos, Duarte de Carvalho Amarante, D. Ernesta Lanszhy, D. Anna Catharina Duarte, Carlos Lanszhy, D. Mathilde Lanszhy, João Pedro Agostinho Paysan, Elias José Gregorio da Silva, D. Ornalcia Silva, Luis Zamprogno, Primo Zamprogno, D. Secondina Suzano Zamprogno, Antonio Bellini, Ignacio Rodrigues Bermude, Henrique da Silva Coutinho, D. Maria Coutinho de Alvarenga e Silva, Gustavo Schmidt, Carlos José Babilon, D. Gertrudes Babilon, D. Káthy Schmalix, D. Frederica Meyer, Christiano Woeffe (A PROFESSORA de Santa Leopoldina, 1891, p. 1, grifo nosso).

Por esse documento, é possível perceber indignações em comum que seriam argumentadas por Joanna no caso de sua demissão. Podemos, então, em questão o uso da violência moral e da difamação, pelos governantes, como artifício para controlar professoras em exercício no Espírito Santo nos primeiros anos da República. Assim como no caso da professora Passos, a população da localidade se manifesta revoltada, afirmando que Carolina Maria do Sacramento era zelosa no cumprimento de seus deveres como preceptora e fora injustamente caluniada e injuriada diante de interesses dos governantes sobre sua remoção. Além dos assuntos educacionais que pairavam sobre o magistério público.

Ainda vale ressaltar aspectos importantes do local de produção de tal documento. Segundo o *site* do atual município capixaba de Santa Leopoldina,<sup>39</sup> por volta do ano de 1535, foi aberto um sítio no lugar denominado Una de Santa Maria, habitado por índios até 1759, quando, em consequência do decreto do Marquês de Pombal, que obrigava os padres jesuítas a deixar as aldeias, os que não morreram abandonaram o sítio e refugiaram-se em matas virgens. Posteriormente, fazendeiros abriram fazendas que funcionavam com mão de obra escravizada, mas a colonização sistemática desse território ocorre durante o período imperial do Brasil, em 1856, após o Conselheiro Couto Ferraz, ministro do Império, autorizar a demarcação de uma área de 567km<sup>2</sup> à margem do Rio Santa Maria, para a fundação de uma colônia de imigrantes (HISTÓRIA do Município, acesso em 11 set. 2019). A partir do ano de 1857, essa colônia passou a receber os primeiros imigrantes suíços – entre eles vieram alemães, pomeranos, austríacos, entre outras nacionalidades de língua alemã.

---

<sup>39</sup> Disponível em: <http://www.santaleopoldina.es.gov.br/>. Acesso em: 11 set. 2019.

De acordo com o mesmo *site*, com o passar do tempo, tornou-se inevitável a formação de um povoado no local em que havia permanente baldeamento de mercadorias entre os dois sistemas de transporte que se completavam. Com os primeiros ranchos de tropa, armazéns de carga e postos de abastecimento, surge a localidade Porto de Cachoeiro. Na data de 1891, conforme abaixo assinado do qual participou Maria, a cidade de Porto do Cachoeiro fazia parte da colônia de Santa Leopoldina da Província do Espírito Santo. Somente em 1867, tal cidade se tornou a Sede Oficial da Colônia com a denominação de Cachoeiro de Santa Leopoldina, onde Joanna trabalharia em duas localidades: Regencia e Mangarahy.

Observamos, então, que as fontes do círculo familiar e profissional de Joanna convergem para Santa Leopoldina. Talvez pela proximidade geográfica, outras fontes indicam a presença dessa família também em Vitória, capital do Espírito Santo, como mostraremos adiante. Por exemplo, além de se envolver em questões políticas do magistério capixaba, Maria Passos também mostrava-se muito envolvida com obras de caridade, algumas delas vinculadas à Igreja Católica, na capital (Imagem 3) e outras referentes à iniciativa privada (Imagem 2).

IMAGEM 2 – PROTECTORA DAS FAMILIAS. *ESTADO DO ESPIRITO SANTO*, 8 DE MARÇO DE 1904



Fonte: PROTECTORA das Familias, 1904, p. 1.

IMAGEM 3 – ANNUNCIOS. *ESTADO DO ESPIRITO SANTO*, 24 DE AGOSTO 1895

**ANNUNCIOS**

---

**Missa de penitencia**

A

**N. S. da Penha**

A's abaixo assignadas fazem celebrar na egreja de N. S. da Conceição da Prainha, uma missa de penitencia a N. S. da Penha, no domingo proximo vindouro, ás 9 horas da manhã, implorando a mesma senhora, a extincção da epidemia reinante n'esta capital, que tantas victimas tem causado.

Havendo a tarde procissão e para esse acto de nossa santa religião podem o comparecimento de todos os devotos desta gloriosa Santa assim como as irmandades de S. Benedicto e Nossa Senhora do Rosario que venham abrilhantar este acto acompanhando a procissão.

Victoria, 22 de agosto de 1895.

*Adelina Nunes de Azevedo.*

*Maria Passos.*

*Virgilina Nascimento.*

*Otilia Nascimento.*

*Maria N. da Penha.*

Fonte: ANNUNCIOS: Missa de penitencia a N. S. da Penha, 1895, p. 2.

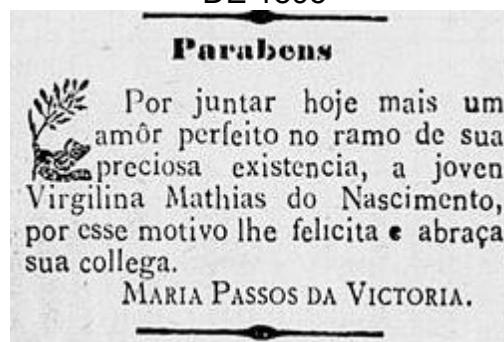
Outras notas relativas à vida pessoal de Maria Passos, apontam para o nome de Virgilina Mathias (Imagens 4 e 5), que fazia aniversário em 26 de março e foi colega de turma de Joana nos exames primários nas aulas regidas pela professora D. Elisa Paiva em 1990 (Imagem 14). Filha do capitão Theodosio Gomes do Nascimento, Virgilina representa um laço social em comum entre as duas irmãs (Imagens 4, 5 e 6):

IMAGEM 4 – PARABENS. *COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO*, 25 DE DEZEMBRO 1894



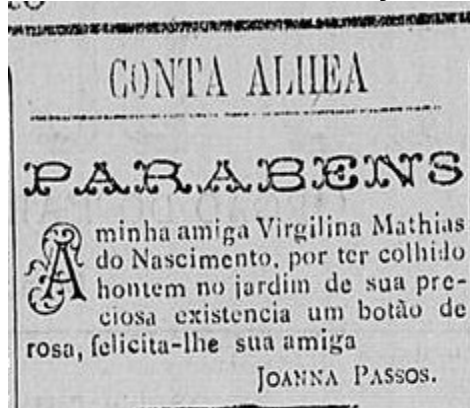
Fonte: PASSOS, 1894, p. 2; NASCIMENTO, 1894, p. 2.

IMAGEM 5 – PARABENS. *ESTADO DO ESPIRITO SANTO*, 26 DE MARÇO DE 1895



Fonte: VICTORIA, 1895, p. 2

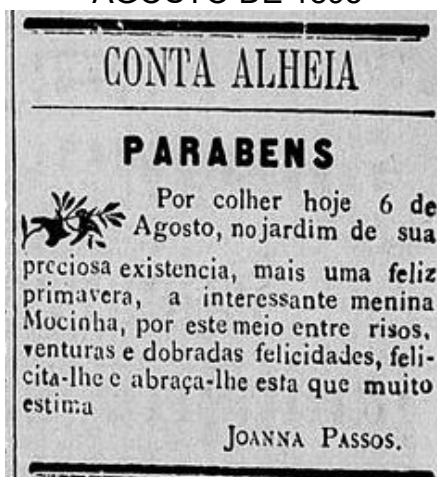
IMAGEM 6 – CONTA ALHEA. *ESTADO DO ESPIRITO SANTO*, 27 DE MARÇO DE 1896



Fonte: PASSOS, 1896, p. 2.

Pela quantidade de fontes levantadas com esse caráter (embora nem todas apareçam no texto), podemos dizer que era um hábito frequente de Joanna e dos irmãos Passos, em geral, estabelecer e tornar público, por esse tipo de publicações, suas relações sociais afetivas (Imagem 7, 8 e 9).

IMAGEM 7 – CONTA ALHEIA.  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO, 6 DE  
AGOSTO DE 1895



Fonte: PASSOS, 1895, p. 2.

IMAGEM 8 – CONTA ALHEIA.  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO,  
12 DE OUTUBRO DE 1900



Fonte: PASSOS, 1900, p. 2.

IMAGEM 9 – SALVE 21 DE  
FEVEREIRO. ESTADO DO  
ESPIRITO SANTO, 21 DE  
FEVEREIRO DE 1902



Fonte: PASSOS, 1902, p. 2.

Contudo, dentre os outros irmãos, o nome de Maria é o que com mais frequência aparece junto ao nome/descriptor “Joanna Passos” em notas públicas desse teor. Pela quantidade de fontes que apontavam para a estreita relação entre esses descritores, entendemos que as irmãs possuíam forte vínculo social e afetivo. Inclusive, em 1896, Joanna fez questão de apresentar uma publicação individual para parabenizar Maria, mesmo publicando uma outra nota natalícia assinada em nome de todos os irmãos (Imagem 10).

IMAGEM 10 – CONTA ALHEA. ESTADO DO  
ESPIRITO SANTO, 31 DE MARÇO DE 1896

**CONTA ALHEA**

**D. MARIA PASSOS**

**S**E a mão aspera de um operario  
não causa repugnancia a v.ex.,  
permitta que respeitosamente  
aperte vossa delicada mãosinha, hoje  
que entre os carinhos de extremos  
paes e dignos irmãos completa mais  
um risinho anniversario natalicio.

E. S.

Vira hoje mais uma dourada folha do  
perfumado album de sua existencia

**MARIQUINHAS PASSOS**

FELICITA ALHEA SUA IRMÃ

JOANNA PASSOS

**PARABENS**

Por colher mais um anniversario  
no jardim de sua preciosa existen-  
cia, a jovem Maria Passos felicita-a  
e abraçam-a seus irmãos.

J. P. J. P. R. P. O. P. C. P.

**PARABENS**

Mariquinhas minha filha;  
filha de meu coração,  
hoje dia de teus annos;  
recebei minha benção.

VICTORIA PASSOS

Fonte: CONTA Alhea, 1896, p. 2.

Por nossas conjecturas, concluímos que as siglas J.P., J.P., R.P., O.P. e C.P, citadas na Imagem 11, correspondem aos cinco irmãos, além de Maria: Joanna Passos, João Passos, Rosa Passos, Olympio Passos e Carolina Passos. Tanto os nomes, como os seus vínculos fraternais com Joanna também podem ser conferidos na nota de homenagem ao óbito da matriarca da família, Victória Passos, que falecida em 3 de março de 1921 (essa fonte ainda indica a existência de uma filha de Joanna Passos nessa data) (Imagem 11):

IMAGEM 11 – SECÇÃO LIVRE. *DIARIO DA MANHÃ*, 3 DE MARÇO DE 1921

**SECÇÃO LIVRE**

**M** Olympio R. Passos, Carolina R. Passos, Maria Cunha e filhos, João R. Passos e familia, (ausentes), Joanna Passos Caldas e filha, Antonio Francisco do Nascimento e familia, (ausentes) e Vicente Pereira Porto, agradecem do intimo dos seus corações a todas as pessoas amigas que se dignaram auxiliar nos soffrimentos e morte de sua inesquecivel mãe, avó, sogra e irmã, **Victoria Passos**, e acompanharam os restos mortaes até a sua ultima morada.

De novo convidam a todas as pessoas de sua amizade e da finada para assistirem á missa do 7º dia, que se celebrará na Igreja de S. Gonçalo, ás 8 1/2 horas do dia 4 do corrente, antecipando desde já seus eternos agradecimentos a todos que comparecerem a esse acto de religião.

Fonte: SECÇÃO Livre, 1921, p. 5.

Sobre Olympio, um dos cinco irmãos de Joanna, sabemos que aniversariava em 4 de setembro, era tipógrafo, artista e compositor; trabalhou como auxiliar na oficina Tipográfica do jornal *Estado do Espirito Santo* em 1909<sup>40</sup> e na oficina Tipográfica do

<sup>40</sup> INTERESSE Local: Album Familiar. *Estado do Espirito Santo*, Vitória, ano XXVIII, n. 188, p. 1, 4 set. 1909.

jornal *Diário da Manhã* (registros de 1910,<sup>41</sup> 1920,<sup>42</sup> 1921<sup>43</sup> e 1923.<sup>44</sup> Nesses dois últimos anos identificamos que ocupava o cargo de “chefe de secção”). Sobre seu outro irmão, João Rodrigues Passos, não encontramos fontes seguras que pudessem confirmar registros dessa ordem.

Carolina Passos aniversariava em 19 de janeiro.<sup>45</sup> Também foi professora e lecionou na escola pública de Jacuhy em 1919<sup>46</sup> e em Santa Maria D’airosoa em 1922.<sup>47</sup> Além disso, casou-se com Wlademiro Corrêa de Jesus, funcionário público,<sup>48</sup> e há indícios de que esteve vinculada ao Grêmio Dramático Familiar Aristides Freire em 1908.<sup>49</sup>

Sobre as irmãs, indicamos que Rosa Passos aniversariava em 6 de agosto.<sup>50</sup> Assim como Joanna, frequentou as aulas lecionadas por Elisa Paiva em 1907. Submeteu-se aos exames preparatórios da aula mista, ministrada pela segunda cadeira dessa professora, e foi aprovada com distinção.<sup>51</sup> Em 1909, casou-se com Antonio Francisco do Nascimento, funcionário da imprensa estadual.<sup>52</sup> Antes disso, fontes indicam que, assim como Carolina, Rosa vinculava-se à cena teatral capixaba, porém no “Gremio Dramatico Familiar ‘Magnolia’”, sendo protagonista amadora de da peça “Virtude e Vicio”, realizada em 1903 (Imagem 12).

<sup>41</sup> CARTEIRA Social: Aniversarios. **Diario da Manhã**, Vitória, 5 set. 1910, p. 2.

<sup>42</sup> CARTEIRA Social: Aniversarios. **Diario da Manhã**, Vitória, 15 fev. 1920.

<sup>43</sup> CARTEIRA Social: Aniversarios. **Diario da Manhã**, Vitória, 17 maio 1921, p. 5.

<sup>44</sup> CARTEIRA Social: Aniversarios. **Diario da Manhã**, Vitória, 28 mar. 1923, p. 4.

<sup>45</sup> CARTEIRA Social: Aniversarios. **Diario da Manhã**, Vitória, 19 jan. 1919, p. 3.

<sup>46</sup> ENSINO Publico. **Diario da Manhã**, Vitória, ano XIV, n. 22, p. 1, 12 set. 1919.

<sup>47</sup> ACTOS do Poder Executivo: Secretaria da Fazenda. **Diario da Manhã**, Vitória, ano XV, n. 274, p. 1, 12 jul. 1921.

<sup>48</sup> NOTICIARIO. **O Diario**, Vitória, ano VII, n. 280, p. 1, 14 out. 1912.

<sup>49</sup> RUFINO. Francisco. G.D.F Aristides Freire. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, ano XXVII, n. 288, p. 2, 24 dez. 1908.

<sup>50</sup> ANIVERSARIOS. **Commercio do Espirito Santo**, Vitória, ano XIX, n. 169, p. 1, 6 ago. 1909; PELOS lares: Fazem anos hoje. **Commercio do Espirito Santo**, Vitória, 6 ago. 1910, p. 2.

<sup>51</sup> RESULTADO dos exames da aula mixta da 2.<sup>a</sup> cadeira dirigida pela professora d. Elisa A. Paiva. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, p. 2, 5 dez. 1897.

<sup>52</sup> ESTADO DO ESPIRITO SANTO. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, 24 jan. 1909, p. 2.



IMAGEM 12 – THEATRO MELPOMENE. ESTADO DO  
ESPIRITO SANTO, 13 DE OUTUBRO DE 1903

Theatro Melpomene

Gremio Dramatico Familiar "Magnolia"

Grande festival dramatico em beneficio das obras da  
Matriz de S. Thlago

DOMINGO — 18 de Outubro de 1903 — DOMINGO

Subirá a scena o importante drama em 4 actos, intitulado

**VIRTUDE E VICIO**

extrahido pelo Sr. Jules Granval de um romance parisiense.  
O papel de protagonista está confiado á talentosa e sym-  
pathica amadora D. Rosa Passos.

Terminará o festival com a representação da engraçada  
comedia em um acto, denominada

**Trunfo as avessas**

em que toma parte a intelligente e graciosa amadora D.  
Christina Rodrigues.

Fonte: THEATRO Melpomene, 1903, p. 3.

Joanna Passos também vinculava-se à cena teatral local. Ela e Rosa chegaram a ser destacadas como amadoras e beneficiadas da peça teatral “A Martyr” (Imagem 13), promovida pelo “imponente festival dramático”, do já citado Gremio Dramatico Familiar Magnolia, a ser realizado no Melpomene, considerado um dos mais importantes e suntuosos teatros do Espírito Santo, localizado no centro de Vitória. Segundo Santos (2016), o Teatro Melpomene foi inaugurado em 1896. Possuía iluminação própria no local e acomodava assentos para até 800 pessoas. Era um dos mais suntuosos do Estado e com frequência tornou-se um espaço utilizado tanto para eventos abertos à sociedade, quanto para eventos sociais que constituíam a agenda do governo de Jerônimo Monteiro (SANTOS, 2016).

Os capixabas são convocados a participar de encontros sociais, de bailes com *jazz band*, a visitar os espaços culturais para prestigiar atividades circenses, musicais e teatrais. Nesse cenário, ascende a proliferação de eventos sociais na elite capixaba [...] do governo Jerônimo Monteiro, disponíveis no acervo do APEES (SANTOS, 2016, p. 91).

IMAGEM 13 – THEATRO MELPOMENE. ESTADO DO ESPIRITO SANTO,  
24 DE JANEIRO DE 1904

Theatro Melpomene

---

GREMIO DRAMATICO FAMILIAR MAGNOLIA

---

DOMINGO      31 de Janeiro de 1904      DOMINGO

Imponente festival dramatico em beneficio das amadoras DD. Christina Rodrigues, Rosa Passos, Maria Armada e Joanna Passos e dedicado aos d. us distinctos Clubs de Regatas

**ALVARES CABRAL E SALDANHA DA GAMA**

Subirá á scena o importantissimo drama, em 5 actos, de A. D'Ennery e Tarber, um dos maiores successos em todos os theatros, traducção da primorosa escriptora Guiomar Torresa.

**A**

**MARTYR**

O papel de Lourença de Moray — A MARTYR — é desempenhado pela amadora D. Christina Rodrigues; o de Conde de Rogerio de Moray pelo Sr. Dangremon; e o de Sir Elb Drack pelo Sr. Hermindo Athayde. Toma parte neste drama todo o pessoal do corpo scenico.

**DENOMINAÇÃO DOS ACTOS**

1. Calúnia! — 2. O assassinato. — 3. Amor de Filha! — 4. A Martyr. — 5. Reabilitação.

NOS INTERVALLOS A EXCELLENTE BANDA «CARAMURU» EXECUTARA VARIAS PEÇAS

Acceptam-se encomendas até a vespera do espectáculo, as quaes serao respeitadas até ás 2 horas da tarde de 31.

A's pessoas que se dignarem de acceptar bilhetes para este festival, e aos dous Clubs de Regatas, — as beneficiadas agradecem de ante-mão, hypothecando-lhes o seu profundo reconhecimento.

**O espectáculo começará ás 8 1/2 horas.**

**Preços do costume**

Secretaria do «Gremio Dramatico Familiar Magnolia,» em  
24 de Janeiro de 1903.

*Agenor Oliveira, Secretario.*

Fonte: OLIVEIRA, 1904, p. 3.

A relação de Joanna com a peça “A Martyr” ainda indica possíveis influências literárias acessadas por ela. Encontramos partes traduzidas do texto original do romance

francês de Adolphe D'Ennery publicadas ao final do século XIX em um jornal do Rio de Janeiro,<sup>53</sup> na época corte do império brasileiro. Já no período Republicano, também no Rio de Janeiro, notas jornalísticas indicam que foi encenada como peça teatral<sup>54</sup> e chegou a ser promovida no formato cinematográfico, em anúncio com a legenda: “A prodigiosa criação da natureza, que eleva a mulher ao mais alto grão de sublimidade. – A MATERNIDADE”.<sup>55</sup> A peça no formato teatral ainda foi encenada na corte em 1919 e no ano de 1920, em Porto Alegre, segundo uma revista local.

Além disso, ao tentar recompor o cotidiano e os laços sanguíneos de Joanna, podemos argumentar que se torna, então, visível a tendência artística da família Passos e, principalmente, a circulação de Joanna e de suas irmãs em importantes círculos teatrais da capital. No entanto, não sabemos de que modo sua atuação como atriz pode ter contribuído para a possível influência ou ascensão social no contexto capixaba, principalmente por ser mulher, se levarmos em consideração a existência de padrões comportamentais de uma sociedade patriarcal e elitista. No entanto, sob nosso ponto de vista, não se tratava apenas de um interesse artístico, pois a condição de Joanna e Rosa, como amadoras beneficiadas, apontam para a necessidade de garantir o sustento financeiro por meio dessas atividades.

Em 1909, argumentos em defesa de Joanna enfatizavam que a situação econômica da professora ficaria agravada, no caso de sua demissão, já que era órfã de pai e sustentava sua mãe viúva,<sup>56</sup> num contexto em que a ausência da figura masculina paterna representava certa vulnerabilidade social e econômica.

De toda forma, ao tecer as relações sociais e familiares e a trajetória de Joanna Passos até aqui, indicamos a presença de uma pessoa aparentemente letrada e bem articulada, especialmente comunicativa, que cultivava uma rede social ativa e significativa para uma mulher da sua época. Estava, com frequência, em contato com

---

<sup>53</sup> Ver: FOLHETIM: Adolpho D'Ennery: Martyr! Primeira Parte, 1885, p. 2), (FOLHETIM: Adolpho D'Ennery: Martyr! Segunda parte, 1885, p. 1; FOLHETIM: Adolpho D'Ennery: Martyr! Segunda Parte, 1886, p. 2; FOLHETIM: Adolpho D'Ennery: Martyr! Segunda Parte, 1886, p. 2; FOLHETIM: Adolpho D'Ennery: Martyr! Segunda parte, 1886, p. 1; e FOLHETIM: Adolpho D'Ennery: Martyr! Segunda Parte, 1886, p. 2.

<sup>54</sup> O DRAMA no Recreio, 1919, p. 5.

<sup>55</sup> Ver: CASINO Theatro Phenix, 1918, p. 7 e PHENIX, 1918, p. 6.

<sup>56</sup> DO ESPIRITO Santo: **Um caso serio**, 1909, p. 1.

peças influentes da sociedade local, se considerarmos os círculos culturais, sociais e profissionais que ela frequentava, inclusive em atividades artísticas desenvolvidas na capital. Mas, apesar de manter relações sociais com pessoas provenientes de diversos setores, seu círculo familiar não era composto por indivíduos que ocupavam postos de grande destaque social ou econômico na sociedade capixaba da época.

Nesse contexto, em detrimento da minoria de notas jornalísticas sobre os homens da família Passos, a intensa presença de Joanna e suas irmãs, nas notas jornalísticas, publicadas por elas ou não, indiciam a tendência matriarcal dessa rede familiar por essas mulheres que, ao circularem na sociedade capixaba como amigas, irmãs, esposas, professoras, normalistas, atrizes, utilizavam a imprensa para estreitar laços sociais e religiosos ou como forma de expressar descontentamento em relação às iniciativas governamentais sobre a educação. Mais do que isso, a breve biografia de Joanna contribuiu para identificarmos aspectos do contexto cultural e social no qual ela se moldou, exibindo estratégias de sobrevivência e resistência a padrões socialmente convencionados em um contexto extremamente desigual.

Para Almeida (2009, p. 142), o positivismo influenciou consideravelmente o pensamento político e as mentes ilustradas dos republicanos da época, em consonância com a ideologia da Ordem e do Progresso, como conceitos que levariam a Nação ao almejado desenvolvimento, a partir de instituições como a escola, e a necessidade da sua extensão à população, “[...] já que o país necessitava de um povo mais esclarecido para poder desenvolver-se e equiparar-se às grandes nações do mundo”. No entanto, no plano concreto do Brasil, “[...] a população continuava na mais extrema pobreza e ignorância, com baixos níveis de saúde, alimentação, habitação e naturalmente educação, sendo altos os níveis do analfabetismo” (ALMEIDA, 2009, p. 142-143).

Esse panorama foi propício para que as escolas normais se voltassem para a educação feminina como parte do projeto civilizador da nação e, nesse projeto, também cumprisse as funções de educar e instruir as futuras esposas e mães que seriam encarregadas da educação e do fortalecimento da família. A criação das classes mistas nas escolas primárias e normais passou a ser objeto de debates que nem sempre se alinhavam, mesmo que fosse como experiência pedagógica. Porém, colocar as mulheres para ensinar meninos e meninas foi considerado uma excelente alternativa, uma prática que servia tanto

para atender à necessidade de educação feminina, como para preencher os postos no magistério e servir aos objetivos estatais de ampliar a escolaridade da população (ALMEIDA, 2009, p. 143).

Sobre a formação escolar de Joanna, há indícios de que ela frequentou, entre os anos de 1889<sup>57</sup> e 1890 (Imagem 1), o curso elementar regido pela professora Elisa Paiva. Nesses anos, de transição entre o regime político imperial e o republicano, vigorava a reforma da instrução pública capixaba do governador Herculano Marcos Inglês de Sousa, datada de 1882 (a última do período imperial e anterior às reformas republicanas do século XX, mas também carregada de ideais positivistas),<sup>58</sup> que organizava o ensino primário em três etapas: elementar, suplementar e complementar. Apenas a primeira era obrigatória para alunos de sete a dez anos de idade (SCHNEIDER, 2007).

Podemos “[...] inferir que o que se esperava da escolarização das meninas e mulheres atendia, de modo geral, às concepções sobre o papel da mulher que circulavam na sociedade” (ALVARENGA, 2018, p. 152), voltadas para as tarefas/habilidades atribuídas às boas donas de casa. Mesmo com a intencionalidade política, decorrente do Império brasileiro, “[...] explícita de se educar toda a população, o preconceito herdado culturalmente de Portugal forneceu as coordenadas para que a instrução feminina fosse vista com desconfiança e mesmo nas províncias mais desenvolvidas as mulheres viviam em situação de inferioridade e dependência” (ALMEIDA, 2009, p. 140-141). Até nas famílias mais ricas, as meninas “[...] recebiam algumas noções de leitura e escrita, dedicando-se ao aprendizado das prendas domésticas, condição mais do que necessária para conseguirem um bom casamento” (ALMEIDA, 2009, p. 141).<sup>59</sup> Essa tendência pode ser observada nos exames definitivos da jovem Joanna Passos, aos 13 anos de idade, em 1890 (Imagem 1).

---

<sup>57</sup> EXAMES primários, 1890, p. 3.

<sup>58</sup> Apresentada perante a Câmara como Projeto nº 12, na 12ª sessão ordinária da Assembleia Provincial, em 10 de abril de 1882, e assinada pelo deputado Eliseu Martins, conjuntamente com o, até então, deputado José de Mello Carvalho Moniz Freire (Moniz Freire) (SCHNEIDER, 2007).

<sup>59</sup> “Há que se atentar, que no Império, a educação das moças de melhor poder aquisitivo se processava no interior das residências citadinas ou nas casas grandes das fazendas, sob a responsabilidade de pais ou professores contratados, sendo-lhes oferecido um conhecimento que se limitava às prendas domésticas, aprendizagem das primeiras letras, com noções de leitura e escrita, além de música, dança e culinária, em alguns casos a língua francesa” (WEREBE, 1963, p. 231). A partir da metade do século XIX a educação das meninas das famílias de recursos passou a ser confiada aos colégios particulares leigos ou religiosos, mas, mesmo a essas jovens privilegiadas eram reduzidas as opções escolares.

IMAGEM 14 – EXAMES PRIMÁRIOS DE JOANNA PASSOS.  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO, 27 DE NOVEMBRO DE 1890

<b>Exames primarios</b>	
Resultado dos exames da aula regida p. la professora d. Elisa Paiva.	
EXAMES DEFINITIVOS	
<i>Approvada com distincção</i>	
D. Margarida de Vasconcellos Coutinho.	
<i>Plenamente</i>	
Dd. Virgilia do Rosario.	
Alipia Cruz.	
Emilia Simões.	
Corina Dæmon.	
Clarice Silva.	
Adelaide Gounet.	
Joanna Passos.	
<i>Simplesmente</i>	
Dd. Alice da Conceição.	
Esmerina Azevedo.	
Carolina Nascimento.	
Leonor Cardoso.	
EXAMES DE SUFFICIENCIA	
<i>Approvadas plenamente</i>	
Dd. Vulpiana Oliveira.	
Leocadia da Penha.	
Virgilia do Nascimento.	
Emilia O. Coutinho.	
<i>Simplesmente</i>	
Dd. Olindina Tovar.	
Dolentina Franco.	
TRABALHOS DE AGULHA E PRENDAS	
<i>Distincção</i>	
Dd. Margarida Coutinho.	
Virgilia do Rosario.	
Alice da Conceição.	
Alipia Cruz.	
Clarice Silva.	
Adelaide Gounet.	
<i>Plenamente</i>	
Corina Dæmon.	
Joanna Passos.	
Carolina do Nascimento.	
Leonor Cardoso.	
—	
Hoje, proceder-se-ão exames na aula pu- blica primaria da sra. d. Candida Marques Pessanha Póvoa.	
A comissão examinadora compõe-se do sr. Wlademiro Fradesso da S. cira, delegado litterario, presidente, professor Lellis Horta, dd. Candida Marques e Maria Luiza Otten.	

Fonte: EXAMES primarios, 1890, p. 2.

Além disso, saber que Joanna Passos concluiu plenamente os exames primários do Curso Elementar se dispõe como um dado extremamente relevante e revela aspectos

“Portanto, o que não dizer do grosso da população flagrantemente ausente da instrução, tanto homens como mulheres?” (ALMEIDA, 2009, p. 141).

da formação de professores desse período. Isso porque, entre a conclusão de seus exames primários em 1890 e sua aprovação para o magistério público primário do Estado em 1905 (durante o governo de Henrique da Silva Coutinho),<sup>60</sup> eram preconizadas as prescrições da Reforma Educacional de Moniz Freire (1892), quando O Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado do Espírito Santo previa, como exigência para ingressar no Curso Normal, que as moças tivessem aprovações “plenas” nos exames finais de escola primária. Além disso, eram requisitos: ser maior de 12 anos e menor de 30 anos e possuir atestado do professor que a ensinou ou de alguma autoridade do município que abonassem francamente o seu proceder. A falta de atestado sobre seu comportamento pessoal só poderia ser suprimida caso a matriculante fosse filha de “família honesta”, conforme o Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado do Espírito Santo de 1892 (apud ALVARENGA, 2018).

Assim, esse percurso histórico formativo, familiar e social, ressalta que a tendência da exigência da moralidade e de habilidades com o trabalho doméstico para o exercício do magistério feminino antecede a presidência de Estado do governo de Monteiro, já que também foi característica da Reforma Muniz Freire,<sup>61</sup> e se constituíram como tendências herdadas de um exercício inicial do período do Império, para estabelecer critérios para o exercício e a formação de professoras. Os primeiros Cursos Normais republicanos, como vimos, apresentavam o esvaziamento profissional do magistério, por fornecerem uma formação geral desvinculada “[...] de caráter profissional e voltada para especificidades de um mundo social que ainda não definia concretamente seus objetivos, evidenciando a fragilidade de uma experiência escolar que apenas aprofundava os conhecimentos do curso elementar” (ALMEIDA, 2009, p. 142-142).

Não localizamos atestados desse período, seja de algum professor de Joanna, seja de alguma autoridade do município, que abonassem francamente o seu “proceder” (como requeria o regulamento de Muniz Freire) ou como isso pode ter comprometido a sua formação como professora. Apesar dessa lacuna, acreditamos que, além de ter

---

<sup>60</sup> Governador do Espírito Santo entre 20 de novembro de 1890 e 11 de março de 1891 e 16 de junho de 1904 a 23 de maio de 1908.

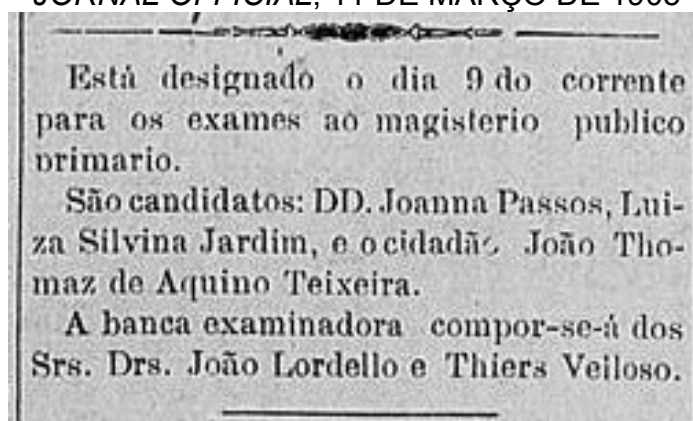
<sup>61</sup> “Ao que parece, a Reforma Moniz Freire alinhava-se às expectativas para a educação das mulheres no entresséculo: habilitar as meninas para o exercício do magistério ao mesmo tempo em que também preparava mulheres para cumprir o papel social de boas mães e esposas. Essa tendência se revela, por exemplo, nas aulas de trabalhos com agulha, corte, moldes e bordados” (ALVARENGA, 2018, P. 144).

concluído plenamente os exames primários, ela parece ter preenchido tais critérios necessários para exercer a profissão docente já que foi admitida para o cargo quando prestou concurso público para o magistério primário do Espírito Santo em 1905 (Imagem 16).

### 3.1 PROFESSORA JOANNA PASSOS

Contudo, somente durante o governo de Henrique Coutinho,<sup>62</sup> em 9 de março de 1905, aos 27 anos de idade,<sup>63</sup> Joanna prestaria exame para o magistério público primário (Imagem 15).

IMAGEM 15 – EXAME PARA O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO.  
JORNAL OFFICIAL, 11 DE MARÇO DE 1905



Fonte: JORNAL OFFICIAL, 1905, p. 1.

Tal processo seletivo contou com a avaliação de uma banca examinadora composta por João Lordello e Thiers Velloso,<sup>64</sup> ambos considerados indivíduos “influentes” na sociedade capixaba da época. Thiers Velloso, por exemplo, era visto como brilhante advogado, escritor e jornalista. Fundou o jornal A Gazeta e foi patrono da cadeira nº 28 da Academia Espírito-Santense de Letras. Joanna foi aprovada plenamente

<sup>62</sup> Político envolvido com a cúpula que governava o Estado e com o Partido Republicano Construtor, liderado por José de Melo Carvalho Moniz Freire (adversário político de Jerônimo Monteiro).

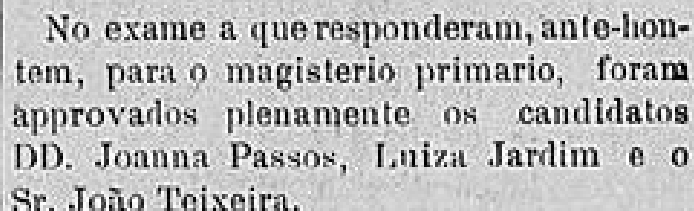
<sup>63</sup> Não tão jovem, se levamos em consideração que, por exemplo, a Reforma Educacional de Moniz Freire (1892) – Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado do Espírito Santo – permitia o ingresso de jovens de 12 anos no Curso Normal, ao passo que poderiam se tornar normalistas aos 16, já que na época esse curso, para o gênero feminino, possuía duração de três anos (Quadro 1).

<sup>64</sup> Luiz Adolpho Thiers Velloso era baiano, nasceu em 14 de junho de 1872 e faleceu em Vitória, no dia 27 de agosto de 1930.



(Imagem 16), juntamente aos outros dois candidatos que prestaram esse mesmo exame.

IMAGEM 16 – RESULTADO DO EXAME PARA O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO.  
*JORNAL OFFICIAL*, 11 DE MARÇO DE 1905



No exame a que responderam, ante-hontem, para o magisterio primario, foram aprovados plenamente os candidatos DD. Joanna Passos, Luiza Jardim e o Sr. João Teixeira.

Fonte: JORNAL OFFICIAL, 1905, p. 1.

Há registros de que Joanna substituiu por 60 dias uma professora de licença, na povoação de Mangarahy em 1907.<sup>65</sup> Em março de 1908, ainda lecionava nessa localidade, quando solicitou licença de 60 dias que lhe foi concedida no mesmo mês,<sup>66</sup> mas executada apenas em abril.<sup>67</sup> Nesse ano, iniciava-se a implementação das propostas e diretrizes da Reforma liderada pelo paulista Gomes Cardim (1908-1909).

No período de tal Reforma, o presidente de Estado era Jerônimo Monteiro (1908-1912) e, na historiografia capixaba, seu governo é reconhecido por promover ações modernizantes, deixando marcas principalmente na “[...] arquitetura da cidade de Vitória [...] na infraestrutura, no aparelhamento do Estado, na organização do ensino público e na formação de professores para atender às demandas da instrução pública” (SIMÕES; SALIM, 2009, p. 176), quando a economia agrícola predominava no Espírito Santo. .

De acordo com Vasconcellos (1995, p. 143), Monteiro ostentava formação “típica das oligarquias”, adquirida, inclusive, pelos seus estudos de Direito em São Paulo, numa época fortemente marcada pelos pensamentos positivistas. De todo modo, foi um dos governadores da Primeira República que, apesar de incorporarem e reproduzirem o

<sup>65</sup> PELA Instrução. **Jornal Oficial**, Victoria, ano III, n. 60, p. 1, 17 mar. 1907.

<sup>66</sup> REQUERIMENTOS despachados. **Diario da Manhã**. Victoria, ano I, n. 164, p. 1, 11 mar. 1908.

<sup>67</sup> DIRECTORIA da Instrução Publica: Officios Expedidos. **Diario da Manhã**, Victoria, ano I, n. 184, p. 1, 4 abr.1908.

discurso modernizante, “[...] estavam ligados diretamente à elite agrária dominante; mais que isso, chegaram ao poder conduzidos pela lógica do funcionamento político do coronelismo” (SIMÕES; SALIM, 2009, p. 188-189). As bases de sua formação política, além das contribuições adquiridas nos principais centros de ensino do país, constituíram-se no “[...] ambiente de uma fazenda escravocrata produtora de café e produtora, também, de comportamentos extremamente perversos, nos quais estava ausente a noção de cidadania” (VASCONCELLOS, 1995, p. 143).

Pelas influências adquiridas no contexto paulistano, ao empreender no Estado a Reforma Educacional entre os anos de 1908 e 1909, Jerônimo contou com a liderança do inspetor geral da Educação do Estado do Espírito Santo, Gomes Cardim,<sup>68</sup> um dos poucos de sua época com formação estritamente pedagógica (BONATTO, 2005). Cardim fazia parte da denominada geração dos “normalistas republicanos”, formada no contexto da Reforma Educacional do Estado de São Paulo, e defendia os “[...] movimentos de modernização do Brasil pela via da expansão e qualificação da instrução pública que, nos discursos oficiais, figurava como eixo sustentador do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural” (SIMÕES; SALIM, 2009, p. 170).

Entre as medidas tomadas pelos reformadores Monteiro e Cardim, destacamos a criação de um Departamento de Ensino, encarregado de todas as atividades educacionais, visando à modernização da educação pública, com principal alvo na formação de professores.

Tomando como foco a Escola Normal, o Governo Estadual capixaba “[...] instituiu uma política centralizadora em relação à educação, procurando estabelecer medidas que padronizassem a oferta do ensino” (SIMÕES; SALIM, 2009, p. 182) de modo que, em 1908, o Departamento de Ensino se torna responsável por controlar todos os serviços referentes à instrução pública e estipular diretrizes que visavam à homogeneização de práticas docentes, já que

[...] para promover as almejadas transformações no ensino primário e desenvolver o novo método de leitura, era preciso, antes de qualquer coisa, traçar novas diretrizes para a formação docente. O programa

---

<sup>68</sup> Foi “[...] responsável técnico pela elaboração dos decretos nº 108 e 109, ambos de 14 de julho de 1908, quando foi criada a Escola Modelo” (VASCONCELLOS, 1995, p. 155).

atribuía uma importância fundamental à formação prática dos professores. Sendo assim, a primeira medida constituiu na organização da Escola Modelo Jerônimo Monteiro que passou a funcionar como um centro destinado ao exercício da prática pedagógica pelos alunos do terceiro ano do curso normal (SIMÕES; SALIM, 2009, p. 184).

Na tensão entre formação geral e as especificidades profissionais da docência, com o fortalecimento da Escola Normal do Espírito Santo, a Reforma Cardim pretendia “[...] promover a qualificação de professores por meio de aprendizagens teóricas e práticas que servissem de embasamento ao exercício da docência e, também, na centralização do processo de regulação do magistério público” (SIMÕES; SALIM, 2009, p. 190). Para tanto, foram estipuladas alterações relativas à formação teórica, destacando-se o programa da disciplina Pedagogia Moral e Cívica, estabelecido pelo Decreto nº 116 de 8 de julho de 1908, com uma parte extensa dedicada a prever como fundamental a civildade e a moralidade para exercer a função docente. Assim,

[...] entre negar a liberdade aos professores e recusar a idéia de que os docentes deveriam ser tomados como autômatos, a reforma do ensino preconizada por Cardim, situada no conjunto das reformas político-administrativas promovidas durante o governo Jerônimo Monteiro, parecia destinada a moldar a cidadania de professores e alunos por meio de práticas educativas pensadas segundo os ditames de modernas teorias científicas no campo da Pedagogia e conduzidas sob a estreita vigilância do Estado (SIMÕES; SALIM, 2009, p. 190).

Cardim chegou a afirmar não ser o seu desejo “[...] transformar professores em autômatos” (SIMÕES; SALIM, 2009, p. 180), mas sim “[...] zelar desveladamente pela homogeneidade de vistas no ensino, para que ele não seja arrastado pelo caminho incongruente da anarquia” (ESPÍRITO SANTO, 1909, p.16, apud SIMÕES; SALIM, 2009, p.180). Nessa direção, acionou o controle da profissão docente muito mais pela via da “[...] regulação da moralidade, do civismo e de outras virtudes no exercício do magistério e na vida privada de professores e professoras” (SIMÕES; SALIM, 2009, p. 180).

Nesse contexto, em 1909, segundo ano da Reforma, Joanna lecionava na localidade de Regência. Não é possível afirmar que, nesse período, ela continuou atuando no Grupo Magnólia. Sabemos que durante o mandato de Jerônimo se dá “[...] visibilidade à valorização do teatro como templo educativo, que era palco de diversas formas

socializadoras” (SANTOS, 2016, p. 91). No entanto, o art. 69, da Lei nº 545, de 1908, de seu governo, previa que o cargo de professor primário era “[...] incompatível com qualquer outra profissão, excepto com o ensino particular” (SANTOS, 2016, p. 91).<sup>69</sup> Ainda que Joanna mantivesse “ilegalmente” suas atividades como atriz, isso parecia não interferir negativamente em seu desempenho na docência do magistério público primário, pois o jornal oficial do governo registra uma visita da preceptora à sua redação, adjetivando-a como “competente professora”.

Fomos, hontem, distinguidos com a visita das exmas. sras. d. d. Aurora Norbim e Joanna Passos, competentes professoras no Cachoeiro de S. Leopoldina e Regencia, e que deverão partir para aquellas localidades, a fim de iniciar os trabalhos escolares. Agradecemos a gentileza (INFORMES e notícias, 1909, p. 3).

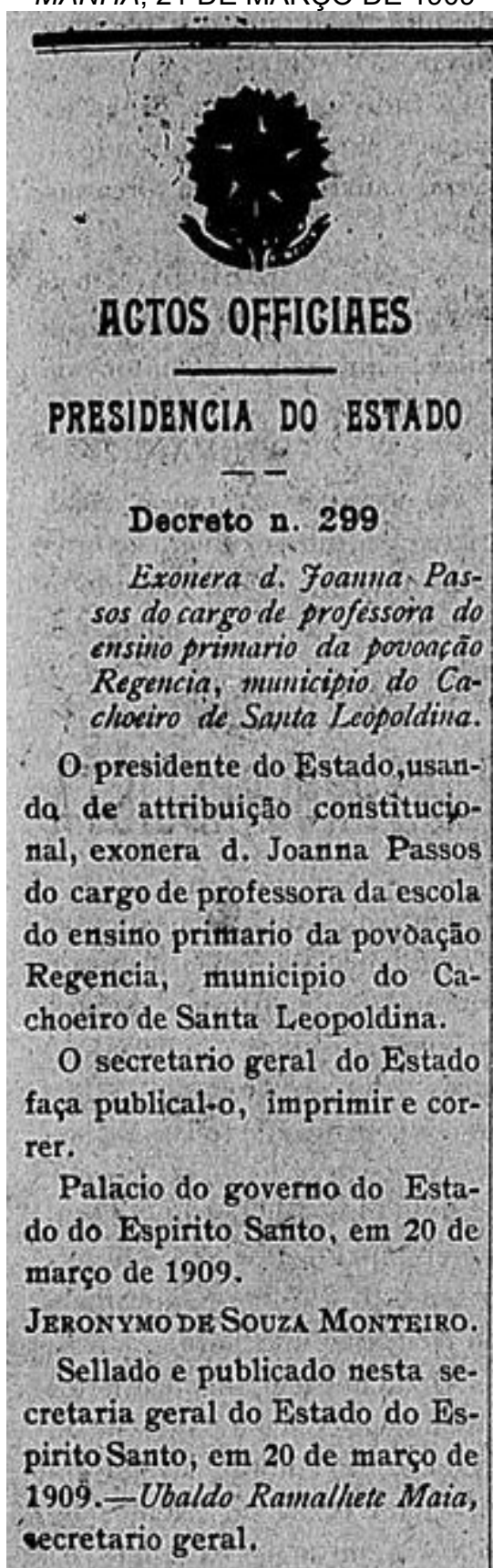
Não nos parece estranho que Joanna Passos tenha visitado esse jornal oficial do governo em 6 de fevereiro de 1909, pois, como vimos, tratava-se de uma pessoa, que, muito antes de se tornar professora do magistério público, assim como seus familiares, utilizava com frequência a imprensa para se comunicar.<sup>70</sup> Nosso estranhamento repousa no fato de que o mesmo jornal que elogiara a competência profissional de Joanna Passos, pouco mais de um mês depois, em 21 de março de 1909 (Imagem 17), publicaria a sua demissão. A “competente professora”, cuja visita “distinguia” a redação do *Diario da Manhã*, fora exonerada por motivos que o decreto silencia.

---

<sup>69</sup> ESPIRITO SANTO (Estado). **Lei n.º 545, de 8 de novembro de 1909**. Dá nova organização à Instrução Publica Primaria e Secundaria.

<sup>70</sup> Aparentemente, Joanna Passos não restringia suas publicações a um jornal específico – ela e sua família utilizavam os principais periódicos da época, independentemente dos partidarismos de cada um.

IMAGEM 17 – DECRETO N. 299, EXONERA D. JOANNA PASSOS. *DIÁRIO DA MANHÃ*, 21 DE MARÇO DE 1909



Joanna foi, então, demitida perto de completar quatro anos em exercício no magistério público primário estadual, aos 31 anos de idade. O Decreto n.º 299, assinado pelo chefe de Estado, Jerônimo Monteiro, em 20 de março de 1909, e publicado no jornal *Diario da Manhã* no dia posterior, exonerava-a do cargo de professora do ensino primário da povoação Regência, município de Cachoeiro de Santa Leopoldina, mas não apresentava justificativas que pudessem argumentar tal decisão (Imagem 16).

Mas, afinal, o que teria motivado a demissão de Joanna Passos? O que teria acontecido, em tão pouco tempo, para que políticos responsáveis pela educação e o *Diario da Manhã* mudassem de ideia, tão repentinamente, sobre a professora, a ponto de decretar a sua demissão e promover, posteriormente, a sua difamação?

O relatório que argumentava as causas da demissão de Joanna Passos, mantido em sigilo pelas autoridades, foi produzido, três dias antes de sua exoneração, pelo inspetor escolar Alberico Lyrio dos Santos,<sup>71</sup> destinado ao inspetor geral do Ensino do Espírito Santo, Gomes Cardim, com o seguinte teor:

Vitoria, 17 de março de 1909.

Exmo. Sr..Tendo regressado da viagem em que empreendi; acompanhado pelo professor de Cariacica, Sr. João Pinto Machado, designado para auxiliar-me, cumpru-me levar ao conhecimento de V. Ex. que, no desempenhar as funções [inerentes] ao cargo que ocupo, inspecionei a aula estabelecida na povoação Regencia, a qual é designada pela prof. D. Joanna Passos.

**Chegando a Povoação precisamente no momento em que deviam ser iniciados os trabalhos escolares, designei-me ao edificio onde ela funciona, não encontrando vestigios sequer de observancia de horário instituído por essa Inspetoria.**

Surpreendido pela falta, **procurei conhecer as razões que levavam a professora Passos a não cumprir estritamente os deveres de seu cargo e soube: que não dava aula durante semanas inteiras, ausentando-se com frequência da localidade, sem razão justificável; que não observava horario, programação de ensino e que, em suma, era censurável a sua conduta privada.**

Essas **acusações foram confirmadas por principais pessoas do lugar**, que se comprometiam a dar provas irrefutaveis destes assuntos.

Assim sendo, e diante de provas irrecusaveis, **acredito que seja prejudicial a permanencia da referida professora no cargo que**

<sup>71</sup> ESPÍRITO SANTO. Inspetor Escolar Alberico Lyrio dos Santos. Relatório enviado ao Inspetor Geral do Ensino do Estado do Espírito Santo. In: **Ofícios recebidos pelo Diretor da Instrução Pública (1901 - 1913)**, 17 mar. 1909.

**hora ocupa, cargo que só pode ser exercido por preceptoras sobre cuja correção não paire a mais leve suspeita.**

Sudações Exmo. Sr. Inspetor Geral do Ensino do Estado do Espírito Santo,

O Inspetor Escolar na Comissão, Alberico Lyrio dos Santos (ESPÍRITO SANTO, 1909, grifo nosso).

O silêncio causado pelo decreto seria quebrado por Joanna, que, mesmo com o sigilo do relatório, parecia conhecer os argumentos utilizados contra ela e parte em sua própria defesa, promovendo um movimento de inconformidade sobre sua demissão, por meio de uma carta pública, divulgada pelo jornal *Estado do Espírito Santo*, em 15 de maio de 1909:

Havendo sido demitida do magistério publico primario deste Estado, sem que motivos fossem alegados para apoiarem um tal acto, tornei a resolução de vir á imprensa, afim de interrogar ao arbitrário autor da minha demissão e de explicar á população o que contra mim injustamente corre (PASSOS, 1909, p. 2).

Em contrapartida à acusação de faltas atribuídas a ela no exercício da profissão, revela aspectos da precária situação de trabalho à qual os professores eram submetidos na época. Afirmava que, como qualquer docente da época, era obrigada a investir em longas viagens, para que pudesse receber o próprio salário e afirmava que o inspetor Alberico Santos se aproveitara levemente de uma dessas situações de ausências necessárias para levantar suspeitas sobre ela.

[...] Dirigia eu a cadeira da escola primaria da povoação 'Regencia' e **como nesse lugarejo não habitava o fiscal escolar, encarregado de pôr o 'visto' nos requerimentos exigidos para se proceder ao pagamento, nos dias de que delle necessitava, ausentava-me da povoação**, depois de tempo destinado a aula, e ia a **Bôa Esperança, onde solicitava o referido atestado.**

Acontece que n'uma dessas necessárias ausencias, apareceu o **Sr. Alberico Santos, e, como não me encontrasse, achou de vir para Victoria e de fazer uma tremenda carga do 'meu pouco caso' com a aula, e, o que é mais, teve o desplante de, abusando da minha posição de moça pobre e indefeza, levantar contra a minha probidade as mais indignas aleividades**

Não se ficou ahí o Sr. Alberico, **disse ainda que a minha ignorancia era manifesta e que assim sendo, eu não poderia continuar a leccionar** (AO PUBLICO, 1909, p. 2, grifo nosso).

Joanna também denuncia a difamação como traço da violência moral utilizada como mecanismo de controle aos quais as professoras eram submetidas na época. Somada à frágil posição da figura feminina na sociedade patriarcal da Primeira República, para

além da questão de gênero, afirmava que ser moça pobre agravava a sua situação de vulnerabilidade, evidenciando o domínio oligárquico de famílias ricas sobre as famílias pobres capixabas e a pobreza como fator que reforçava a sua situação de marginalidade.

Para Almeida (2009), no contexto nacional, apesar de os ideais liberais terem conseguido solidificar a escola como via social, na medida em que as mulheres passaram a se fazer cada vez mais presentes na profissão docente, com a feminização do magistério, seja para obter conhecimentos, preparo para a vida no lar, seja também para exercer uma profissão que lhes permitisse sobreviver com seu próprio rendimento, a instrução feminina deveria ser mantida dentro de certos limites para que não ameaçasse os lares, a família e o homem. Ou seja, por um lado, a “[...] independência econômica das mulheres, obtida com o desempenho de uma profissão e sua autonomia intelectual” representava uma ruptura com acordos estabelecidos na imagética social elitista da época e poderia ocasionar desordem social” (ALMEIDA, 2009, p. 145-146), pois,

A corrente higiênica havia plantado a semente da mulher ser a principal responsável pela saúde de seu corpo e dos filhos. Os homens deveriam ser os provedores da família e os guardiões das mulheres. Portanto, a educação deveria encaminhar-se para os objetivos definidos quanto aos papéis sexuais: às mulheres, a reprodução; aos homens, a proteção. Esses valores se estenderiam a todas as áreas: no lar, na política, na economia, na sociabilidade, na religiosidade, nos hábitos e costumes, enfim na própria cultura do período, instalando um imaginário social resistente a mudanças (ALMEIDA, 2009, p. 146).

Assim, “[...] para a mulher pobre, devido às suas condições de vida e à necessidade do trabalho, não era possível atender às prescrições morais de não frequentar determinados espaços públicos” (LACERDA, 2016, p. 50). Sobre a arbitrariedade das decisões que levaram à sua demissão ainda argumentava que:

A infame e falsa queixa deu em resultado a minha demissão.  
Baldado foi o esforço por mim empregado para fazer o Sr. Director reconsiderar o seu impensado acto: tudo em vão.  
**Não contentes da indigência a que me condemnaram, os Srs. Alberico Santos e Gomes Cardim fôram até onde somente descem os desclassificados – atiraram-me na lama da defamação!** (AO PUBLICO, 1909, p. 2, grifo nosso).



Além da violência moral, Joanna afirmou ter sofrido outra violência típica do coronelismo local: a ameaça! Mesmo ameaçada, Joanna demonstra não ser tão indefesa como afirmara, dispondo-se a enfrentar seus detratores diante da população capixaba.

**Nada conseguindo do sr. Director, e ainda por ele ameaçada** de ataques injuriosos pelos jornaes, se viesse para a imprensa desafrontar-me, acho-me aqui prompta para desmascarar os meus baratos inimigos (AO PUBLICO, 1909, p. 2, grifo nosso).

Até então, em pesquisas anteriores, acreditava-se que Joanna Passos havia reagido “[...] em defesa de sua honra, sem se preocupar em desmentir acusações acerca da sua conduta profissional” (SIMÕES; SALIM, 2009, p. 180-181). No entanto, o encontro com essa carta possibilitou-nos identificar que a professora também defendia com ardor as suas habilidades profissionais e seu compromisso com as aulas que lecionava, apropriando-se do próprio sistema de vigilância estadual utilizado sobre os docentes para argumentar em seu favor sobre a sua pontualidade com as aulas. Chegou a enfrentar o inspetor que a chamou de incompetente, desafiando-o a participar, com ela, de um torneio sobre as matérias exigidas para o professorado.

**A primeira allegação de ‘pouco caso para com a aula’, é simplesmente mentirosa, e não resiste ao primeiro exame que se fizer nos requerimentos mensaes, onde os ‘attestos’ do sr. Fiscal lá estão para provar que eu dava sempre as aulas com pontualidade;** quanto à segunda, aguardo a resposta do sr. Cardim, para então lhe provar como se póde confundir um homem, que se esquece da posição que ocupa, para palmilhar um terreno ingrato. Resta a terceira. **Chamou me de incompetente o sr. Alberico! Mas quem ha ahi que não conheça a *competencia* desse moço? Quem é que não sabe que esse rapaz não póde se desempenhar do cargo que occupa,** pela simples razão de nada haver aprendido, como demonstrado ficou em concurso que prestou em uma repartição, e como ainda posso provar **se elle quizer se sujeitar a um torneio comigo, sobre as materias exigidas para professorado!**

Feliz tem sido elle de não haver sido encarregado da confecção de um trabalho á vista dos collegas, porque então **seria uma cousa interessante vê-se um Inspector Escolar sem saber fazer um simples ditado!**

A questão da incompetencia não para ahi; o sr. Gomes Cardim tem nella um bom quinhão. Se o illustrado e tão elevado Doutor (?) desejar que lhe aponte algumas das suas innumeradas [...] que tem plannado, quer em discursos, quer em escriptos, **tornarei a empresa, afim de mostrar ao povo como é que se quebra um ídolo com pés de barro e como se desmascara, com provas legaes e irrefutaveis, a quem**

**vomitou insultos e improprios as faces de uma moça.** Victoria, em 11-5-909. *Joanna Passos* (AO PUBLICO, 1909, p. 2, grifo nosso).

Joanna, desse modo, possibilitou-nos problematizar o controle da docência pelas vias da moralidade e da conduta privada, pois, ao defender sua habilidade como professora, valoriza o exercício do magistério como profissão que exige formação e conhecimentos específicos. Pela sua inconformidade, ao desafiar Jerônimo e Cardim e ao levantar dúvidas sobre a competência do inspetor Alberico dos Santos, para ocupar tal função, evidencia que o sistema oligárquico capixaba do início do século XX possibilitava o favorecimento de cargos públicos no âmbito da docência. Em detrimento dessas práticas, deixa ver que indivíduos, muitas vezes inabilitados, ocupavam cargos públicos no campo da educação local, comprometendo a qualidade dos serviços prestados por esse setor em prol do clientelismo. Sobre isso, Franco (2001, p. 100) concorda que, nesse contexto,

[...] o clientelismo político sempre acabava preponderando. Os políticos utilizavam-se da nomeação ou da remoção de professores quase sempre para beneficiar seus apadrinhados. Não raro, professores totalmente incompetentes para o exercício das atividades garantiam sua permanência nas escolas, pois, em troca desse favor, conseguiam votos para os 'padrinhos' (FRANCO, 2001, p. 100).

Por fim, no caso de persistirem os ataques, disposta a não se calar diante das autoridades do governo e voltar à imprensa se necessário. Ameaçada e mesmo defendendo sua competência profissional, entra no jogo das acusações morais feitas contra ela para se defender. Ao arriscar-se, para provar que nenhuma das acusações era verdadeira, “[...] tenta agremiar testemunhas que comprovassem sua boa conduta. Aceita, então, ser submetida ao teste de virgindade e [...] arregimenta a imprensa contrária a Jerônimo Monteiro para expor as arbitrariedades que ele cometia” (FRANCO, apud DIAS et al., 2008, p. 115-116).

Talvez, por isso, o caso demissional da docente virou notícia frequente nos jornais, tendo sido anunciado pelo *Estado do Espírito Santo* como “O Supremo Escandalo”. Foi, contudo, a partir da tensão provocada por Joanna que se desenvolveu um grande debate nos jornais capixabas sobre a sua demissão, envolvendo interesses políticos dos jornais da situação ou da oposição e da população local, movimentando a sociedade capixaba para assuntos que convergem à educação, o exercício do

magistério e os mecanismos de controle utilizados sobre professores no contexto oligárquico e patriarcal do governo de Jerônimo Monteiro.

Como dito, por esse movimento, provocado pelo enfrentamento feito por Joanna aos governantes que controlavam os jornais capixabas e utilizavam esse recurso como instrumento de violência política e moral, foi produzido um número relevante de publicações jornalísticas que se manifestaram muito mais a favor do que contrárias às reivindicações da professora. Portanto, a singularidade da atitude tomada pela docente provoca, contudo, fissuras em narrativas que generalizam a condição feminina ao confinamento do ambiente doméstico ou à mera submissão às ações do coronelismo oligárquico patriarcal, pois ela teve a petulância “[...] de desafiar o autoritário Jerônimo Monteiro, acostumado a dar ordens e ser obedecido e capaz até de enfrentar os adversários a bala. Suprimir escolas, colocar professoras em disponibilidade, transferir para localidades distantes” (FRANCO, apud DIAS et al., 2008, p. 115-116) como punições corriqueiras.

Torna-se, então, admirável a inconformidade dessa professora, vinda de uma família matriarcal, constituída por mulheres professoras que com frequência se envolviam em outras atividades para garantir o seu sustento. Para Franco (2001, p. 88-89):

[...] Independentemente de a mulher vir ou não a se profissionalizar, no caso do Espírito Santo, o que interessava, sobretudo com o desenvolvimento industrial no início do século XX e com o crescimento da economia decorrente da exportação do café, era que substanciais modificações ocorressem na instrução oferecida ao gênero feminino, pois começava a se abrir para a mulher a possibilidade de ingressar no mercado do trabalho [...]. Apesar de ainda existirem grupos que idealizavam a mulher como esposa, [...] a própria necessidade de a mulher se inserir, mesmo que lentamente, no mercado de trabalho pôs por terra esse ideal. Isso principalmente nas camadas menos favorecidas economicamente, que tinham de ir à luta para garantir a própria sobrevivência e muitas vezes a de toda a família.

Pela perspectiva micro-histórica, que sugere a variação de escalas para observação na pesquisa historiográfica, assim como fez Levi (2000) em *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, reconstruir a trajetória de vida de Joanna Passos se tornou pertinente para reconhecer que, além das dinâmicas

gerais dos acontecimentos visíveis em larga escala, os indivíduos jogam estratégias significativas. Com o tempo,

[...] todas as as estratégias pessoais e familiares tendem talvez a aparecer niveladas em um resultado comum de equilíbrio relativo. Mas a participação de cada um na história geral, na formação e modificação das estruturas sustentadoras da realidade social, não pode ser avaliada somente pelos resultados perceptíveis: no curso da vida de cada um, ciclicamente, nascem problemas, incertezas, escolhas, uma política da vida cotidiana que tem o seu centro no uso estratégico das regras sociais (LEVI, 2000, p. 45).

Mas, afinal, quais foram as estratégias (LEVI, 2000) jogadas por Joanna? Ao valorizar múltiplas vozes, como seu caso demissional e sua inconformidade podem contribuir, como elemento indiciário, para problematizar os dispositivos utilizados para controlar a docência e visibilizar as relações de força decorrentes das tensões provocadas a partir das possibilidades de resistência diante das iniciativas de regulação do magistério no contexto do Espírito Santo da Primeira República?

#### 4 UM CASO SÉRIO

*'Nossas tristes sociedades' [...] 'põem-se a duvidar de si próprias' e se perguntam se o passado não é culpado, seja por tê-las enganado, seja por não terem sabido interroga-lo (LE GOFF, 2001, p. 18).*

Neste capítulo analisamos o processo demissional de Joanna Passos e sua repercussão na imprensa, o que nos possibilitou problematizar formas de controle exercidas sobre a docência e compreender as relações de força que atravessaram o exercício do magistério capixaba, no contexto da Reforma Educacional de Gomes Cardim (1908-1909). Nesta análise, destacamos três elementos fundamentais que marcaram a profissão docente nesse contexto e que, por se entrelaçarem, não podem ser considerados isoladamente: a pobreza, a moralidade e a questão de gênero (esta última, por levarmos em conta o processo de feminização da profissão docente) no contexto patriarcal da Primeira República.

Como destacamos, a inconformidade de Joanna permitiu-nos acessar pistas sobre possibilidades de resistência aos mecanismos de controle utilizados pelos reformadores Cardim e Monteiro, deixando ver, por conta de sua repercussão, relações de força travadas durante o período investigado.

Foi somente diante das denúncias públicas feitas por Joanna Passos, que Cardim procurou se explicar ao governador Jerônimo Monteiro, comunicando-lhe, por meio de correspondências oficiais, sobre a iniciativa de enviar outro inspetor escolar, Archimino de Mattos, para averiguar os fatos e proceder a um novo e rigoroso inquérito.

Ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado. Confirmando os motivos da solicitação verbal que tive a honra de fazer a Vossa Excelencia, sobre a professora da Povoação Regencia, D. Joanna Passos, apresento a esclarecida apresentação de V. Excelencia, o resultado do novo e rigoroso inquerito procedido pelo Senhor Inspetor Archimino M. de Mattos, do qual se conclui a veracidade das graves acusações que pesavam sobre a conduta dessa educadora. Deaute das provas esmagadoras obtidas pelas respostas da carta junta e pelas declarações firmadas por oito testemunhas, não posso, a bem da moralidade e do serviço publico, deixar de insistir sobre o fato e por uma medida que ponha em destaque a justiça com que costuma a Inspetoria Geral solucionar todas as questões que estão dentro da

obtida de suas atribuições. I. G. Carlos A. Gomes Cardim (ESPÍRITO SANTO, 1909, p. 7).<sup>72</sup>

Em vista de se retratar também com a população local, tal decisão chegou a ser noticiada, no mesmo dia, pelo jornal *Commercio do Espirito Santo*, em 17 de maio de 1909:

Em vista das acusações levantadas na imprensa desta capital pela professora d. Joanna Passos, a proposito de sua recente exoneração, o dr. director do ensino publico determinou a ida do inspector escolar Archimino de Mattos para séde da respectiva escola afim de abrir alli rigoroso inquerito e apurar o que de verdade existiam nos pontos de accusação determinantes da pena imposta á referida professora. Na diligencia a que procedeo o inspector Archimino, depuzeram 8 testemunhas, todos unanimes em attestar desfavoravelmente a conducta da professora, em virtude do que, segundo sabemos, o director do ensino vae propôr uma ratificação ao acto que a exonerou (COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO, 1909, p. 1).

No entanto, como pode ser observado pela leitura desses dois textos, a nova visita parece ter servido apenas para vitimizar os responsáveis pela demissão e confirmar a exoneração da professora, ratificada tendo como sustentação os depoimentos de oito testemunhas, até então não identificadas, que pesavam estritamente sobre a conduta moral da professora. Nada se falou sobre a sua competência profissional, tão defendida pela própria professora.

O jornal oficial do governo ainda procurou se justificar por não ter publicado o verdadeiro teor do novo inquérito contra a professora, alegando que continha afirmativas indecentes que não convinham vir a público, pois eram moralmente impróprias. Ao mesmo tempo, estranhamente, informava que o documento estaria disponível na sede da imprensa oficial para conhecimento dos possíveis interessados:

Á disposição de quem os quizer ler, ficam desde hoje, na imprensa official, o inquerito ultimamente procedido na Regencia, sobre o caso da professora Joanna Passos e as cartas à que este se refere, algumas das quaes desmentidas no interrogatorio das proprias pessoas a cujo punho se attribue a assignatura dessas missivas.  
**Adoptamos um tal meio de publicidade, por conterem os documentos em questão affirmativas menos decentes de**

<sup>72</sup> ESPÍRITO SANTO. Fundo Educação. Inspetor Geral do Ensino 1908-1909: Cardim) Livro n. 112 (275) – Registro de Ofícios do Inspetor Geral do Ensino enviado ao Presidente de Estado, Ofício n.º 45, p. 7, 17 maio 1909.

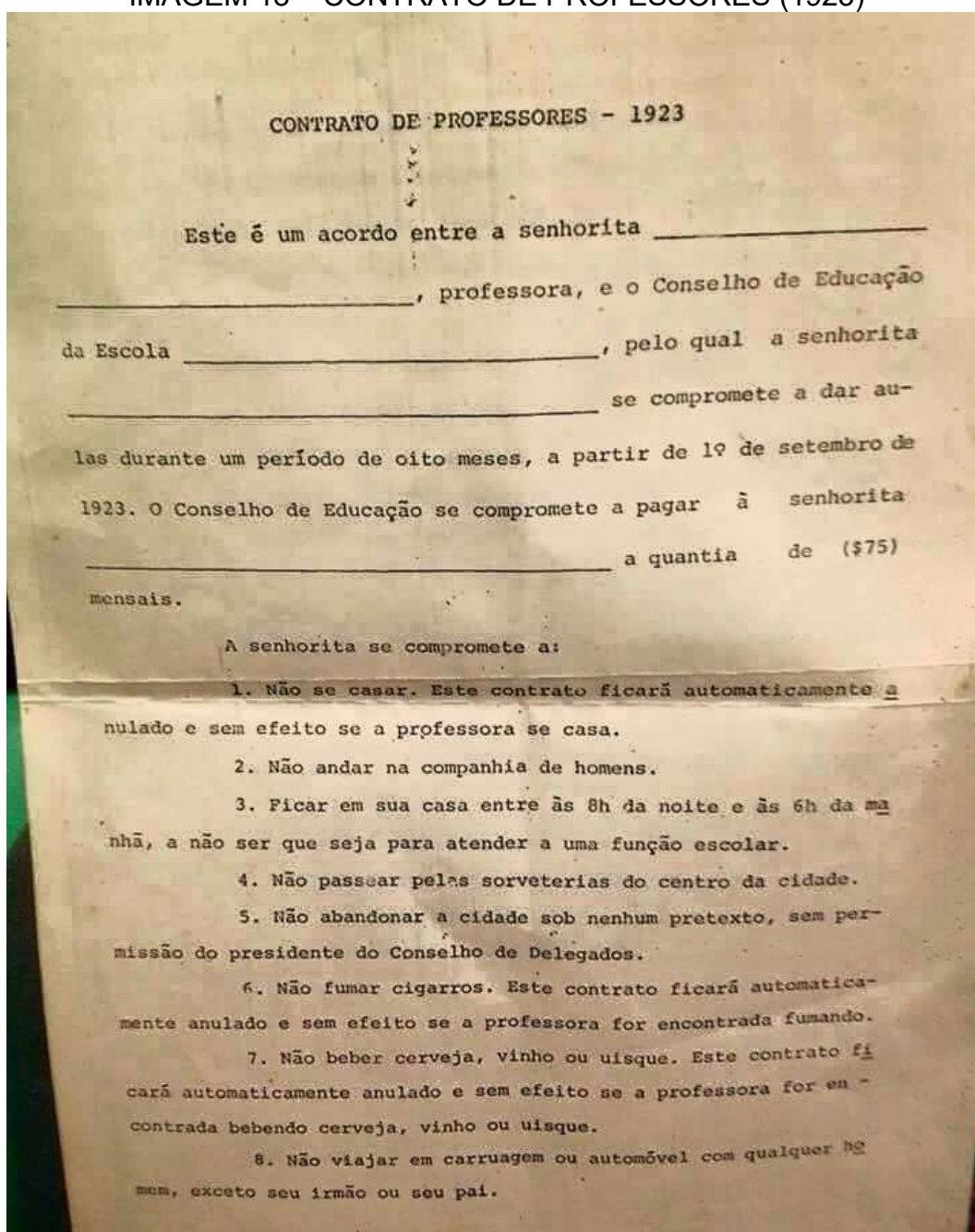
**figurarem em nossas columnas** (DIARIO DA MANHÃ, 1909, p. 2, grifo nosso).

Sabemos que não é novidade que “[...] a homogeneidade e a harmonia, em associação com a moralidade, constituíam diretrizes importantes da reforma Cardim” (SIMÕES; SALIM, 2009, p. 180) para o exercício do magistério. Sobre essas diretrizes, Almeida (2009) argumenta que, no contexto nacional, apesar dos discursos políticos inflamados sobre a necessidade de investir na formação de professores e dos estímulos ao processo de feminização da profissão docente, provocados pela iniciativa de escolarizar meninos e meninas, as primeiras Escolas Normais eram parcas de recursos. Essas instituições se estabelecem de maneira fraca, quanto aos programas, e ausentes de uma proposta pedagógica coerente com os objetivos de formação de professoras (ALMEIDA, 2009) o que, aparentemente, foi um dos fatores contribuíram para que as prescrições para o ingresso nos cursos de formação e para o exercício da docência por professoras em nada exigissem competência e habilidades específicas dessa profissão. As normas eram pautadas em comportamentos morais restritos ao ambiente doméstico e familiar, com base nos comportamentos das elites e do patriarcado.

Esse esvaziamento das prescrições profissionais para o magistério público primário em âmbito nacional, somado à demissão de Joanna Passos, também nos remeteu a um interessante contrato de professores do início do século XX, que recentemente tem circulado na internet, em sites e redes sociais. Esse contrato circulava nesses meios, em algumas situações, com legendas que se manifestavam criticamente sobre as formas de controle que se constituíram historicamente sobre a profissão docente, e, em outras situações, com legendas de tom cômico, talvez por desacreditarem na veracidade do documento por conta do rigor das exigências que ele continha sobre a conduta privada, de forma aparente e anacronicamente absurdas, para que as mulheres pudessem exercer o magistério.

Apesar de o documento ser intitulado como “contrato de professores”, os critérios nele estipulados eram destinados às professoras e nada exigiam em termos de competência e habilidade profissionais. Segue o documento na íntegra (Imagem 18):

IMAGEM 18 – CONTRATO DE PROFESSORES (1923)



Fonte: Facebook.

Em algumas matérias divulgadas na internet,<sup>73</sup> inclusive em algumas páginas de conteúdo historiográfico, esse documento foi erroneamente atribuído a um contrato de professores do Estado de São Paulo. Porém, na verdade, trata-se de um modelo de contrato de trabalho de 1923, assinado por professoras, em sua nomeação, na

<sup>73</sup> Por exemplo, disponível em: <http://www.joaovfneto.com.br/2015/06/contrato-de-professores-ano-1923.html>; em <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/contrato-de-professora-em-1923-proibia-de-casar-frequentarsorveterias-andar-com-homens-16384742>; e em <https://tokdehistoria.com.br/2015/06/09/contrato-de-professora-em-1923-proibia-de-casar-frequentar-sorveterias-e-andar-com-homens/>. Acesso em: 15 maio 2019.



cidade de San Salvador (América Central),<sup>74</sup> indexado ao artigo *Indícios do sistema coeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1890/1930)*, da professora Jane Soares de Almeida (2009), pelo qual a autora indicou a “[...] universalidade da subjugação feminina também no magistério” (ALMEIDA, 2009, p. 150).

Mesmo com essas imposições e restrições, no contexto da Primeira República no Brasil, com a necessidade de expansão da escolarização, as mulheres se fizeram cada vez mais

[...] presentes na instituição normalista e a procuravam para obter conhecimentos, preparo para a vida no lar e também ter uma profissão que lhes permitisse sobreviver com seu próprio rendimento. A adequação da profissão de professora às expectativas sociais quanto ao sexo feminino rapidamente levou à feminização do magistério. O ensino de crianças de tenra idade desempenhado por mulheres implantou na sociedade uma imagética que se alinhava com o valorizado papel materno e a profissão tornou-se bastante popular entre as jovens. Os homens, embora em menor número, também procuravam pelas escolas normais e uma vez ingressos na carreira do magistério buscavam por cargos de chefia e direção, diferentemente das mulheres que permaneciam nas salas de aula (ALMEIDA, 2009, p. 144).

Por essa perspectiva, a demissão da professora Passos ressalta que, apesar do frequente interesse encontrado nos discursos modernizantes dos governos republicanos em profissionalizar a docência, com a vulnerabilidade social que as mulheres enfrentavam no início do século XX, até mesmo no trabalho, elas “[...] continuaram sendo submetidas a padrões comportamentais que serviram para impor barreiras à sua liberdade, autonomia e principalmente sobre a sexualidade” (ALMEIDA, 2009, p. 151).

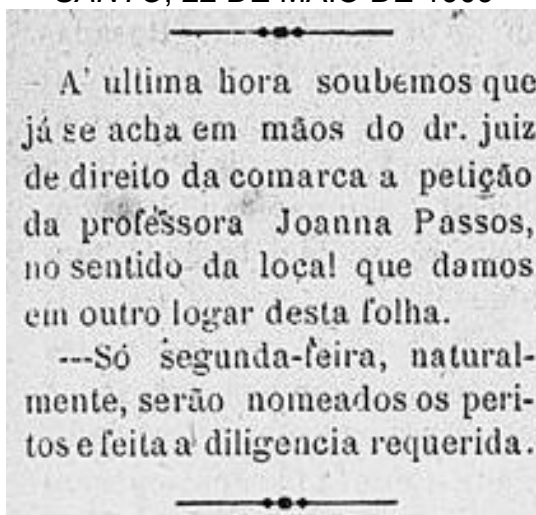
Talvez por isso, sabendo que, para efetivar sua demissão, foram levantadas dúvidas sobre sua moralidade associadas à sua “virtude”, Joanna entra no jogo das alegações levantadas contra ela, prontificando-se a se submeter a um teste de virgindade, o que se estabelece como uma das principais estratégias jogadas pela professora, pois a “[...] a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula

---

<sup>74</sup> “Consegui esse documento de colegas quando estive num encontro de historiadores em Havana, Cuba, em 2003” (ALMEIDA, 2009, p. 150).

flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (GINZBURG, 2005, p. 25). A decisão foi amplamente divulgada (Imagens 19, 20 e 21):

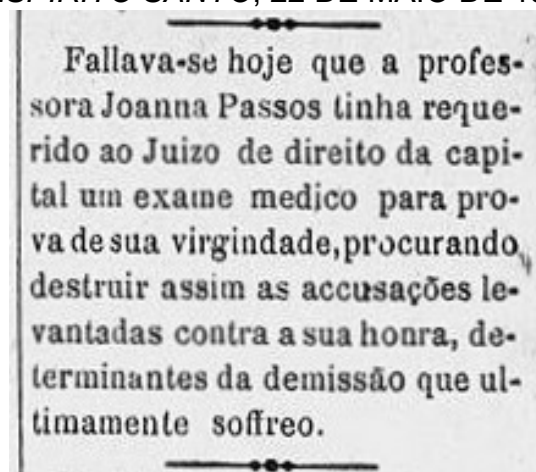
IMAGEM 19 – A PETIÇÃO DA PROFESSORA  
JOANNA PASSOS. *COMMERCIO DO ESPIRITO  
SANTO*, 22 DE MAIO DE 1909



— A' ultima hora soubemos que já se acha em mãos do dr. juiz de direito da comarca a petição da profêssora Joanna Passos, no sentido da local que damos em outro lugar desta folha.  
---Só segunda-feira, naturalmente, serão nomeados os peritos e feita a diligencia requerida.

Fonte: *COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO*, 1909, p. 1.

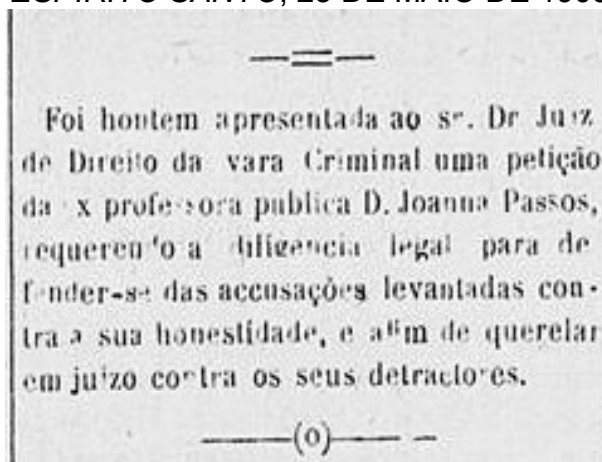
IMAGEM 20 – EXAME MÉDICO. *COMMERCIO DO  
ESPIRITO SANTO*, 22 DE MAIO DE 1909



Fallava-se hoje que a profes-sora Joanna Passos tinha reque-rido ao Juizo de direito da capi-tal um exame medico para pro-va de sua virgindade, procurando destruir assim as acusações le-vantadas contra a sua honra, de-terminantes da demissão que ul-timamente soffreo.

Fonte: *COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO*, 1909, p. 2.

IMAGEM 21 – INTERESSE LOCAL. ESTADO DO  
ESPIRITO SANTO, 23 DE MAIO DE 1909



Fonte: INTERESSE Local, 1909, p. 1.

Em questão de dias, o resultado do exame, executado por médicos “distintos” da localidade, foi noticiado nos mesmos dois jornais que informaram a iniciativa de Joanna de provar sua virgindade, atestada pelos doutores João dos Santos Neves e Cezar Velozzo:

O dr. Juiz de direito da Capital, deferindo a petição da professora Joanna Passos, marcou para hoje ás 2 horas da tarde o exame medico requerido, nomeando para peritos os drs. Cezar Velloso e João dos Santos Neves.

**---Soubemos que após o exame, verificado na residencia da requerente, os dois distintos profissionaes responderam aos quesitos --- de modo absolutamente favorável á examinada, que assim offerece á sociedade uma prova decisiva e irrefutavel de sua honestidade** (COMMERCIO DO ESPÍRITO SANTO, 1909, p. 1, grifo nosso).

Hontem, ás 2 horas da tarde, á ex-professora publica D. Joanna Passos, foi submetida ao exame que requerera judicialmente, tendo os peritos respondido, accordemente, **afirmando não se achar a mesma desvirginada, como depuzeram testemunhas de um inquerito a que mandou proceder o sr. director geral do ensino publico** (INTERESSE Local, 1909, p.1, grifo nosso).

As notas indicadas, apesar de serem explicitamente favoráveis à Joanna Passos, diante da suposta comprovação de sua virgindade, mostram a utilização do exame de virgindade ainda como argumento para comprovar e garantir a honestidade da professora e qualificá-la a exercer a função do magistério. Assim, dando a ver que era comum, nesse contexto, a estreita relação entre docência e prescrições morais de gênero, os mesmos princípios utilizados no jogo cultural para a alegação de sua

incompetência profissional foram utilizados como estratégia em sua defesa por Joanna e seus defensores. Observamos que a

[...] ideologia de manter a parcela feminina ausente da instrução, prática acatada na Colônia e no Império, foi parcialmente questionada nos tempos republicanos por força dos discursos positivista e eugênico, que veiculavam a necessidade da educação feminina como forma de se manter a família e a pátria dentro de cânones desejáveis para o desenvolvimento. A corrente higiênica havia plantado a semente da mulher ser a principal responsável pela saúde de seu corpo e dos filhos. Os homens deveriam ser os provedores da família e os guardiões das mulheres. Portanto, a educação deveria encaminhar-se para os objetivos definidos quanto aos papéis sexuais: às mulheres, a reprodução; aos homens, a proteção. Esses valores se estenderiam a todas as áreas: no lar, na política, na economia, na sociabilidade, na religiosidade, nos hábitos e costumes, enfim na própria cultura do período, instalando um imaginário social resistente a mudanças (ALMEIDA, 2009, p. 146).

Para Almeida, a influência dos ideais iluministas positivistas, que associavam o progresso à luz da razão científica, quanto à necessidade de instruir as mulheres, dava suporte para o uso da moralidade como forma de controle no caso das professoras. Por exemplo, os “[...] seguidores de Comte admitiam a inferioridade orgânica e intelectual das mulheres, mas as consideravam superiores do ponto de vista moral, o que as fazia merecedoras da *abnegada e louvável missão* de educar as crianças” (2009, p. 143). Assim, rompiam com a ideia de destinar “[...] à parcela feminina apenas a função de procriar, embora mantivessem a estreita relação professora-mãe” (ALMEIDA, 2009, p. 1).

Joanna, quando foi demitida aos 33 anos, era solteira (já em idade avançada, se considerarmos a faixa etária em que as mulheres da época se casavam) e tampouco era mãe. Em contrapartida aos modelos comportamentais da época, a utilização do resultado do exame médico, pautado em métodos científicos, tomando a ciência como conhecimento absoluto, para comprovar, em teoria, a virgindade da professora, servindo como álibi, tanto para defender sua conduta como para atestar sua competência como docente, indicia também a forte presença dos ideais positivistas, adotados em forma de reivindicação, como veremos na nota a seguir:

O caso da ex-professora Joanna Passos, que de há tempos a esta parte tem trazido a opinião pública em alvoroço, vae dentro em breve ter um fecho, em virtude do resultado produzido pelo exame medico-

legal, hontem levado á effeito pelos competentes clinicos drs. João dos Santos Neves e Cezar Velloso.

**É assim que o exame, a que se sujeitou a senhorita Joanna Passos, deu em resultado a prova cabal de que essa moça foi victima ou de uma perseguição horrivel, taes os meios de que se lançou mão para incompatibilisal-a com a sociedade, ou de um barato *truc*, empregado com fins , que se desconhece.**

O *Estado* manteve-se até hoje em simples expectativa, a espera de que a diligencia ordenada pelo integro juiz fosse operada, para então surgir, como ora faz para solicitar do executivo estadual providencias, que tendam á desaggravar a sociedade, tão profundamente abalada, com o terrivel escandalo que, procurando enlameiar a honestidade de uma moça [...]. Cabe a digna moça ofendida o proseguimento do processo, afim de que os detractores de sua honra sejam legalmente punidos.

Ella deve ter em conta que baldados foram os seus esforços pela reconsideração do acto que a expoz a indignancia e mais ainda, que **a obrigou a uma prova do seu recato de donzella. Deve tambem perguntar aos seus cruéis difamadores, a que fica reduzido o celebre inquerito feito contra si e exposto na redacção do órgão official?**

**Quanto ao sr. Presidente do Estado, torna-se urgente, que elle, diante do resultado do exame, tome uma providencia reparadora, para honra de sua propria administração e da sociedade, conspurcada por tal affronta feita a um dos seus membros (ESTADO DO ESPIRITO SANTO, *Notas e Cotas*, 26 de maio de 1909, n. 106, ano XXVIII, p.1, grifo nosso).**

Nesse percurso inquisitorial, o *Estado do Espirito Santo* passa a ser o maior divulgador e defensor de Joanna, em soma de publicações, elegendo o caso demissional da professora como assunto principal, destacado na primeira página de sua edição, um dia após o resultado do exame. Além da necessidade de comprovação da virgindade de Joanna Passos, esse jornal defende que a demissão da professora refletia um caso de perseguição, ao denunciar que o controle sobre as professoras da época, a partir da violência moral e da difamação, era recorrente.

A situação vivida por Joanna Passos incorpora “[...] **uma continua ameaça, sempre pairando por sobre a cabeça de outras preceptoras**, que ornem o magistério publico primario” (NOTAS e cotas, 1909, p.1, grifo nosso). Sobre isso, a historiografia capixaba registra a história da professora Joanna Passos, demitida por conduta libertina e repreensível, e indica que fatos “[...] da mesma gravidade ocorreram com outras professoras, como Adelina Lírio Mullulo e Arminda Lírio dos Santos, filha e irmã de adversários do presidente” (VASCONCELLOS, p. 164) Jerônimo Monteiro.

O *Commercio* tomaria posicionamento similar ao do *Estado*. Na primeira página do jornal, tratou do assunto como “um caso sério”, definitivamente associado ao abuso de poder de funcionários públicos no âmbito da educação, típico das relações coronelistas da época. Criticava o uso da moralidade como mecanismo de controle profissional da docência e reforçava a hipótese da condição econômica da professora, ao abordar a sua situação de pobreza. De início, responsabilizava apenas o inspetor Alberico por sua demissão, ao afirmar de maneira retórica, que a conduta de Cardim, apoiado por Monteiro, sobre o caso seria diferente, e defendia que a demissão da professora fosse revogada, apelando para critérios “científicos” condizentes com os ideários positivistas subjacentes à reforma Cardim:

Há já dias, desde que a professora Joanna Passos, destituída do caso de *Regencia*, abalancara-se a lançar pela imprensa o seu protesto contra a pena que soffrêra, o espirito publico mantem-se em attitude de anciosa expectativa, empenhados todos em saber **de que lado estava a razão neste caso**, que aliás seria natural e simplíssimo si não fosse revestido de serias e especiaes circumstancias.

É que **a demissão, proposta e realizada, teve por base e fundamento informações levianas e descriteriosas, que punham em jogo não somente a conducta da moça como funcionaria, mas tambem a sua conducta pessoal, privada, a que approveu ao informante fulminar com as mais graves e pavorosas referencias. Protestando então a demittida desafrontar-se offerecendo aos poderes públicos e á sociedade a prova concluyente da inverdade das accusações**, justa e natural era essa anciedade publica, como justas as sympathias que desde então começaram a tender a avultar **em torno da paciente, pobre e orphã**,<sup>75</sup> fundamente ferida na sua honra, sem elementos para um desaggravo material e prompto.

Essa prova, promettida e annunciada, deu-nos hontem a professora Joanna Passos, vencendo embora os vexames a que lhe impunha a necessidade de sujeitar-se a um exame medico para provar ao publico a sua honestidade, e poder, só assim confundir aos seus detractores.

**Ao envez da ‘meretriz’, como a chamaram, Joanna Passos pôde hoje, á custa do sacrificio do seu natural pudor, apresentar-se aos olhos do mundo como donzella, impoluta e intangivel.**

Mas, não é isso uma affirmação banalefôfa: **é a voz da sciencia, segura e infallivel**, pelo orgão de dous dos que mais dignamente a professam e exercitam.

Agora a expectativa publica está voltada para s. exa. O dr. Presidente do Estado.

A nosso ver, nem exa. nem o seu illustre auxiliar, o professor Cardim, podem ser accusados pela propositura e effetividade da pena imposta á professora, determinante dessa situação, parecendo-nos que a maior ou unica responsabilidade della cabe de facto ao funcionario informante, em cujo criterio se fiou de mais o distincto pedagogo a

<sup>75</sup> Pela ausência de fontes sobre o pai de Joanna, no período analisado, entendemos que provavelmente ele já havia falecido e ela era órfã de pai.

quem está affecta a superintendencia dos serviços da instrucção do Estado.

**Ha, portanto, a punir um caso de abuso de confiança e alto descriterio por parte de funcionarios que valendo-se da posição e auctoridade de que se investem adulteram informações e forgicam inqueritos, sem medir consequencias nem pesar as responsabilidades que de uma tal pratica, leviana e trêfega, decorrem para a moralidade e criterio da administração, lamentavelmente envolvida nesse triste caso.**

**Foi tão esmagador o testemunho offerecido pela victima, que não é licito duvidar na reparação a que ella tem direito: o dr Jeronymo Monteiro, como o professor Gomes Cardim, sabe presar a honra alheia para que não consintam que fique ella adstricta assim aos *arranhões* de qualquer desmiolado leviano.**

Todos quantos trabalham nesta casa conhecem de perto os sentimentos do illustre chefe do Estado para não suspeitar sequer que a attitude de s. exa. Não corresponda nesse caso á sociedade, abalada e escandalizada ante essa extranha e desagradavel occurencia. O mais a victima promoverá nos tribunaes (UM CASO serio, 1909, p. 1, grifo nosso).

Em frente à repercussão causada pelo exame, Gomes Cardim recorre à influência do Presidente de Estado, suplicando que o exame médico fosse desconsiderado para sustentar as acusações feitas contra a honestidade da professora. Também solicitava o arquivamento do novo inquérito, sugerindo que fossem apagados os vestígios desse documento nos registros da professora.

Ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado. Cabe-me ao dever de pedir a Vossa Excelencia, que deaute de artificio do exame medico que constitua a negação positiva das acusações feitas a ex-professora D. Joanna Passos, quanto a sua honestidade, se digne ordenar o arquivamento do inquérito e cancelamento das notas feitas, em virtude de resolução tomada à vista do aludido inquerito, na folha de assentamentos da referida ex-professora. Saudações (ESPIRITO SANTO, 1909, p. 10).

Isso, talvez, porque Joanna continuasse determinada a comprovar sua inocência diante dos ataques contra a sua honra e a ter acesso ao novo inquérito e às cartas que foram produzidas contra ela, para “[...] proceder criminalmente contra este funcionario, que trahiou a confiança dos seus superiores, e todas as testemunhas que se prestaram ao triste papel de difamadores da sua honra impolluta” (ULTIMA hora, 1909, p. 1).

Diante dessas manifestações, o jornal oficial do governo publicou uma nota contraditória, ora afirmando que a demissão da professora não havia sido causada

por faltas atribuídas a ela no exercício do magistério ou por interesses do serviço público, ora esclarecendo que a conduta privada foi o principal motivador para a sua exoneração, já que era ofensiva à moralidade pública:

A propósito do caso da professora Joanna Passos, ha dias servindo de commentarios, devemos fazer sentir que a sua demissão da cadeira da Regencia **não foi determinada, como mal se compehendeu, por motivos que affectassem á sua honorabilidade privada, mas sim por conveniencias de interesse do serviço publico e, ainda, por faltas a ella attribuidas no exercicio do magisterio.**

Vindo á publicidade uma reclamação da mesma professora, a **inspectoria geral do ensino mandou incontinentemente abrir inquerito para descoberta da verdade, ficando então comprovada a procedencia d'aquellas accusações e, ainda, apuradas outras, mais serias, sobre a sua conducta particular,** razões que levaram o *Diario*, a declarar que **se, opportunamente, o governo d'elas tivesse tido conhecimento, a exoneração tambem seria decretada como desaggravante da moralidade publica.**

Desfeitos que sejam, porém, pelos meios regulares, os documentos que originaram o decreto presidencial, podemos asseverar que o sr. inspector geral do ensino, cumpridor estricto do seu dever, solicitará do chefe do Estado e nesse proposito inabalável s. exa. Persiste para o bom nome de sua administração, convencido, como se acha, de que aos governos honestos e dignos cumpre agir com absoluta isenção de animo (INFORMES e Notícias, 1909, p. 2, grifo nosso).

Devido à tentativa frustrada em fazer com que Jerônimo Monteiro e Gomes Cardim reconhecessem o erro do inspetor Alberico, no mesmo dia da declaração do *Diario da Manhã*, *O Estado* responsabiliza e pressiona o governo a tomar uma atitude no sentido de desmentir e reparar as acusações morais levantadas contra a professora, assim como a punição do funcionário em questão. Isso porque o jornal reconhecia que a demissão, da forma como ocorreu, representava uma afronta a um membro do magistério e que comprometeria os serviços públicos. Reforçando que a demissão de Joanna teria sido pautada em mentiras, insistia que o inquérito procedido viesse a público para ser desmentido.

Como succedanea do exame medico-legal ante-hontem procedido na pessoa da ex-professora Joanna Passos, **a opinião publica indignada mantem-se firme na esperanza de uma satisfacção por parte do Governo,** que venha trazer um desmentido ás accusações soffridas por aquella digna moça.

É aspiração geral a responsabilidade dos autores do **nefando attentado praticado contra a moralidade de um membro do nosso magisterio.** Todos pensam e querem os causadores do ultraje perpetrado contra a honra de uma moça dejam punidos, não só com



as penas que a lei prescreve para taes casos, como tambem com a perda dos seus cargos, pois, **a continuação de taes senhores num departamento da administração publica implica uma ameaça perenne e uma affronta á sociedade espirito-santense.**

**A offendida já requereu** ao sr. Presidente do Estado **o theor do inquisitorial inquerito** feito á sua revelia, contra todas as praxes judiciaes, documento esse que **demonstra não só a preocupação ferina e intencional, com é tambem um attestado de vilannia de espiritos inferiores que nelle depuseram.**

[...]

Argumentarão talvez que **o resultado do inquerito não foi publicado; isso, porém não resiste á menor contestação imparcial, quando se sabe que o monstruoso documento, mais próprio de uma Policia Secreta Russa<sup>76</sup> do que uma Administração organizada n'um regimen de tolerância, para maior aggravação do caso, foi exbebido com prévio e aparatoso aviso na redacção do “Diário da Manhã”, repartição publica estadual.**

O poder judiciário há de comjusto VEREDICTUM castigar aos forgicadores do originalismo processo, virgem nesta terra de **concordia indisputavel, mas antes de o Tribunal do povo se manifestar**, ao Poder competente cumpre desagrar a sociedade espirito santense, que anciosa espera uma decisão justa, que venha punir os faceis detractores da honra de uma indefesa donzella, attingida pela baba da calumnia (NA INSTRUCÇÃO Publica: a Ex-professora Joanna Passos, 1909, p. 1, grifo nosso).

Nessa mesma nota, o *Estado* reiterava e aconselhava que Jerônimo Monteiro, como providência preliminar, deveria “[...] reintegrar no exercicio de suas funcções a funcionaria que, foi victma de uma revoltante injustiça e de um ultraje a sua honra”, antes que a população se manifestasse em busca de justiça. Isso porque alegavam que todas as classes, “[...] sem distincções, se manifestam ao lado da victima. Sedenta de uma reparação que no momento, só o governo, collocando-se acima de quaisquer conveniencias politicas ou pessoaes, póde e deve dal-a” (NA INSTRUCÇÃO Publica: a Ex-professora Joanna Passos, 1909, p. 1).

A partir de então, Cardim passa ser apontado como um dos principais responsáveis pelo ocorrido, por ter concordado com o posicionamento do primeiro inspetor detrator e pela forma como a Inspeção Geral se posicionou diante do caso, divulgando o

---

<sup>76</sup> Nossas pesquisas para entender a referência utilizada em relação à Polícia Secreta Russa, acreditamos que se trata da Okhrana, a polícia secreta do regime do czar Alexandre III da Rússia, criada em 1881, com sede em São Petersburgo, para perseguir os partidos políticos (Narodnik e Partido Social-Democrata Russo) que faziam frente à autocracia do czar. Foi utilizada para reprimir setores educacionais, imprensa, tribunais e a massa popular descontentes com a situação social, política e econômica que a Rússia enfrentava no fim do século XIX e princípios do século XX.

inquérito de maneira suspeita, levando em conta se tratar de uma professora que necessitava do emprego, já que o “[...] Director da Instrucção Publica não deveria ser tão precipitado na divulgação de uma mancha que, arrancando o pão da boca de uma pobre, arrimo de sua velha mãe, levou-a á ser afastada do convívio social com a pecha de deshonesta!” (ibid.).

No dia posterior, o *Estado do Espirito Santo* ainda insistia em discutir a contraditória nota publicada pela imprensa oficial do governo do Estado, pautada em afirmações que circulavam entre a conduta privada e o profissionalismo de Joanna. Percebendo a necessidade de reforçar e retomar a defesa sobre as qualidades profissionais da docente, utilizou, para isso, o próprio sistema de controle da Inspeção do Ensino, para comprovar a frequência positiva de Joanna Passos nas aulas regidas por ela:

Não sabemos como classificar o *Informe* publicado hontem pelo órgão official sobre o attentado de que foi victima a ex-professora, d. Joanna Passos. Tal a subtileza dubia que elle encerra.

No referido artigo, **o governo diz que a ex-professora foi demittida por ‘faltas a ella attribuidas no exercicio do magisterio’; dando assim a entender que a demissionaria fugia ás suas obrigações de perceptora, prejudicando aos seus alumnos. Essa allegação não procede, porque, se assim fosse, o fiscal encarregadode velar pelo bom andamento da funcção escolar da povoação da Regencia, não poria o visto nas petições mensaes para os necessarios pagamentos**, conforme affirmou a prejudicada pelas columnas ineditoriaes deste jornal, sem a mínima contestação. Demais semelhante falta não autorisa a demissão, que é uma pena extrema.

**Adduzirão ainda, talvez, que a incompetencia foi a razão primordial que levou o sr. director a exonerar a preceptora em alvo, do cargo que lhe servia de abrigo contra os vendavaes da miseria, sempre triste, porem mais triste e negra ainda, quando sob a escuridão da necessidade, não se vê brilhar a perola immaculada da honra.**

A incompetencia! Mas, quem ousou aventar uma tal questão? –

O inspector incumbido de fazer manter o regulamento escolar, responder-nos-hão: nós, porém, e comnosco **a parte de sã desta terra, onde todos se conhecem, retrucaremos que se ha alguem, cuja incompetencia seja tal que chegue até a se desconhecer, esse alguem é o facil, é o ignorante, é o leviano, é o ‘inspector’ que trouxe a descabida affirmação que deu em resultado uma affronta assacada contra a pudicícia de uma donzella e contra uma sociedade inteira.**

É sempre assim a ignorância imbecil, quando se põe ao serviço da má vontade: – o erro por principio, a fraude por meio e o escandalo por fim.

Querem ainda que sejam ‘desfeitos, por meios regulares, os documentos que originaram o decreto presidencial’!

Quaes serão esses meios regulares exigidos de uma orphã, accusada indignamente de deshonra, a não ser o exame medico legal?!

Aos vampiros não satisfaz ainda o vexame a que se expoz uma donzella?!

Haverá prova mais cabal, mais esmagadora?!

Esperá ainda o governo que o prosseguimento do processo instaurado contra os seus levianos sulbaternos, implicados nesta questão, seja levado á cabo com a encenação usada em casos taes, para então castigar os culpados e reparar o mal commettido?!

Não temos a pretensão de censores dos actos de quem quer que seja, mas podemos affirmar ao sr. Presidente do Estado, reflectindo a opinião da unanimidade dos representantes da nossa sociedade, **que um acto immediato de Sr. Exa. punindo os autores do escandalo e reintregando no seu primitivo lugar a ex-professora ludibriada, trará grande reparação ao nosso meio social, que verá no procedimento correcto e imparcial da primeira autoridade do Estado a inclinação de satisfazer a justa aspiração dos seus governados.**

Urge oppôr um dique a corrente de animosidade que se avoluma, dia a dia, entre o povo, maculado pela lama atirada a um dos seus membros e sequioso por uma reparação na altura da affronta recebida.

**Mova-se o governo, se não quizer cahir na antypathia do publico,** que olha com todo desprezo para os detractores da honra impolluta, já tendo a seu lado dois legitimos representantes de sua opinião, que nunca se engana o 'Commercio' e o 'Estado'.

Mova-se o governo. Ainda é tempo de dar uma satisfacção a nossa sociedade.

E dal-a não é um favor – é um dever.

#### OPINIÃO DA IMPRENSA

A proposito do caso que ainda hoje impressiona a todas as almas bem formadas, levantando a mais **justa indignação do povo espirito santense contra os baixos detractores da honra de uma donzella, abandonada á protecção do governo, que parece collocar-se ao lado do fórte contra o fraco, humilhado e ultrajado na honra, que é a unica riqueza do pobre [...]** (O CASO da ex-professora d. Joanna Passos: a conducta do governo, 1909, p. 1, grifo nosso).

Pelos argumentos destacados nessa e em outras notas jornalísticas, evidenciamos outras estratégias significativas que permeavam os discursos utilizados em defesa de Joanna: a) a crítica sobre o funcionamento de uma sociedade extremamente desigual economicamente, na qual uma minoria elitista que detinha os poderes e que em teoria, visava a educar, cívica, moral e higienicamente o pobre, mas manchava sua única riqueza, a honra, como ferramenta para manter práticas clientelistas; b) a utilização do aspecto cultural patriarcal capixaba pelo apelo à mobilização da sociedade, em especial de pais de família que zelavam pela honra de suas filhas, como veremos a seguir.

Um indivíduo, identificado como chefe de família pelo *Estado do Espírito Santo*, chegou a se posicionar publicamente em favor de Joanna. Revoltado, criticava a atitude do governo que insistia em manter a demissão da professora e manchar a honra de uma moça virgem e imaculada que, por prova esmagadora de um exame médico, já mostrara sua inocência, exigindo reparações:

A proposito do caso de que estamos nos occupando, recebemos de um **chefe de família** as seguintes linhas:

‘Deante da grave injustiça oriunda de informações calumniosas á professora Joanna Passos, continua a aguardar, **com anciedade, a população espírito-santense, a conducta do governo para o processo daquelles que com abuso de confiança buscaram ennodoar a reputação duma moça, cuja riqueza consiste em seus dotes de coração, em modesto nome de honrada origem e em virgindade immaculada**, que a malvadez de iníquos espíritos, sujos de fel, procurou manchar.

E essa anciedade sobe de ponto ao cotejar-se a maneira espalhafatosa por que foi levantada tanta protervia com o meio vexatorio a que, com sacrificio de seu pudor, foi estrangida a victima, e, o que é mais grave, ás repetições de actos semalhantes, de futuro, caso os poderes públicos não eliminem de seu seio indivíduos moralmente refugados do convívio social, – e que, quaes infectas herpes com a enxurrada de engalho pestilento procuram estiolar as viçosas flores de virginaes capellas.

**Antes do exame medico – prova esmagadora – era direito da sociedade ver a professora demittida; – hoje porem, com a satisfação que a victima da calumnia acaba de dar á sociedade, a dôr é de toda a communhão social, que espera ver o mal punido, para não dar-se a repetição de factos semelhantes.**

**É vós, Paes, que tendes filhas em cujos labios de coral contemplaes o bailar dos sorrisos da innocencia, e vós, mães carinhosas que afagaes com amor e desvelo as rosadas faces dos anjos que adornam vossos lares, aquecendo-as com o casto bafejo materno, refugae do ambiente morno de vossas casas os que brandem a calumnia e aquelles que a defendem e applaudem’** (ESTADO DO ESPIRITO SANTO, 29 de maio de 1909, grifo nosso).

Com o rebuliço provocado na imprensa, passa, então, a se tornar frequente a publicação de manifestações em favor de Joanna nos periódicos locais. Em tom de revolta com os mecanismos governamentais de controle da profissão docente ou do próprio funcionamento político em vigência, além do depoimento do “chefe de família”, encontramos outra nota jornalística anônima, pela qual o denominado “Sentinella” denunciara que a segunda visita inspeccional promovida por Cardim não passara de

uma articulação política para levantar testemunhas contra a professora de maneira muito suspeita.

Chama-se a atenção do sr. Gomes Cardim para a seguinte circunstancia, muito importante na questão Joanna Passos: Quando s. s. mandou o sr. Archimino Mattos, inspector escolar, proceder ao inquerito na Regencia, o sr. Alberico Santos deixou a cidade para ir, fugitivo, acompanhar o inpector na diligencia.

Seria por simples passeio, não está se vendo logo o empenho do sr. Alberico de arranjar e insinuar testemunhas para fazer carga na pobre moça?

Elle que tinha babujado sobre a honra da professora, precisava arranjaruns *testas de ferro* para confirmar os seus conceitos.

E arranjou mesmo.

28--5--909.

Sentinella (SENTINELLA, 1909, p. 2)

Joanna também contou com aliados não anônimos a seu favor, que já faziam parte de seu círculo social antes mesmo de ela ingressar na carreira do magistério público estadual, que visibilizam possíveis usos estratégicos das tão prezadas relações sociais firmadas por Joanna ao longo de sua vida extraescolar. Esse foi o caso do Grupo Teatral Magnolia, que fizera questão de tornar pública uma iniciativa em benefício da docente: “Ao sympathico ‘Grupo Magnólia’ se reunirão outras sociedades desta capital, para que se revista de todo o brilho a manifestação promovida em honra a ex-professora Joanna Passos, a quem tambem será offerecido um expressivo e bello mimo” (ESTADO DO ESPIRITO SANTO, 29 de maio de 1909).

Entre os textos extensos dos jornais, elaborados em defesa da honra e dignidade da moça Joanna, pelo princípio do bem familiar, em vista de exigir reparações quanto à exposição e demissão a qual a docente foi submetida, também encontramos iniciativas voltadas a aliviar a situação financeira da professora, agravada por sua demissão. Consta que, em 30 de maio de 1909, já atingiam “[...] a 490\$000 a importancia angariada nesta Capital em favor da digna ex-professora D. Joanna Passos” (O CASO da ex-professora D. Joanna Passos: o governo que foge, 1909, p. 1).

Nessa mesma data, o “[...] distincto e humanitário commerciante nosso amigo sr. Capitão Antônio Queiroz tambem abriu uma subscrição em favor da pobre victma da calumnia vil, a qual tem encontrado a maior acceitação dos habitantes d’aquela

cidade” (O CASO da ex-professora D. Joanna Passos: o governo que foge, 1909, p. 1). Até mesmo militares, como o sargento do Exército, Sr. Sosthenes Barreto e seus camaradas, fizeram doações em dinheiro em prol da integridade financeira de Joanna, que, segundo as fontes, necessitava do salário de professora para sustentar a si mesma e a sua mãe (Imagem 22).

IMAGEM 22 – DOAÇÕES MILITARES. *ESTADO DO  
ESPIRITO SANTO*, 4 DE JUNHO DE 1909

—=—=—

Veio hontem a esta redacção o brioso e humanitario sargento do exercito sr. Sosthenes Barreto da Silva e nos fez entrega da quantia de 80\$500, importancia que angariou entre os dignos inferiores e voluntarios da 7ª companhia isolada a que pertence, em beneficio da ex-professora D. Joanna Passos.

Foi um bello movimento de generosidade, que recommenda e eleva os bons sentimentos do estimavel sargento e seus camaradas, que assim manifestaram que não são indifferentes a causa justa de uma pobre victima da calumnia.

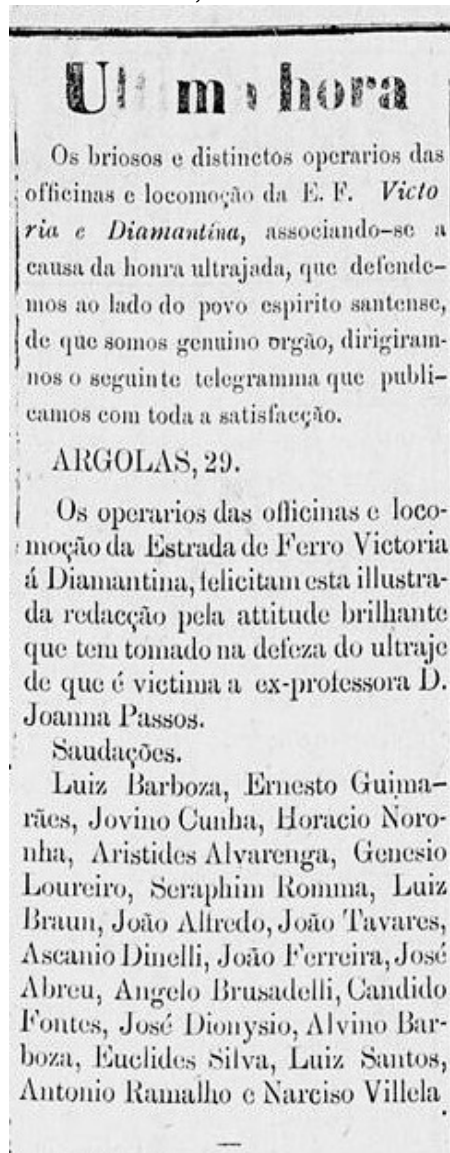
A importancia referida, hontem mesmo, foi entregue a D. Joanna Passos, que nos fez echo de seus agradecimentos aos correntos militares.

—○—○—

Fonte: *ESPIRITO SANTO*, 1909, p. 1.

Joanna foi elogiada por 20 operários da Estrada de Ferro Victoria e Diamantina, que se manifestaram nos meios impressos e adjetivaram como brilhante o movimento do *Estado do Espirito Santo*, em defesa da professora demitida (Imagem 22).

IMAGEM 23 – ULTIMA HORA. ESTADO DO  
ESPIRITO SANTO, 30 DE MAIO DE 1909



Fonte: ULTIMA hora, 1909, p. 2.

Se, por um lado, os reformadores defendiam a exoneração da professora em prol da sociedade capixaba, Joanna e a imprensa local desmontaram esse discurso, ao denunciarem o clientelismo e a arbitrariedade política local. Em contrapartida ao argumento dos reformadores, a opinião pública se mostrou majoritariamente favorável à Joanna e utilizava seu caso como referência para denunciar práticas de privilégio no sistema público governamental capixaba, que comprometiam os interesses da população sobre a eficiência dos serviços públicos no âmbito da educação. O patriarcalismo, a incoerência das prescrições exigidas para o exercício do magistério e o domínio das famílias ricas sobre as pobres, no contexto da predominância das forças oligárquicas coronelistas, foram citados como mecanismos corriqueiros aos

quais a população local estava submetida na época, diante de uma minoria detentora dos poderes, enquanto eram tecidos apoios e elogios à ex-professora.

#### 4. 1 A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR

*Não ouvis o murmurio que reina por toda a cidade?!  
São os justos queixumes de uma pobre moça, que depois de confundir os seus detractores pede lacrimosa a reparação devida por aquelles, que não se devem hombrar com os malsins da reputação alheia; é o povo em massa que formando em defeza da pudicícia da donzella, clama – VINGANÇA, JUSTIÇA, para a honra ultrajada (O CASO da ex-professora d. Joanna Passos: Pela honra ultrajada, 1909, p. 1).*

O jornal *Estado do Espirito Santo* manteve sua missão diária de publicar notas inflamadas sobre a demissão da professora, que ocupavam parte relevante das suas páginas, denunciando as relações de poder que pairavam sobre o magistério capixaba, reforçando o uso das estratégias. Dizia ser infeliz a “[...] Nação em que os princípios da dignidade e da honra, a justiça e a moralidade sejam sacrificados á mercê da prepotencia do mais forte, a zombar da fragilidade dos oprimidos”.<sup>77</sup>

A corôa do martyrio, cingindo a fronte das vítimas, grorifica-as, enquanto os algozes são entregues á execração publica, realçando ainda mais o merito dos perseguidos, quando a verdade, como uma estreita seintillante, surge, qual Deusa sublime, illuminando a flôr da innocencia para que seja admirada em todo seu esplendor.g

A maledicencia, que nada respeita, viola muitas vezes o santuario do lar, arma o bôte vil e traiçoeiro contra a donzella, atirando-a aos rigores da miseria; mas, a justiça, que deve ser serena e imparcial, surda ás affeições e animosidades, não póde formar nesse concerto negro das miserias humanas, que affecta, profundamente á ordem social.

**Vós que sois Paes de família, que comprehendeis a sublimidade desse santuario augusto, onde a mulher desempenha a mais sancta das missões, que a engrandece, sobremodo, vós representantes do poder, funcionarios que exerceis autoridade, que tendes filhas e a quem cabe o dever de fazer da lei o escudo contra as injustiças e perseguições, amparae a infeliz victima que fez transluzir o brilho da sua innocencia.**

Levantae da indigencia a professora D. Joanna Passos. – o alvo cruel da calumnia; attendei, vós, que tendes as responsabilidades do governo ás supplicas da victima e do povo espirito santense, que esposou com todas as energias uma cousa tão justa e santa, pedindo

<sup>77</sup> ESTADO DO ESPIRITO SANTO, O caso da ex-professora d. Joanna Passos: Pela honra ultrajada 29 de maio de 1909.



uma reparação para a honra ultrajada, para a sociedade offendida, punidos os promotores e causadores do facto, que tanto tem escandalizado a nossa terra.

Fazer justiça, não é captular: é um dever que eleva a autoridade, principalmente quando a lei estende o seu manto protector sobre a desfavorecida da sorte, a quem a calúnia procurou conspurcar a honra, que não distingue o pobre do rico, o grande do pequeno.

Que mais provas quereis da indefesa virgem, cuja situação angustiosa só não póde commover os corações empedernidos, que não sabem avaliar o que se passa n'alma, quando se vê a honra attingidas pelo vírus da maledicencia?!

Ahi tendes a voz da sciencia, pelo orgão de dous de seus illustres apóstolos; e testemunhas que perjuram enlameando a honestidade de quem a tem immaculada, e que não pódem ser cridas em nenhuma de suas asserções, quando se tornam réos de um crime á punir (O CASO da ex-professora d. Joanna Passos: Pela honra ultrajada, 1909, p. 1, grifo nosso).

Como vimos, o *Diario da Manhã* chegou a afirmar que a demissão da professora fora, entre outras questões, motivada por interesses dos serviços públicos. Mas, afinal, qual seriam esses interesses? Por que Joanna e a população capixaba insistiam em argumentar que o inspetor Alberico teria articulado, a todo momento, a demissão de Joanna?

Segundo o *Estado do Espirito Santo*, era de conhecimento “[...] geral, que não foi a noção do cumprimento do dever o movel da denuncia do fiscal escolar Alberico Santos contra a digna preceptora D. Joanna Passos; e é isso o que ainda mais revolta e indigna a todas as consciencias justas e honestas” (ESTADO DO ESPIRITO SANTO, O MOVEI da denuncia: situação aggravada, 1909, p. 1).

Nomeado fiscal escolar, enquanto seus collegas percorriam, dias e dias, o interior do Estado, visitando escolas, no desempenho de seu cargo, o sr. Alberico não saia da capital, no ‘dulce far niente’, a papar suavemente os cobres do Thezouro.

Só agora, chegou o momento de tomar elle um incomodosinho, e isso em beneficio proprio, e para fazer mal a uma pobre desprotegida.

É o caso:

Alberico tem um cunhado que precisa ser empregado: mas, onde, se todos os lugares estão tomados? dizia elle consigo mesmo.

– Professor. Elle reúne os conhecimentos necessarios ao magisterio publico.

O canto, os exercicios militares, aprenderá depois.

Tudo dependia, só de um passeio apenas.

Ja não é pouco, de uma paulada matar dous coelhos: Alberico sahindo da capital fingia cumprir seu dever, ao mesmo tempo que ia predispor as cousas para collocar o seu parente.

O plano estava engendrado, restava agora somente escolher a professora menos protegida e estudar o meio de dar-lhe o bote decisivo.

Obcecado pela idéia fixa de uma colocação para o seu cunhado, Alberico não mediu as consequências de sua levianidade e deu mão á obra...

[...] Foi, pois, o movel da denuncia contra D. Joanna Passos um plano do fiscal escolar, já conhecido do publico para substituil-a no magisterio por um seu parente (ESTADO DO ESPIRITO SANTO, O MOVEL da denuncia: situação aggravada, 1909, p. 1).

Diante dos interesses do inspetor Alberico em alocar um parente no Magistério Público, a professora, “D. Joanna Passos foi a escolhida para victima: **ella era a mais pobre**, e por isso, talvez, a mais modesta e obscura no magisterio publico. [e] O meio de inutilisal-a, promptamente, era dennuncial-a como meretriz [e toda essa articulação teria sido garantida] [...] pela protecção dos seus superiores” (ESTADO DO ESPIRITO SANTO, O MOVEL da denuncia: situação aggravada, 1909, p. 1, grifo nosso).

No entanto, o tiro saiu pela culatra, pois, para esse jornal, “[...] D. Joanna Passos fora demittida; mas o seu delator não logrou abocanhar o pão que lhe arrancou da bocca. Ao em vez, eil-o exposto como difamador” (ESTADO DO ESPIRITO SANTO, O MOVEL da denuncia: situação aggravada, 1909, p. 1). Por outro lado, “[...] a probe victima de sua crueldade cresce na estima e no respeito publico. É que os infortunados da terra, tem a indefectivel justiça de um Deus, que os acompanha e protege” (ESTADO DO ESPIRITO SANTO, O MOVEL da denuncia: situação aggravada, 1909, p. 1).

Por esse movimento, o governo continuou a ser diariamente pressionado nos meios impressos, tanto pelas redações jornalísticas quanto pela população que reconhecia a necessidade de que os órgãos públicos envolvidos revogassem a sua decisão, compreendendo que se tratava de um caso de favoritismo e protecionismo político que se aproveitara da fragilidade feminina e econômica de Joanna Passos. Inflamavam-se discursos que conferiam a necessidade da reintegração de D. Joanna Passos. Caso contrário, o *Estado do Espirito Santo* afirmava que o povo, ciente “[...] de que o governo não quer isso fazer para não tirar a força moral do sr. Director da Instrucção Publica, acreccerá aos maus olhos com que já olha este, o odio natural, nascido da affronta de uma pessoa de fóra ás faces da nossa sociedade” (O CASO da ex-professora D. Joanna Passos: o governo que foge), ao mesmo tempo em que

questionava o silenciamento do jornal oficial governo diante da insistência geral sobre o assunto:

Depois de seu *Informe*, de antehontem, o DIARIO não voltou mais a tratar do caso escandaloso da exoneração injusta da ex-professora D. Joanna Passos. Sahiu-se com uns subterfugios compromettedores da administração e... fugiu.

Em nome do sr. Cardim, – assim se entende a autorização citada pelo órgão oficial – pediu o DIARIO uma outra esponja, porque a exigida dito pelo senhor só tem serventia para “destruir a imputabilidade de faltas em desabono da honestidade” da ex-professora!

A que se quer referir o matutino confrade?! Ao depoimento das testemunhas?! A’s lacunas commettidas no exercicio do magisterio?

[...]

**Que espera ainda o sr. Presidente para a reintegração de D. Joanna, na cadeira que dignamente occupava?**

Que esses mesmos individuos, comprometidos no escandalo da diffamação, venham dizer que a ex-professora era relapsa! Isso até parece irrisão pedir-se a semelhantes homens, completamente desmascarados e tidos como detractores faceis, que tornem a affrontar a sociedade com outra inverdade, com mais outro ultrage.

Não, não merece credito; não merece consideração quem já uma vez foi apontado como autor de uma affronta barata vomitada ás faces de uma donzella indefeza (ESTADO DO ESPIRITO SANTO, 30 de maio de 1909, grifo nosso).

Ainda nessa nota, o *Estado do Espirito Santo* lembrava que não houve retorno do governo sobre um requerimento dirigido ao Presidente do Estado pela ex-professora Joanna Passos, entregue à Secretaria Geral, pedindo certidão do “inquisitorial inquerito diffamatorio”, instaurado contra a sua honestidade (ESTADO DO ESPIRITO SANTO, 30 de maio de 1909).

É interessante observar que Joanna Passos não tinha medo de que o inquérito promovido contra ela viesse a público; antes parecia ter a certeza de que esse documento seria o reflexo daquilo que Jerônimo Monteiro e Gomes Cardim queriam esconder.

Em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, Bakhtin (2008) discorre sobre a natureza do riso medieval acentuando a divisão existente, nesse contexto, entre o sério e o cômico. A classe dominante (as autoridades, religiosos e senhores feudais) defendia a seriedade como atributo da cultura oficial e o cômico como atributo subversivo da classe popular, mas,

[...] para que a comicidade consiga desmascarar, desestruturar os grupos dominantes e revelar a verdade, é preciso que haja um contexto cômico, ou seja, o homem tem de estar inserido no grupo ou ambiente em que ocorra a situação risível, para que compreenda a crítica social implícita (BERGSON, 2004, apud JESUS, 2008, p. 59).

Nesse sentido, a imprensa, como instrumento de contestação, ressaltava a seriedade do caso de Joanna e, ao fugirem desse “caso sério”, Cardim e Monterio passaram a virar motivo de riso, em publicações de cunho literário. Destacamos uma espécie de script do processo demissional enfrentado por Joanna. A primeira cena desse roteiro apresenta os personagens, anunciando o drama:

(Personagens: dous capitães, um alto magro e... ex; outro baixo, magro e... ajuda...  
O 3º é de estatura mediana, nasceu num estado que se converteu).

#### SCENA I

*Os dous capitães com o 3º personagem* – Queremos que ella seja demittida: appellamos para a sua amizade e... para tudo que quizer exigir de nós, com tanto que ella pule fóra.

– Mas, meus amigos, isso não póde ser. Qual o meio de que devo lançar mão para vos satisfazer?!

– (Os dous) – Envie um inspector que se preste a fazer o que lhe pedimos: nada mais simples.

– (Depois de uma pausa). Vou mandar um homem de confiança. E mandou mesmo... (VERDADEIRA historia passada entre nós, 1909, p. 1).

Citava nominalmente: governador/presidente de Estado Jerônimo de Souza Monteiro, o “major”, inspetores Alberico Lyrio dos Santos e Archimino de Mattos, os “capitães mandados” e Carlos Alberto Gomes Cardim, reformador do ensino. A segunda cena aborda os efeitos da inconformidade pública de Joanna, escancarando a desmoralização do Poder Público em face de evidências irrefutáveis levantadas em defesa da professora demitida. Em suma, desenrolava-se um “supremo escândalo”, de acordo com a designação da época.

#### SCENA II

Tudo feito. O escandalo imperando.

O homem que *mandou*, desmascarado; e o *mandado* em papos de aranha.

(3º *personagem queixando-se aos cujos que pediram*). Bonito! Estou feito: desmoralizado, com mais esse remorso em cima do fraque e os senhores... moita!

– Mas...o sr. ...comprehende...

– Qual o que, homem, quem está comendo fogo sou eu (VERDADEIRA historia passada entre nós, 1909, p. 1).

Em seguida, descortinam-se o coronelismo e o mandonismo de chefes políticos locais:

(*Entra um chaleira*) – Sr. director, o homem que ‘foi mandado’ vai declarar pela imprensa que elle, apesar de culpado, não foi mais do que um instrumento de combate na sua mão de major!... E, (*aperreado*) que o sr. agora que se agüente na corda bamba.

– De pressa. Corra a elle e diga que se não quizer comer *muxinga* que metta a viola no sacco. O resto o governo se responsabiliza (VERDADEIRA historia passada entre nós, 1909, p. 1).

Coroando o espetáculo, o *grand finale*: “Eis ahi como se escreve a verdadeira historia de um major, 2 capitães e de um inspector, que não teve a coragem de alijar de seus hombros a responsabilidade de haver concorrido para a diffamação de uma donzella” (VERDADEIRA historia passada entre nós, 1909, p. 1).

Desse roteiro, intitulado *Verdadeira historia passada entre nós*, desconhecemos a autoria. O enredo, porém, não soa estranho para a época: a demissão de uma professora para atender a interesses clientelistas e a designação de um inspetor “de confiança” para realizar o serviço encomendado. O inusitado emerge em face do “escândalo” provocado pela resistência de uma inconformada e barulhenta professora. Ao mesmo tempo, ao ignorarem a grande repercussão e as reivindicações feitas na imprensa, fugindo dos debates provocados, as relações oligárquicas de favorecimento, no caso da professora, são abordadas de maneira metafórica e cômica no intuito de desmontar os detratores da professora.

Enquanto isso, apesar do silêncio das autoridades, o caso continuava a ganhar amplitude e, em defesa da professora, produzia-se a “[...] mais dolorosa impressão no espirito publico o caso assombroso da ex-professora d. Joanna Passos” (O CASO da ex-professora d. Joanna Passos, 1909, p. 1). A redação do *Estado do Espirito Santo*, persistentemente, buscava responsabilizar os verdadeiros responsáveis pela demissão e argumentava que “[...] não foi Alberico Santos o unico causador do vexame que soffreu a digna preceptora e da affronta ao honrado povo espirito-santense”. Ainda acrescentava, na mesma nota, que o principal responsável “[...] pelo escandalo foi o sr. Gomes Cardim diretor do ensino publico, e talvez seja por isso que

o governo não toma e nem tomará, ao que estamos vendo, providencia alguma” (O CASO da ex-professora d. Joanna Passos, 1909, p. 1).

Também o Sr. L Fraga aproveitou uma coluna aberta para defender Joanna, ao especular o real motivo da demissão. Para ele, tratava-se do interesse nutrido há tempos pelo Sr. Capitão Ajudante de Ordens<sup>78</sup> Hortencio em colocar uma certa D. Senhorinha como professora da escola da povoação de Regencia e, por 13 dias, havia solicitado a Cardim a exoneração de Joanna Passos. Para proceder à demissão, Cardim, então, teria solicitado que o Capitão entregasse a ele cartas comprometedoras e que, portanto, o sr. Alberico apenas agiu passivamente, obedecendo às ordens de seu superior. Afirmava que, por conta de Joanna ter recorrido à imprensa, o Sr. Diretor Gomes Cardim, sentindo sua vaidade ferida, enviara o inspetor Archimino de Mattos apenas para firmar o inquérito, que até então existia apenas em termos verbais, e para lavrar a exoneração. E que, diante da manifestação pública da professora, recorreu ao Diário da Manhã para expor um depoimento falsário, “[...] produto da subserviência de meia duzia de fáceis” (UM POUCO de tudo, 1909, p. 2). Portanto, considerava culpados o capitão Hortencio e o diretor geral Gomes Cardim e responsabiliza o inspetor Archimino por ter firmado uma peça baseada em falsidades oriundas de homens que se prestaram como joguetes na mão do capitão.

Para Fraga, a culpa havia recaído sobre Alberico porque o governo se calara diante do “clamor geral” e era exatamente esse silêncio também culpa e exigência de Cardim. Por fim, inspirado pela conhecida frase atribuída a Jesus nos evangelhos sinóticos, Fraga urgiu: “[...] Mova-se sr. Cardim: ‘à Cezar o que é de Cezar’” (UM POUCO de tudo, 1909, p. 2).

Joanna, inclusive, entendendo que defendia um direito seu, fizera questão de solicitar oficialmente, “[...] por certidão o teor do inquérito, feito contra sua reputação”.<sup>79</sup>

---

<sup>78</sup> Também chamado de ajudante de campo, trata-se do antigo posto de ajudante de ordens que era o assistente ou secretário pessoal de uma pessoa de alta posição (geralmente de um antigo oficial militar ou um chefe de Estado).

<sup>79</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). Professora Joanna Passos. Registro dos Ofícios dos Resumos dos Requerimentos, Despachos e informações da inspetoria geral do ensino (1909-19010). Livro n.º 136 (317), p. 6 (pedido em 27/05 – visto em 08/06 – respondido em 11-06-09).

Todavia, interessado em abafar o caso e desmentir as alegações de Joanna, independentemente de a existência do inquérito já ter sido confirmada no próprio jornal do governo – Cardim responde que “[...] Nesta Inspeção não existe inquerito feito contra quem quer que seja. Nessas condições, nenhuma informação poderá dar a Inspeção, que satisfaça o requerimento de D. Joanna Passos”.<sup>80</sup>

Sobre isso, a redação do *Estado do Espírito Santo* argumentou que, acima do “[...] arbitrio da autoridade deve estar a magestade da lei, ainda mesmo contrariando interesses de qualquer ordem, pois que a justiça na sua aplicação não conhece conveniências e nem afeições, mas simplesmente, o direito lesado para dar-lhe a devida e necessaria reparação” (FÓRA da lei, 1909, p. 1). Dito isso, e tendo requerido ao

[...] Presidente do Estado certidão de um inquisitorial inquerito feito contra si, para levar aos tribunaes pela góla os calumniadores, que atiraram lama sobre a sua honestidade comprovada [Ainda assim] [...] nenhum despacho teve a sua petição, recusando-se a administração a dar o documento pedido pela parte interessada [...] [o jornal questionava:] porque essa recusa?” (FÓRA da lei, 1909, p. 1).

O *Estado* ainda argumentava:

**Sejam quaes forem as que actuem no espirito da autoridade superior, ellas não se justificam, importando o seu em um acto de requintada violencia, de abuso de poder,** perfeitamente caracterizado.

O governo não póde e nem deve ser solidario com os malsins da reputação alheia, sob pena de nivelar-se com os detractores baratos, que ha muito já deviam estar sob a acção da lei.

**O povo espirito-santense sabe perfeitamente que foi esse inquerito, e o descriterio com que procedeu o chefe do departamento da instrucção publica.**

Basta dizer, que recahindo sobre a professora D. Joanna Passos graves accusações contra a sua honestidade, **não foi ella convidada a depôr; não se lhe quiz ouvir, para que não destruísse as mestirosas asserções de testemunhas sem escrúpulos; fez-se tudo á sua revelia.**

**Pois bem, toda essa monstruosidade que a malidencia architectou para salpicar de lama a honra de uma donzella, foi exposta na redação do órgão official, por determinação do**

<sup>80</sup> ESPÍRITO SANTO (Estado). Professora Joanna Passos. Registro dos Offícios dos Resumos dos Requerimentos, Despachos e informações da inspeção geral do ensino (1909-19010). Livro n.º 136 (317), p. 6 (pedido em 27/05 – visto em 08/06 – respondido em 11-06-09).

**governo, que convidou os que quizessem admirar o escandalo á comparecerem áquelle jornal.**

Agora, que a victima fez transludir a sua inocência, demonstrando até onde chega a infamia, que já não respeita nem a santidade do lar, **nega-lhe a certidão do que se disse e escreveo contra ella, daquelas peças diffamatorias, que o governo, que ontem as expunha, procura agora occultal-las, e isto com o fim de estender o seu manto protector sobre funcionarios responsaveis e testemunhas perjuras.**

Quem empolga as rédeas da administração, póde fazer tudo; mas, o que o povo fica sabendo, é que o governo estadual que traçou como programma respeitar em nome da lei, do direito do cidadão, que a administração prestou respeitar; finalmente, em noe da honra ultrajada de uma filha do povo (FÓRA da lei, 1909, p. 1, grifo nosso).

Ao final da nota, o periódico suplicara:

Não se colloque o poder publico fóra da lei.

A sociedade espirito santense está profundamente escandalizada com essa aleivosia miseranda assacada á honestidade de um membro do magistério.

**Dê o governo a certidão pedida.**

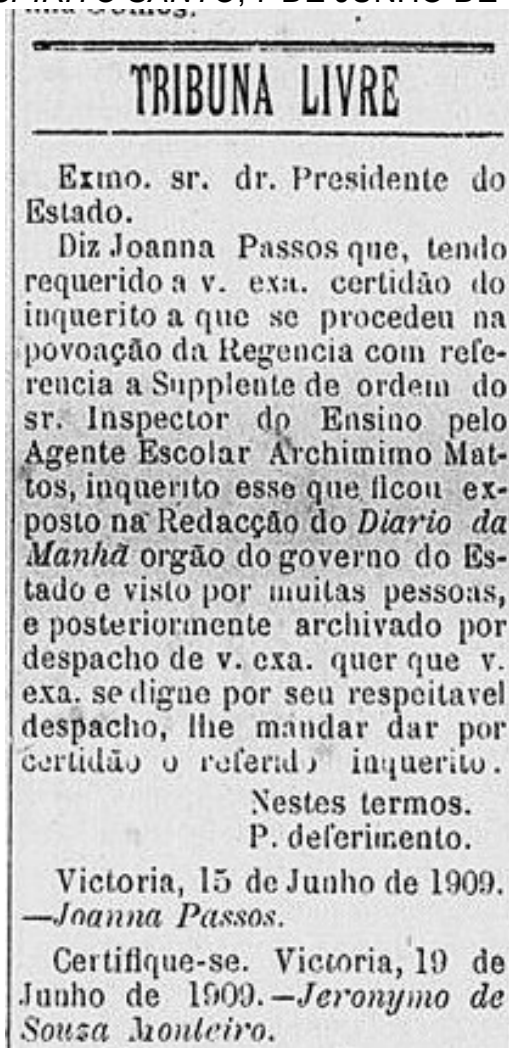
**Não é favor, mas o cumprimento de um dever** (FÓRA da lei, 1909, p. 1, grifo nosso).

Desse modo, o jornal indicia aspectos do funcionamento da sociedade capixaba no início do século, pautado na lei dos coronéis, em detrimento das leis do Estado que tinham como intuito proteger a população. Os discursos eram sempre inflamados e articulavam argumentos que pareciam objetivar convencer a população de sua frágil posição em detrimento dos interesses pessoais e políticos dos reformadores.

Somente depois de grande movimentação na imprensa, Jerônimo se manifesta publicamente sobre o caso na tribuna livre do *Commercio do Espirito Santo*, sobre o teor do inquérito procedido pelo inspetor Achimino de Mattos, e identifica aqueles que teriam deposto contra a professora (Imagem 24).



IMAGEM 24 – TRIBUNA LIVRE. COMMERCIO DO  
 ESPÍRITO SANTO, 7 DE JUNHO DE 1909



Fonte: MONTEIRO, 1909, p. 2.

Na sequência, o governo publicou na íntegra o referido inquérito do inspetor Archimino:

Certifico em cumprimento do despacho retro que revendo os papeis fiados existentes n'uma Secretaria, encontrei o inquerito a que se refere a petição retra e que é do teor seguinte: Inquerito procedido pelo inspector escolar, Archimino Martins de Mattos acerca do procedimento da ex-Professora d'esta Povoação <<Regencia>> dona Joanna Passos, em dedesseis de Maio de mil novecentos e nove. — **Primeira testemunha: Nicolau Jorge Simão.** — Perguntado se sabe, que a professora dona Joanna Passos tem sido cumpridora dos deveres do seu cargo, disse que, desde Janeiro, que ella não dá aula. **Disse mais, que nunca assignou documento algum em abona dessa Professora e que sua assignatura no abaixo por ella apresentado á Inspectoria do Ensino, é falso, tendo sido obtida de uma sua filha menor a quem a referia Professora illudiu pegando a mão da mesma para fazel-la assignar [...]** **Segunda testemunha, Manoel Nascimento de Almeida;** Perguntando o que

sabe a respeito do procedimento de dona Joanna Passos, **disse saber ser mau e que até sabe que o senhor Manoel Ireneu abandonou a esposa por manter relações ilícitas com essa moça, o que é bastante publico entre as pessoas que a conhecem [...].** Terceiro respondente, Luiz Nunues do Amaral Pereira. Perguntado se dona Joanna Passos era cumpridora dos deveres do seu cargo respondeu que, durante o tempo em que ella exerceu aqui o magisterio, viveu sempre passeiando não dando nunca aula regularmente e que seus alunos nada aproveitaram. Acerca do seu procedimento disse ser pessimo e que é voz geral ser declaradamente meretriz; disse mais, que esta senhora não encontrará casa para sua moradia n'esta localidade e que seus filhos não frequentarão em absoluto a Escola regida por esta Professora [...]. Quarto respondente, João Manoel Nunes. Perguntado se dona Joanna Passos era cumpridora dos deveres de seu cargo respondeu que, não absolutamente e que a sua assignatura no abaixo assignado em favor da mesma senhora, disse que, ella foi feita por sua senhora que, iludida em sua boa fé a referida Professora, deu-a suppondo ser um simples atestado para recebimento de seus ordenados conforme lhe disse a mesma Professora. Perguntado acerca da conducta dessa moça disser ser mau e sabe que vivia amasiada com o senhor Manoel Irineu que, por sua causa abandonou a esposa [...]. Quinto respondente, Manoel Luiz Nunes, respondeu que subscreve o depoimento dos terceiro e quarto respondente por julgal-os verdadeiros e ter as mesmas convicções [...]. Sexto respondente, Geraldino Carvalho, declara subscrever os depoimentos dos terceiro e quarto respondentes e assigna comigo José Vieira dos Passos a seu rogo por não saber ler nem escrever [...]. Setimo respondente, Sebastião Pinto Ribeiro. Perguntado acerca do procedimento de dona Joanna Passos disse não ser boa e que sua assignatura no abaixo assignado em favor da mesma é falsa e que jamais assignou qualquer documento em seu favor. Por nada mais responder, assigna [...]. Oitavo respondente, Rosa Costa Nunes, respondeu que dona Joanna Passos, foi a sua casa pedir a sua bem como a de suas filhas Anna Nunes Monteiro e Leopoldina Maria Nunes para um atestado afim de receber os ordenados atrasados e em boa fé estas não lhes negaram ficando surpreendidas quando hoje lhes foi dito o motivo deste seu pedido e por julgarem conforma, assignam commigo, Manoel Pinto Rangel e Silva, servindo de Escrivão, Rosa da Costa Nunes, Leopoldina Nunes, Anna Nunes Monteiro, Manoel Pinto Rangel e Silve, servindo de escrivão. Alberico Lyrio dos Santos, Inspector Escolar, Archimino Martina Mattos, Inspector Escolar.

Reconheço serem dos próprios as firmas de Adrião Nunes do Amaral Pereira, João Manoel Nascimento de Almeida, Luiz Nunes do Amaral Pereira, João Manoel Nunes, Manoel Luiz Nunes, José Vieira dos Passos, Sebastião Pinto Ribeiro, Rosa da Costa Nunes, Leopoldina Nunes, Anna Nunes Monteiro, Manoel Pinto Rangel da Silva, escrivão. Em desessete de Maio de mil novecentos e nove.

Em testemunha da verdade estava o signal publico – João Ferreira Corrêa – Tabelião Excellentissimo Senhor Doutor Inspector Geral do Ensino. Junto a este, passo ás mãos de vossa Excellência o inquerito por mim procedido hontem na Povoação <<Regencia>> acerca do procedimento da ex-professora d'aquella localidade, a Excellentíssima

senhora dona Joanna Passos, no qual servia como escrivão o cidadão Manoel Pinto Rangel da Silva, por mim convidado para esse fim. Pela simples leitura do referido inquerito, verificará a justiça que que presidio o da demissão da professora de que se trata.

Aproveito a oportunidade para retirar a vossa Excellencia os protestos das mais elevada consideração, Victoria, desessete de Maio de milnovecentos e nove. Archimino Martins Mattos, Inspector Escolar (MONTEIRO, 1909, p. 2, grifo nosso).

Analisando o documento, observamos que os poucos argumentos desenvolvidos contra o desempenho profissional de Joanna se restringiam à sua ausência, a qual a própria professora já havia se justificado, esclarecendo a necessidade de se ausentar da localidade para receber seus ordenados, como pudemos observar nos depoimentos das próprias testemunhas. Porém, as testemunhas não foram perguntadas apenas sobre a competência de Joanna no exercício de sua profissão, pois o inspetor fez questão de indagar sobre a conduta da professora fora da escola, associando a moralidade como aspecto fundamental para o exercício do magistério e confundindo fatos da vida pública e privada da professora.

Portanto, fica evidente que a demissão de Joanna foi sustentada por exigências que pesavam sobre sua moralidade, ao ser acusada de ser meretriz e, supostamente, uma destruidora de lares, em sua vida privada. Não encontramos fontes que, pelo entrecruzamento das informações, pudessem confirmar o envolvimento da professora com o senhor Manoel Irineu, mas isso em nada sustenta ou evidencia a desqualificação de Joanna em seu trabalho como docente.

Contudo, levando em conta as incoerências das prescrições da Reforma Cardim para o exercício do magistério capixaba, observamos muito mais a valorização da figura da mulher, como exemplo da moralidade e dos bons costumes para a manutenção da sociedade elitista patriarcal, do que iniciativas que buscassem configurar a docência como categoria profissional, principalmente no caso das mulheres. A historiografia aponta essa característica como uma tendência nacional, pela qual no país se constituiu

[...] um cenário no qual a educação feminina passou a ser importante, devidamente atrelada, em todos os níveis, à *destinação natural* das mulheres para lecionar e sempre em estreita relação com o universo doméstico. Apesar das iniciativas visando à igualdade sexual, dentro dos lares a situação das mulheres continuava idêntica, com as

esposas e filhas submetidas ao poder patronal que lhes dirigia o destino e ditava as regras de conduta, com o aval da sociedade. Apesar das expectativas alvissareiras da ordem e do progresso do século XX, a higiene, a moralidade e religiosidade, a pureza, os ideais de preservação da raça, da sobrevivência social, estamparam no sexo feminino seu emblema de manutenção da sociedade tradicional (ALMEIDA, 2009, p. 151).

Ainda, como havia sido denunciado pela população nos meios impressos, de fato o inspetor Alberico fizera questão de acompanhar a procedência do novo inquérito, realizado em apenas dois dias pelo inspetor Archimino, para garantir que fossem confirmadas as acusações levantadas por ele. Os dois inspetores, ao se articularem a partir de interrogatórios tão incisivos sobre as testemunhas, que já haviam deposto em favor da professora, fizeram com que elas mudassem seu depoimento e se posicionassem contrárias à professora.

Em frente a essa mudança repentina de opinião, cabe um certo estranhamento, já que a imprensa oficial, em 27 de maio de 1909, muito antes da divulgação do “novo e rigoroso inquérito”, fizera questão de

[...] deixar bem patente que o caso em questão girou em torno de afirmativas e depoimentos com assignaturas reconhecidas de pessoas gradadas da Regencia, [que foram] ouvidas livremente, sem nenhuma coacção da parte dos srs. Inspectores escolares, cujo fim exclusivo era a verificação da verdade (INFORMES e noticias, 1909, p. 2).

Vasconcellos (1995), porém, aponta várias práticas políticas repressoras do governo de Jerônimo Monteiro, registrando a existência de capangas armados do então governador para coagir e ameaçar até mesmo outros políticos:

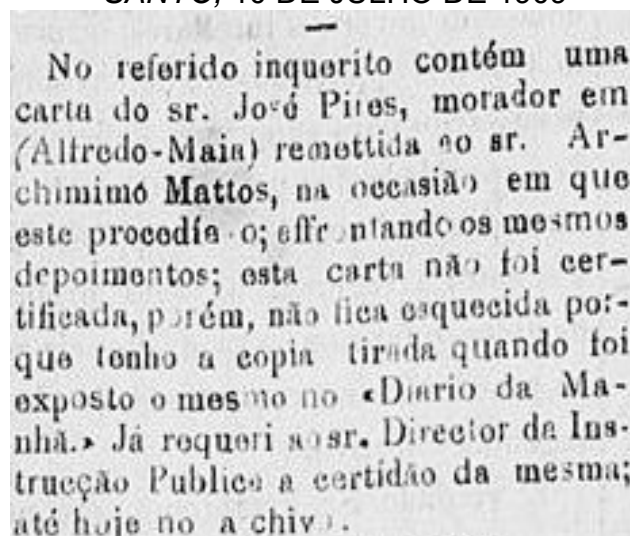
Os inimigos dos dois irmãos [Jerônimo e Bernardino Monteiro] não cansavam de criticar a política oligárquica e familiar exercida por ambos. Foi nesse contexto que surgiu o livro de Affonso Lyrio,<sup>81</sup> cujos ecos foram bem grandes. Ele registra, por exemplo, a dispersão de um comício pelos capangas de Jerônimo Monteiro, no dia 13 de janeiro de 1911, com várias pessoas feridas a bala [...]. A violência política, um dos traços do coronelismo, foi, pelo que se pode ver, largamente utilizada (VASCONCELLOS, 1995, p. 162-163).

---

<sup>81</sup> “O livro de Affonso Lyrio intitula-se: *Feitos e proezas de um piedoso conde do Papa: subsídios para a história política do Brasil Republicano*. O título Conde do Papa Monteiro recebera do irmão bispo e era como se apresentava em inúmeras ocasiões” (VASCONCELLOS, 1995, p. 161).

O *Estado do Espírito Santo*, inclusive, chegou a alertar a população sobre a falta de certidão de comprovação de umas das cartas levantadas no inquérito procedido por Archimino, anunciada no próprio jornal oficial do governo. Tratava-se da carta do senhor José Pires.

IMAGEM 25 – CONTA ALHEIA. *ESTADO DO ESPIRITO SANTO*, 10 DE JULHO DE 1909

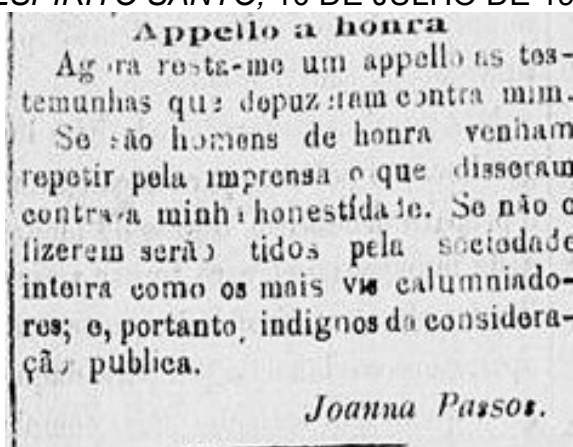


No referido inquerito contém uma carta do sr. José Pires, morador em (Alfredo-Maia) remetida ao sr. Archimino Mattos, na ocasião em que este procedia o; afirmando os mesmos depoimentos; esta carta não foi certificada, porém, não fica esquecida porque tenho a copia tirada quando foi exposto o mesmo no «Diário da Manhã.» Já requeri ao sr. Director de Instrução Publica a certidão da mesma; até hoje no a chiv.

Fonte: *ESTADO DO ESPIRITO SANTO*, 1909, p. 2.

Por essa brecha, Joanna fez um apelo público à sua honra, convocando aqueles que mudaram seu depoimento e depuseram contra ela no segundo inquérito:

IMAGEM 26 – APPELLO A HONRA. *ESTADO DO ESPIRITO SANTO*, 10 DE JULHO DE 1909



**Appello a honra**  
 Agora resta-me um appello as testemunhas que depuzeram contra mim. Se são homens de honra venham repetir pela imprensa o que disseram contra a minha honestidade. Se não o fizerem serão tidos pela sociedade inteira como os mais viles calumniadores; e, portanto, indignos da consideração publica.  
*Joanna Passos.*

Fonte: *PASSOS*, 1909, p. 2.

Poucas semanas depois, o próprio José Pires de Almeida se retrataria em 17 de julho de 1909, afirmando que, do seu ponto de vista, “Inherente com a moral social de toda

e qualquer individualidade que se acha no afan das más instituições como seja a exma. sra. d. Joanna Passos [e que] [...] nada vos tenho a declarar do que a carta em que a referida senhora se bazeia nada tem com a sua honra” (ALMEIDA, 1909, p. 7). Segundo ele, a carta “[...] apenas declara ao sr. Inspector Litterario que admirava-se muito como uma moça apresentava-se aqui em nossa casa com pessoas estranhas e solteiras em alta noite com certos modos irregulares” (ALMEIDA, 1909, p. 7). Portanto, concluía “[...] que é muito mau compreendida a forma de se lêr uma carta em assumpto muito diferente, não sendo preciso dar os nomes dos seus companheiros porque ella mesmo sabe quem são eles, refiro-me sómente ao mal comportamento e mais nada” (ibid.). Para ele, dizer que esteve “[...] de comum acordo com os depoimentos é menos verdade e pura mentiras”. [Por fim, assinava:] “Sou com subida e estima consideração. Amigo att. e Admirador. Alfredo Maia, 12 de Julho de 1909. *José Pires de Almeida*” (ALMEIDA, 1909, p. 7).

Ainda com o clamor geral em defesa de Joanna, nada se fez diante da ludibriada ex-professora Joanna Passos. Para o *Estado*, isso ocorria porque ela era “[...] pobre e desprotegida. [e] O sr. Cardim é compadre, é grande, não paga imposto, é da oligarchia dos felizardos, e, tanto basta para que não soffra a mais leve punição. Se si tratasse de um pobrezinho cá da nossa infeliz terra, coitado... já de há muito tempo que estaria demitido” (O CASO da ex-professora d. Joanna Passos, 1909, p. 1).

Sobre essas tensões oligárquicas que incidiam diretamente sobre o magistério, Sebastião Pimentel Franco (2001, p. 179) indica que “[...] as primeiras escolas normais foram procuradas inicialmente por mulheres das camadas pouco privilegiadas”, por encontrarem ali uma das raras oportunidades de continuar os estudos, ou por buscar nessa profissão alguma ascensão social. Ao mesmo tempo, as mulheres, principalmente as consideradas pobres, eram as que com mais frequência sofriam esse tipo de ataques, pois “[...] a moral social incidia mais fortemente sobre esse grupo” (LACERDA, 2016, p. 56).

Assim, apesar dos estímulos ao processo de feminização do magistério, a possibilidade de a mulher ingressar na carreira docente figurava uma ameaça aos padrões da família tradicional e aos comportamentos femininos maternais esperados nesse contexto, como parece ter sido o caso de Joanna. Desse modo, a historiografia

da educação brasileira e as fontes apontam que as professoras pobres eram as que com mais frequência sofriam ataques contra a sua moralidade para argumentar a sua incompetência no exercício do magistério, pois a moral social incidia mais fortemente sobre esse grupo, diante dos padrões comportamentais patriarcais, hegemônicos e morais das elites que detinham os poderes oligárquicos.

#### 4.2 JOGANDO ESTRATÉGIAS SIGNIFICATIVAS

A proposta de Levi (2000), em *Herança Imaterial*, instiga-nos a ficar atentos para a “[...] ligação ineliminável entre o micro e o macro, entre a prática cotidiana e a História [e] estabelecia de modo inequívoco a relação entre a prática individual e a transformação social (LIMA, 2006, p. 272). Nesse, sentido, o autor frisa a importância de se identificar estratégias pessoais (e familiares) que visibilizem as vidas individuais cotidianas que têm no seu centro o uso estratégico das regras sociais (LEVI, 2000).

No decorrer desta dissertação, procuramos identificar as estratégias de Joanna desde o seu processo formativo, indiciando seu modo de viver e de resistir dentro das possibilidades do cotidiano cultural do Espírito Santo, no final do século XIX e início do século XX, assim como procuramos identificar suas possíveis estratégias

Localizamos que, ainda no ano de 1909, tão difícil para Joanna Passos, sua irmã Rosa havia se casado com Antônio Francisco do Nascimento, funcionário da imprensa estadual que trabalhava no jornal *Commercio do Espírito Santo*,<sup>82</sup> mas isso ocorreu bem depois de sua exoneração. Assim, não é possível afirmar que esse vínculo tenha contribuído para que esse jornal se posicionasse a favor da professora.

Também os registros encontrados de que seu irmão, Olympio Rodrigues Passos, tipógrafo e compositor, trabalhava como auxiliar na oficina tipográfica do jornal *Estado do Espírito Santo* são datados posteriormente à demissão de Joanna (Imagem 27).

---

<sup>82</sup> ANIVERSARIOS. *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, ano XIX, n. 169, p. 1, 6 ago. 1909.

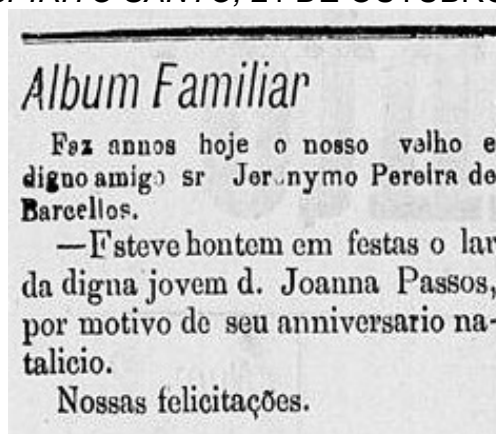
IMAGEM 27 – INTERESSE LOCAL: ALBUM FAMILIAR, *ESTADO DO ESPIRITO SANTO*, 4 DE SETEMBRO DE 1909



Fonte: INTERESSE Local: album familiar, p. 1.

Talvez por isso Joanna tenha recebido, ao final do mesmo ano, felicitações públicas da redação desse jornal (Imagem 28).

IMAGEM 28 – ALBUM FAMILIAR. *ESTADO DO ESPIRITO SANTO*, 21 DE OUTUBRO 1909



Fonte: ALBUM Familiar, 1909, p. 2.

Na mesma edição, o *Estado* cumprimentou o casal ao anunciar o noivado de Joanna, com o senhor “[...] Eugenio de Souza Caldas, artista alfaiate da conceituada casa Resemini & Leone” (*ESTADO DO ESPIRITO SANTO*, 1909, p. 2), situada no centro



da capital, Vitória (Imagem 29) especializada em “[...] roupas sob medida, importadora de casemiras e mais artigos para alfaiates, correspondentes do Sr. Carlo Parreto & Cia, agentes do Banco de Nápoles”.<sup>83</sup>

IMAGEM 29 – ALFAIATARIA RESEMINI & LEONE



Fonte: [http://fotosantigasdevitoria.blogspot.com/2010/12/comercio-no-inicio-do-seculo-xx\\_05.html](http://fotosantigasdevitoria.blogspot.com/2010/12/comercio-no-inicio-do-seculo-xx_05.html). Acesso em: 28 mar 2019.

---

<sup>83</sup> Fonte: [http://fotosantigasdevitoria.blogspot.com/2010/12/comercio-no-inicio-do-seculo-xx\\_05.html](http://fotosantigasdevitoria.blogspot.com/2010/12/comercio-no-inicio-do-seculo-xx_05.html).

Os proclames e a realização do casamento da ex-professora Joanna também foram anunciados pelo jornal oficial do governo, *Diario da Manhã*, já no ano de 1910 (Imagens 30, 31 e 32):

IMAGEM 30 – *DIARIO DA MANHÃ*, 30 DE AGOSTO DE 1910

Estão correndo os proclamas do casamento civil de Eugenio de Souza Caldas e d. Joanna Passos.

Fonte: INFORMES e noticias, 1910, p. 2.

IMAGEM 31 – CASAMENTOS. *DIARIO DA MANHÃ*, 10 DE SETEMBRO DE 1910

◆ CASAMENTOS  
Realisa-se hoje nesta cidade, às 5 horas da tarde, o enlace matrimonial do sr. Eugenio de Souza Caldas, habil artista da alfaiataria Resemini, com a senhorita Joanna Passos.  
Ao joven par desejamos innumerables felicidades.

Fonte: CASAMENTOS, 1910, p. 3.

IMAGEM 32 – DIVERSAS. *DIÁRIO DA MANHÃ*, 19 DE SETEMBRO DE 1910

◆ DIVERSAS  
O sr. Eugenio de Souza Caldas e d. Joanna Passos nos enviaram um postal em agradecimento á noticia que demos do seu casamento, participando os mesmos ter elle sido realizado no dia 10 do corrente.

Fonte: DIVERSAS, 1910, p. 2.

Contudo, as fontes encontradas que dão indícios da presença ou da relação de parentes de Joanna com a imprensa local são de 1910, data posterior a à sua demissão, em 1909, o que nos impede de confirmar que esse vínculo tenha contribuído para a ampla divulgação do seu caso demissional ou para que os jornais se manifestassem favoravelmente a ela. Tampouco esses vínculos explicariam ou justificariam que a população local também tenha se manifestado favoravelmente sobre as reivindicações da professora

O jornal oficial do governo chegou a afirmar que as frequentes manifestações do *Estado do Espírito Santo* em favor da professora giravam em torno de “[...] um facto que é uma phantasiosa criação de exploradores da opinião publica” (ESCREVEM-NOS, 1909, p. 2) e que os redatores desse jornal teimavam em afirmar que Joanna Passos deveria ser reintegrada no cargo de professora de Regência “[...] por ter se submettido a um exame medico legal, em que sómente ficou provada a sua qualidade Physica de donzella [que apenas serviria como prova em contraposição a um inquerito que não motivou sua exoneração, já que quando] [...] fora iniciado, essa sra não era mais professora” (ESCREVEM-NOS, 1909, p. 2). Defendiam ainda que “[...] o governo pode exonerar de suas funções um empregado do Estado, sem que desse acto tenha de prestar contas, uma vez que o funcionário em questão seja demissível *ad nutum*” (ESCREVEM-NOS, 1909, p. 2).

O *Diario da Manhã*, então, seguiu com sua função de defender o posicionamento dos reformadores. Quanto à insistência do *Estado do Espírito* sobre o caso de Joanna, creditava ao jornal desconfiança, já que suas matérias se inspiravam em politicagens promovidas pelo senador Muniz Freire (Imagem 33).

IMAGEM 33 – SEMPRE OS MESMOS. *DIARIO DA MANHÃ*, 10 DE JUNHO DE 1909

### Sempre os mesmos...

O *Estado* não foi muito feliz na transcrição que fez do *Correio da Manhã* de 2 do corrente, sobre a exoneração da professora Joanna Passos.

Transcrevendo apenas o que lhe convinha, o contemporaneo omittiu propositalmente um topico que não lhe agrada porque condemna a sua conducta antipathica, mas que o publico precisa de conhecer.

Completamos, pois, com muito prazer, o trabalho do collega, estampando abaixo a parte que o publico não leu e por onde poderá ainda uma vez ajuizar do criterio da folha opposicionista.

Sem querer entrar em mais detalhes, salientamos no entanto, aqui, essa especie de lealdade com que o collega procura servir aos seus leitores illaqueando a boa fé do publico, bem como o conceito em que é elle tido por aquelle orgão da imprensa fluminense.

Eil-o :

«O *Estado do Espirito-Santo*, orgão do senador Muniz Freire, bem que não nos inspire confiança, por ser um jornal que traduz a politicagem antipathica de seu chefe, ainda uma vez patenteada no caso do reconhecimento do senador pelo Districto Federal, traz a denuncia de um facto, que não pôde deixar de ser tomado muito a sério».

Agora dizemos nós : se o collega carioca conhecesse todas as phases d'essa questão, o despacho da presidencia que demittiu a professora, a origem dessa demissão, a causa que determinou a feitura do processo, certamente não escreveria as linhas que o *Estado* insensatamente passou para as suas columnas, firmando para os seus redactores um perfeito attestado de inepcia.

E o caso é que o *Correio* tem mais uma razão para continuar a mimosear o matutino espirito-santense com essa falta de confiança, cuja declaração formal importou em annullar as precipitadas apreciações trasladadas para as columnas do *Estado*.

Como destacado nos capítulos anteriores, já não era segredo que Muniz Freire e seu jornal fizeram forte oposição ao governo de Jerônimo Monteiro. Portanto, ao exercer, ao mesmo tempo, o jornalismo e a política, concluímos que a imparcialidade não era uma característica de seu jornal, o *Estado do Espírito Santo*. Para Dias et al. (2008, p. 103-104), inclusive,

Quando se fala nos jornais brasileiros do final do século XIX e início do XX, lembramos dos folhetins escritos por José de Alencar ou Machado de Assis, do romantismo das letras e do *glamour* de escrever, já que, nesse contexto, o posto de jornalista era ocupado especialmente por advogados e escritores, como Lima Barreto, Euclides da Cunha ou o próprio Machado. Eram, portanto, feitos pela e para a elite e tinham um claríssimo viés político-opinativo. [...] há de se reconhecer a força da palavra escrita como arma política – força que ocupou espaço [...]. Os jornais serviam de palco para as discussões ideológicas e para a propaganda de opiniões, partidos e nomes fortes. Por meio dos periódicos, as agremiações e as personalidades divulgavam seus ideais e atacavam umas às outras.

Mas talvez aí resida a maior estratégia de Joanna pois, assim como seus familiares, ao utilizar com frequência os meios jornalísticos para se estabelecer socialmente e ao tornar público o seu caso, articulou sua inconformidade em uma época em que os jornais poderiam assemelhar-se a verdadeiros campos de batalha, atuando “[...] por vezes, como veículos de desabafos entre os desafetos, às vezes, de maneira sutil, outras, de modo direto e perverso [...]” (DIAS et al., 2008, p. 106). Isso incentivou que a maior oposição feita ao governo, a partir das tensões provocadas pelo caso demissional de Joanna, partisse dos redatores do jornal o *Estado do Espírito Santo*.

No entanto, independentemente das manifestações oriundas da imprensa, o mais inesperado e admirável nesse processo foram as manifestações populares, sem vínculos estreitos com as redações dos jornais que se movimentaram em defesa da professora. Como argumentou, também estrategicamente, o próprio *Estado do Espírito Santo*, ao se apropriar dos discursos populares:

Quando o cidadão não encontra no poder publico o remedio efficaz contra as injustiças e perseguições; quando a sociedade assiste impassivel á esses desvairamentos, que a convulsionam muitas vezes, vendo os seus membros o revoltante sacrificio da lei, imperando, não a força do direito, mas o direito da força, a anarchia avassalla as instituições desapparecem todas as garantias e a confiança nos governantes (FÓRA da lei, 1909, p. 1).

De toda forma, graças à grande manifestação popular na imprensa, foi possível perceber que a maioria das fontes sugerem que, se fossem justos os reformadores Cardim e Monteiro, “[...] nem Alberico Santos seria fiscal, porque não reúne as habilitações para o cargo, nem d. Joanna Passos seria demitida, sem ser ouvida e sem as provas cabais de sua culpabilidade” (O CASO da ex-professora d. Joanna Passos, 1909, p.1). Mais do que isso, parece de tratar de um caso específico que representava um ataque ao magistério em geral, ao passo que a resistência estampada de um indivíduo fez emergir vozes inconformadas e incontroladas.

Porém, apesar da inconformidade de Joanna e das relevantes e consideráveis manifestações promovidas em seu favor (seja da população local, seja da imprensa), a demissão da professora foi mantida. Cardim não quis se

[...] convencer de que aqui, entre os que ensinam, há muita gente cuja reconhecida competência está distante da sua como a terra dista do sol – acredita que estamos numa aldeia de bugres, e é por isso que pretende levar todos a fogo e a ferro reduzindo o magistério público a uma fazenda de escravos, da qual S. S. é o único e soberano senhor (O CASO da ex-professora d. Joanna Passos, 1909, p.1).

A metáfora utilizada nessa nota evidencia que as concepções do reformador Cardim, ao prescrever de maneira incoerente as formas de controle sobre a docência, se distanciavam da realidade da população capixaba e motivava a manutenção de práticas coronelistas e escravistas. Ao desconsiderar e desqualificar o trabalho do magistério local, subestimando essa categoria como profissão que se constituía e possuía necessárias habilidades próprias em seu exercício, Cardim, assim como Monteiro, fortemente marcados pelo positivismo, fornecerem, também, às iniciativas dos reformadores sobre as políticas educacionais um “[...] caráter científico e racional ao comportamento tradicional dos membros da classe dominante, mas acentuava também o elitismo na medida em que fortalecia a idéia de criação de uma camada mais esclarecida capaz de conduzir a massa ignorante” (VASCONCELLOS, 1995, p. 143).

Mas Cardim estava enganado! Ao utilizar a imprensa como estratégia significativa a seu favor, “[...] d. Joanna Passos lhe arrancou o chicote da mão e, com vagar, os outros ilustres preceptores não de collocar-o no seu devido lugar. [E fez valer que o]

Espírito Santo não é senzala e nem nós somos escravos” (O CASO da ex-professora d. Joanna Passos, 1909, p.1).

Assim, o enfrentamento feito pela professora aos governantes que controlavam os jornais capixabas e utilizavam esse recurso como instrumento de violência política e moral revelou-se como emblemático para decifrar as “[...] relações de força que atravessam práticas docentes e processos de formação de professores e professoras no início do século” (SIMÕES; SALIM, 2009, p. 180) XX. O caso de Joanna nos permitiu acessar a

[...] descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo esse considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas” (LEVI, 1996, p. 180).

As manifestações populares apontam que, ao resistir às formas de controle sobre a docência nos meios impressos, a iniciativa de Joanna Passos não só carregou a força e a coragem dessa mulher, que defendeu a docência e seus aspectos profissionais, jogando estrategicamente dentro das suas possibilidades políticas e culturais, mas serviu também de estopim para que outros indivíduos se posicionassem, em um contexto patriarcal, oligárquico e repressor, para questionar aspectos do funcionamento da sociedade capixaba durante a Primeira República e as medidas autoritárias de um governo coronelista. Dessa forma, talvez se configure a complexidade e a abrangência das estratégias jogadas pela professora que, em última análise, colocou na berlinda, aos olhos da população, efeitos perversos do mandonismo do governo local sobre a prestação de serviços públicos, como a educação.

## 5 A LIÇÃO DA EX PROFESSORA D. JOANNA PASSOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

– Acreditarás, Ariadne? – disse Teseu. – O minotauro apenas se defendeu (BORGES, 1947).

Em *A casa de Astérion*, Jorge Luis Borges esclarece possíveis interpretações sobre os eventos ao recontar a mitologia grega do herói Teseu pela perspectiva do Minotauro, um personagem socialmente incomum e desprezível em seu contexto. Trata-se de um conto, assumido na forma de um monólogo, pelo qual Astérion, o Minotauro, sugere, inicialmente, que as afirmações difamatórias sobre ele, de que é arrogante, misantropo ou louco, são falsas.<sup>84</sup>

Sei que me acusam de soberba, e talvez de misantropia, e talvez de loucura. Tais acusações (que castiguei no devido tempo) são irrisórias. É verdade que não saio de casa, mas também é verdade que as suas portas estão abertas dia e noite aos homens e também aos animais. Que entrem quem quiser. [...] Até meus detratores admitem que não há um só móvel na casa. Outra afirmação ridícula é que eu, Astérion, seja um prisioneiro. Repetirei que não há uma porta fechada, acrescentarei que não existe uma fechadura? (BORGES, 1947).

O conto de Borges possibilita “[...] uma série de interpretações que levam em conta as contradições fundamentais da existência, vivenciadas por um ser que em si mesmo carrega o estigma da duplicidade” (MOREIRA, 2005, p. 343).<sup>85</sup> Do mesmo modo, pela lente micro-histórica, procuramos indagar as formas de controle exercidas sobre o magistério capixaba do início do século XX, na perspectiva da professora Joanna Passos, pelas tensões e contradições causadas por sua inconformidade. O caso de Joanna ainda fez aflorar, “[...] além de muitas péssimas coisas velhas, certas ‘más coisas novas’; verdades desagradáveis sobre as quais vale a pena refletir” (GINZBURG, 2009, p. 14)

<sup>84</sup> “A releitura de Borges da lenda grega “desloca” as referências clássicas, gerando um processo de estranhamento. [...] Ao abandonar a perspectiva de Teseu para abraçar o ponto de vista do Minotauro, Borges não altera em nada a narrativa do herói que entra no labirinto, mata o monstro e sai [...]. O que Borges faz é colocar esses acontecimentos em segundo plano e centralizar sua atenção sobre o Minotauro” (MOREIRA, 2005, p. 342-343).

<sup>85</sup> Parafraseando Bloch (2001), os “[...] temas do presente condicionam e delimitam o retorno, possível, ao passado” (SCHWARCZ, 2001, p. 7) e, portanto, “[...] mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo. É a pergunta que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado” (SCHWARCZ, 2001, p. 8).



Ao narrar a história de Joanna Passos, destacando a sua inconformidade amplamente divulgada, debatida e defendida ou rejeitada na imprensa local, também nos propusemos, então, guardadas as devidas proporções, tentar fazer algo similar ao que foi feito em *O queijo e os vermes*, quando Ginzburg (2009, p. 265) procurou “[...] reconstruir o mundo intelectual, moral e fantástico do moleiro Menocchio por meio da documentação produzida por aqueles que o tinham mandado para a fogueira”.

Por essa lente, a história de Joanna nos permitiu uma aproximação com o cotidiano de professoras em exercício no magistério capixaba no período investigado, assim como problematizar as formas de controle e regulação que marcaram a constituição dessa profissão. Foi possível refletir, então, que

[...] de longe: estamos, assim, atentos a resultados finais que frequentemente excedem a possibilidade de controle das pessoas, a sua própria vida. Parece que as leis do Estado moderno impuseram-se sobre resistências impotentes, no longo período, irrelevantes. Mas não aconteceu assim: nos interstícios dos sistemas normativos estáveis ou em formação, grupos e pessoas jogam uma estratégia significativa própria, capaz de marcar a realidade política de uma maneira duradoura, não de impedir as formas de dominação mas de condicioná-las e modificá-las (LEVI, 2000, p. 4-5).

Nesse sentido, compreendemos que as difamações promovidas contra Joanna, de maneira tão violenta, e o poder concentrado nas mãos dos reformadores Jerônimo Monteiro e Gomes Cardim foram suficientes para afastá-la da carreira docente. Em declaração anexada ao seu processo contratual de casamento (ANEXO), datada em 26 de agosto de 1910 (mais de um ano após a sua demissão), ela atestou ser de “profissão doméstica”.

No entanto, sua resistência, mesmo não tendo podido reverter a decisão tomada naquele momento, com certeza deixou marcas, tanto que, entre outras proezas que afirmava ter instituído na educação local, Jerônimo fez questão de dedicar quase metade do “Capítulo V: Ensino Público”, de seu relatório final de governo (produzido com a ajuda de Gomes Cardim) para justificar a demissão de Joanna Passos, em 1912 (três anos após o decreto da referida demissão):

A dispensa concedida pelo decreto numero 299 de 20 de março de 1909, á professora que então regia a escola publica da povoação de

Regencia, no municipio de Santa Leopoldina, provocou taes reparos e accusações ao inspector geral do ensino, naquella época, por parte de um jornal desta capital e de alguns poucos dos que se publicam na capital de Republica, que **não devo silenciar sobre o caso no meu relatório final**. E como elle esta claramente exposto no relatório do digno pedagogo, que então superintendia a instrucção publica no Estado, limito-me a trasladar para que o que elle disse a respeito:

**‘Para que não parem duvidas sobre a justiça que presidiu todos os meus actos [...]. Tendo chegado ao meu conhecimento varias queixas contra o procedimento da professora d. Joanna Passos, não só quanto ao cumprimento de seus deveres como quanto á sua vida privada, resolvi mandar o inspector escolar sr. Alberico dos Santos, que já havia dado cabal desempenho a comissões dessa natureza [...]. Esse inspector, lá chegado, não encontrou a professora no exercicio de suas funções, apesar de ser um dia lectivo, e, indagando das pessoas qualificadas do logar quanto á veracidade dos factos attribuídos á alludida professora colheu seguras informações de que ella não dava aula já havia algum tempo, que vivia passeando e que por isso era deficientíssima a frequencia dos alumnos nos raros dias em que comparecia á escola e bem assim que era muito suspeito o seu procedimento, visto como andava ás vezes só, outras vezes acompanhada de pessoas desclassificadas, por logares poucos frequentados, a horas avançadas [...]. Surpreendido pela falta, procurei conhecer as razões que levavam a professora Passos a não cumprir estrictamente os deveres de seu cargo e soube que não dava aula durante semanas inteiras ausentando-se com frequencia da localidade sem razão justificavel; que não observava o horario, nem o programma de ensino e que, em summa, era censuravel a sua conducta privada. Estas accusações foram corroboradas pelas principaes pessoas do logar, que se compromettem a dar provas irrefutaveis destes assertos. Assim sendo e diante de provas irrecusaveis, acredito que é prejudicial a permanencia da referida professora no cargo que hora occupa, cargo que só pode ser exercido por preceptoras sobre cuja correcção não paire a mais leve suspeita’.** Saudações.  
– Exmo. sr. Inspector Geral do Ensino do Estado do Espirito Santo –  
O inspector escolar em comissão, *Alberico Lyrio dos Santos*.

[...]. A alludida professora não contente com a sua dispença procurou-me afim de saber qual a causa que havia motivado, sendo **cavalheirosamente atendida**.

Aconselhei-a que se justificasse das accusações que lhe eram emputadas, e prossegui dizendo-lhe que havia um meio de apagar inteiramente essa denuncia: e era pedindo aos pais de seus alumnos cartas que viessem patentear a falta de fundamento dessas accusações.

É claro que não se podia encontrar melhores provas de sua assiduidade e comportamento do que as offerecidas pelos pais dos proprios alumnos.

**Ao inves da professora aceitar os meus razoaveis conselhos, submeteu-se a um exame que além de não ter valor algum perante a sciencia não vinha provar que ella fosse cumpridora dos seus deveres, bem como tivesse a indispensavel corecção moral e, valendo-se da imprensa, com linguagem pouco delicada atacou o meu acto, como ao inspector que foi designado para proceder a syndicanicia sobre os factos que lhe eram attribuídos.**

Como nesse artigo ella se dizia victima de uma perseguição do inspector Alberico Santos, resolvi commissionar outro inspector, o sr. Archimino Mattos, para abrir rigoroso inquerito recommendando-lhe o maximo escrupulo, afim de, verificada a procedencia ou a improcedencia das accusações contra a professora, apurar-se o criterio com que o primeiro inspector agiu no desempenho da sua commissão.

O inspector sr. Archimino Mattos desempenhou-se perfeitamente da sua commissão, trazendo o inquerito de que **resultou a prova de tratar-se de uma professora relapsa e de má conducta**. Ficaram dest'arte plenamente justificadas a lisura com que se conduziu o inspector Alberico Santos e a justiça do accto pelo qual foi dispensado a professora d. Joanna Passos.

[...] Encerrando a exposição dos trabalhos do meu governo, no sentido de desenvolver progressivamente a instrucção publica, sinto-me feliz em poder declarar com a sinceridade de brasileiro e patriota, que, si das amarguras e decepções a que estão sujeitos os que procura bem servir á sua patria, eu pudesse guardar funda magoa, ella teria desaparecido com a consciencia de ter dedicado a tão justa e santa causa o que de melhor possuia de amor e interesse por ella, e com as carinhosas manifestações que espontaneamente recebi da mocidade das escolas e da 'élite' da sociedade espirito-santense.

Graças ao trabalho do governo e á nova organização do ensino, a escola presentemente deixou de ser o terror das crianças, a toda a hora lembrada como um logar de soffrimento e privações, para transformar-se no eden, desejado e querido, onde a mocidade vai feliz e contente formar o coração, o espirito e o corpo para bem servir á família, á sociedade e á Patria (MONTEIRO, 1912, p. 6).

Para reafirmar a justiça com a qual procederam, no caso demissional da professora Joanna Passos, Jerônimo defendeu o bom desempenho de Gomes Cardim no exercício de suas funções. Insistiu em pesar sobre a conduta da professora e ainda levantou mais acusações contra ela e argumentos normativos não utilizados nos debates anteriores. Por exemplo, a “[...] circumstancia de não poder a escola da regencia obter a frequencia média, mínima de 16 alumnos, exigida por lei e não podendo por este motivo a professora respectiva receber vencimentos de seu cargo” (MONTEIRO, 1912, p. 6); e também o depoimento do delegado de Instrucção, Paulo Julio de Mello, levantado por Gomes Cardim, sobre a conduta de Joanna quando ainda dava aulas em Mangarahy:

‘Levo ainda ao conhecimento de V. Ex. que o meu antecessor no cargo de director da Instrucção Publica, já havia recebido do delegado literario, da comarca de Santa Leopoldina, Dr. Paulo Julio de Mello, um pedido de dispensa da referida professora nos termos seguinte’:  
[...] Estas são, que tendo findando a licença em cujo goso se achava professora d. Joanna Passos, conforme communiquei ao fiscal escolar, em 10 de maio, deixou-se ficar em Cariacica, não vindo reger

sua cadeira, sem dar a menor satisfação. Informado também estou pelo meu antecessor, pois entrei no exercício do cargo em 21 de março, **que a dita professora nunca teve alunos bastantes e que sobre a sua conducta particular muito ha desejar**'.

Julgo, portanto, que, deve ser dispensada por abandono de emprego. Saúde e fraternidade (A IMPRENSA, 9 de junho de 1912, p. 6).

Tais afirmações nos provocaram estranhamento, já que não encontramos vestígios da improcedência dessa professora no período em que lecionou em Mangarahy e também porque a acusação não confere com a informação do próprio jornal oficial do governo de Jerônimo, que afirmou que Joanna Passos era uma competente professora, quando, posteriormente, lecionou na localidade de Regência (INFORMES e notícias, 1909). Ainda ficou claro que, como vimos nos capítulos anteriores, Joanna não foi “cavalheirosamente” atendida, como afirmou Cardim. Tampouco se trata de cavalheirismo aceitar respeitosamente as reivindicações de uma professora sobre seus direitos.

Também não foi verdade que Joanna não acatou os supostos razoáveis conselhos de Cardim de pedir aos pais de seus alunos cartas que viessem desmentir as acusações feitas contra ela, tanto que as testemunhas levantadas pela professora, foram procuradas para mudar seus depoimentos no segundo inquérito promovido pela Inspeção.

Assim, pela história da professora, identificamos o autoritarismo firmemente implantado na sociedade espírito-santense, estritamente articulado com o coronelismo, o moralismo, os mandonismos locais, o patriarcalismo e o patrimonialismo, quando havia uma concentração de renda em uma minoria elitista detentora dos poderes. Ao mesmo tempo, a educação, a formação de professoras e o exercício da docência foram defendidos em discursos governamentais a partir de modelos comportamentais dessa pequena parcela da sociedade que parecia muito mais visar à manutenção da família tradicional brasileira e dessa configuração social para garantir, por meio dos processos formativos, o controle do poder político para/pelas elites.

Entretanto, por sua inconformidade, no período em que ocorria a crescente feminização do magistério (ALVARENGA, 2018) no Estado do Espírito Santo, Joanna

denunciou que a moralidade, pautada nos comportamentos patriarcais das elites, se constituiu como mecanismo primordial para controlar o exercício dessa profissão, resultando na relação entre o público e o privado que esvaziava e desvalorizava aspectos fundamentais para a afirmação e consolidação da docência como profissão, principalmente no caso das professoras.

Dessa forma, a violência moral e a política foram recursos recorrentes para controlar o exercício do magistério durante a Reforma empreendida por Gomes Cardim, que incidiam mais fortemente no caso das mulheres pobres, por já possuírem uma posição social e econômica frágil para o contexto da época. Isso foi determinante no caso dessa professora, uma mulher solteira aos 32 anos, aparentemente pobre, da qual, culturalmente, se esperava que estivesse confinada ao ambiente doméstico, mas que atuava na cena teatral capixaba para garantir o seu sustento e com frequência circulava em espaços públicos, mantendo vínculos sociais considerados inapropriados para a época.

Todavia, ao desafiar Jerônimo e Cardim, além de denunciar as incoerências dessas prescrições, ao alegar que Alberico dos Santos não possuía competência profissional para ocupar a função de inspetor, ela também permite corroborar a tese de que o sistema oligárquico patriarcal capixaba do início do século XX possibilitava o nepotismo e o favorecimento de cargos públicos no âmbito da docência. Em consequência dessas práticas, evidencia que, muitas vezes, indivíduos inabilitados ocupavam cargos públicos no âmbito da educação local, comprometendo a qualidade dos serviços desse setor prestados à população.

De maneira similar, “[...] Borges prova, ao retirar o Minotauro das sombras da lenda, que nada escapa ao olhar singular da literatura [ e que uma] vida em segredo pode também transformar-se em uma vida cheia de significações” (MOREIRA, 2005, p. 344). Ginzburg (2009, p. 1) postula que os “[...] historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo”.

Por essa perspectiva, analisando a vida e resistência de Joanna Passos, em um contexto extremamente repressor, particularmente com relação a indivíduos com as suas características, indicamos aspectos das políticas educacionais capixabas obscurecidos, do início do século XX, que configuraram o exercício do magistério, contribuindo para compreendermos as formas normativas de controle e as possibilidades de resistência contra elas. Isso porque, ao mesmo tempo, a singularidade da atitude tomada pela docente provoca fissuras em narrativas que generalizam a condição feminina ao confinamento do ambiente doméstico ou à mera submissão às ações do coronelismo oligárquico patriarcal, ao protagonizar indivíduos geralmente invisibilizados em narrativas totalizantes da história.

Astérion, por exemplo, procurou encontrar na figura de Teseu a redenção:

A cada nove anos, entram na casa nove homens para que eu os liberte de todo o mal [...]. Ignoro quem sejam, mas sei que um deles, na hora da morte, profetizou que um dia vai chegar meu redentor. Desde então a solidão não me magoa, porque sei que meu redentor vive e que por fim me levantará do pó. Se meu ouvido alcançasse todos os rumores do mundo, eu perceberia seus passos. Oxalá me leve para um lugar com menos galerias e menos portas. Como será meu redentor? – me pergunto. Será um touro, ou um homem? Será talvez um touro com cara de homem? Ou será como eu? (BORGES, 1947).

Dentro das possibilidades do contexto de sua época, é possível que, para Joanna, aos 33 anos, a redenção tenha assumido a forma do casamento com Eugenio de Souza Caldas (português naturalizado brasileiro – com 37 anos, na data do casamento em 1910) (ANEXO) que, após a publicação do relatório final de Monteiro, partiria em defesa da ex-professora:

Deparando [...] um artigo, em cujo citava o nome de minha senhora Joanna Passos Caldas, peço obsequiosamente não continuarem e não ocuparem-se, considerando-a desconhecida, ella defendeu-se dando as provas cabaes, e logo, é muito escusado esses elogios [...] e eu não admito que o nome dela preste-se de instrumento para quem quer que seja: eu sou um homem imparcial, vivo do meu trabalho e tenho minhas ocupações a cumprir. Sem mais assigno-me. – *Eugenio de Souza Caldas* (CALDAS, 1912, p. 2).

Consideramos, contudo, que Joanna jogou “estratégias significativas” (LEVI, 2000) dentro das possibilidades vividas em seu contexto. Em sua resistência, apropriou-se

dos argumentos dos seus repressores: ao utilizar o exame de virgindade como comprovação de sua boa conduta para garantir sua legitimidade como professora, utilizou ideais iluministas positivistas que marcaram a Reforma Cardim para argumentar sua inconformidade e defender suas habilidades profissionais como docente e ainda utilizou a imprensa, um veículo de comunicação geralmente vinculado à elite, para promover sua resistência diante das arbitrariedades praticadas por seus detratores.

Ou seja, Joanna Passos nos possibilitou indagar mais sobre a verdadeira amplitude de escolha, mas não desconsideramos que “Decerto essa liberdade não é absoluta: culturalmente, socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo, no entanto, uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores” (LEVI, 1996, p. 179-180).

Assim, escutar a voz da professora, investigando as redes sociais tecidas por ela, contribuiu para a compreensão de aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais que configuraram “[...] conflitos feitos de desafios, empréstimos recíprocos e hibridismos” (GINZBURG, 2009, p. 9) no exercício do magistério capixaba do início do século XX.

Nesse contexto, ao retornarmos ao personagem de Borges (1947, p. 346), entendemos que

O labirinto está, desse modo, associado a uma experiência quase mítica que envolve uma *busca* e, simultaneamente, uma *perda*. Entrar no labirinto é perder-se nele [...]. No caso de Astérion, *estar perdido* significa estar preso às contingências de sua própria existência, e sua existência é indissociável do labirinto [...]. Astérion constata não somente que o labirinto é o mundo, mas também que o mundo é um labirinto.

O mito, porém, indica que a incursão de Astérion pelas ruas se mostrou “[...] extremamente desastrosa, pois sua presença gerou pânico e repulsa entre os homens” (MOREIRA, 2005, p. 344).<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> Fadado ao isolamento, Astérion só pode encontrar o *semelhante* nos jogos da imaginação (MOREIRA, 2005, p. 344).

[...] num entardecer, pisei na rua; se voltei antes da noite, foi pelo temor que me infundiram os rostos da plebe, rostos descoloridos e iguais, como a mão aberta. O sol já se tinha posto mas o desvalido pranto de um menino e as preces rudes do povo disseram que me haviam reconhecido. O povo orava, fugia, se prosternava; alguns se encarapitavam na estilóbata do templo das Tochas, outros juntavam pedras. Algum deles, creio, se ocultou no mar (BORGES, 1947).

Entretanto, ao contrário de Asterion, o enfrentamento público feito por Joanna aos governantes que controlavam os jornais capixabas e utilizavam esse recurso como instrumento de violência política e moral provocou um movimento na sociedade local, associado à produção de um número relevante de publicações jornalísticas que se manifestaram muito mais a favor do que contrárias às reivindicações da professora.

Contudo, defendemos que esta dissertação não se limitou a contar uma história individual. A resistência da professora Passos fez emergir vozes incontroladas, revelando inconformismos da população em relação ao funcionamento da sociedade capixaba, às políticas educacionais e às formas de controle exercidas sobre o magistério durante o governo de Jerônimo Monteiro, no contexto da Reforma Educacional liderada por Gomes Cardim, no início do século XX. Também concordamos que a proposta aqui desenvolvida, de perseguir os fios e rastros deixados por Joanna,

[...] sob certos aspectos paradoxal, *podia* traduzir-se num relato capaz de transformar as lacunas da documentação numa superfície uniforme. Podia, mas evidentemente não devia: por motivos que eram ao mesmo tempo de ordem cognitiva, ética e estética. Os obstáculos postos à pesquisa eram elementos constitutivos da documentação, logo deviam tornar-se parte do relato; assim como as hesitações e os silêncios do protagonista diante das perguntas dos seus perseguidores – ou das minhas. Desse modo, as hipóteses, as dúvidas, as incertezas tornavam-se parte da narração; a busca da verdade tornava-se parte da exposição da verdade obtida (e necessariamente incompleta) (GINZBURG, 2009, p. 265).

Por isso, é claro, muitas lacunas ficaram por serem preenchidas, mas o caso aqui analisado nos leva a acreditar que

[...] há um estilo próprio em cada época, um *habitus* de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de grupo. Mas, para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências



dos confins sociais e que suscita a mudança social (LEVI, 1996, p. 182).

Nessa margem parece ter se movido uma professora chamada Joanna Passos, que nos deu uma lição sobre a importância de resistir.

## REFERÊNCIAS

- ABIB, Laura. Imprensa Republicana. In: MARTINUZZO, José Antonio (org.). **Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008. p. 87-102.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Índícios do sistema coeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1890/1930). **Educar**, Curitiba: Editora UFPR, n. 35, p. 139-152, 2009.
- ALVARENGA, Elda. **A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramentos possíveis no trabalho docente no Estado do Espírito Santo (1845-1920)**. 2018. 358 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- BASÍLIO, Marcelo Antonio de S. **A vida e a obra de Moniz Freire**: Vitória: [s.n.], 1961.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BERMUDES, Thiago Soares. Conjunturas político-partidárias no Espírito Santo (1830-1930). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-BA, 5., 2010, Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: [http://vencontro.anpuhba.org/anaisvencontro/T/Thiago\\_Soares\\_Bermudes.pdf](http://vencontro.anpuhba.org/anaisvencontro/T/Thiago_Soares_Bermudes.pdf). Acesso em: 9 mar. 2018.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BONATTO, Jaklane de Souza Almeida. **A construção histórica da profissionalidade docente no Espírito Santo (1908-1930): um estudo das reformas de Gomes Cardim e Atilio Vivacqua**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.
- BORGES, Jorge Luis. **A casa de Astérion**. 1947. Disponível em: <http://alfredobraga.pro.br/biblioteca/asterion.html>. Acesso em: 28 mar. 2019.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp (FEU), 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 225-251.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: GOFF, Jaques Le; NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DIAS, Aline; BRITTO, Cristiane; MORATI, Elton; RANGEL, Flávia; LEAL, Gabriela. In: MARTINUZZO, José Antonio (org.). **Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008. p. 103-120.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX: In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; SIMÕES, Regina Helena Silva. História e historiografia no pensamento de Carlo Ginzburg: tecendo diálogos com a pesquisa histórica em educação. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Pensadores sociais e a história da educação II**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República**. 2000. 295 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1991a. cap. 3, p. 203-214.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1991b. cap. 5, p. 169-178.

GINZBURG, Carlo. **Mitos emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica e prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JOSGRILBERG, Fábio B. **Cotidiano e invenção**: os espaços de Michel de Certeau. São Paulo: Escrituras, 2005.

LACERDA, Talita Barcelos Silva. **Moral e docência feminina na formação do cidadão nas primeiras décadas da República (1889-1920)**. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LEVI, Giovanni. **Herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LIMA FILHO, Henrique Espada R. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOCATELLI, Andrea Brandão; BEZERRA, Ariadny; SIMÕES, Regina Helena Silva. Controle, regulação e resistência da profissão docente no Espírito Santo no início do século XX: a lição da professora Passos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6. 2011, Vitória. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congresso/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/file/1115.doc](http://www.sbhe.org.br/novo/congresso/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/1115.doc). Acesso em: 4 nov. 2018.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: Faperj.

MOREIRA, Douglas Carlos de Paula. A metáfora do Labirinto no conto de Jorge Luis Borges. In: FIÚZA, Regina Pamplona (org.). **Literatura universal**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005. p. 341-348.

NOVAES, Izabel Cristina. **República, escola e cidadania**: um estudo sobre as três formas educacionais no Espírito Santo (1882-1908), 2001. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António (org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na belle époque capixaba**: espaço urbano, poder e sociedade. 2008. 210 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHNEIDER, Omar. **A circulação de modelos pedagógicos e as reformas da instrução pública**: atuação de Herculano Marcos Inglês de Sousa no final do segundo império. 2007. 317 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação à Edição Brasileira. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 7-12.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Lilia%20Moritz%20Schwarcz%20-%20Brasil%20Uma%20Biografia.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2018.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcantra. Conteúdos ensinados na Escola Normal do Espírito Santo no início do século XX: entre a formação geral e a formação pedagógica. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcantra (org.). **História da educação no Espírito Santo**: vestígios de uma construção. Vitória, ES: Edufes, 2009.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **A invenção do coronel**: ensaios sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: SPDC/Ufes, 1995.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.

ZANANDREA, Andressa; FRIZZERA, Luciano. Os primórdios da imprensa capixaba. In: MARTINUZZO, José Antonio (org.). **Impressões capixabas**: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

**FONTES<sup>1</sup>**

A PROFESSORA de Santa Leopoldina. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, ano X, n. 2627, p. 1, 30 out. 1891.

ACTOS do Poder Executivo. Secretaria da Fazenda. **Diário da Manhã**, Vitória, ano XV, n. 274, p. 1, 12 jul. 1921.

ALBUM Familiar. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 21 out. 1909.

ALUMNAS aptas para o exame. **Estado do Espírito Santo**, ano XII, n. 2973, p. 4, 13 jan. 1893.

ALMEIDA, José Pires. Tribuna livre. **Comercio do Espirito Santo**, Vitória, p. 7, 17 jul. 1909.

CALDAS, Eugenio de Souza. Secção Livre. **Diário da Manhã**, Vittória, 18 de maio de 1912, p. 2.

ANNIVERSARIOS. **Comercio do Espirito Santo**, Vitória, ano XIX, n. 169, p. 1, 6 ago. 1909.

ANNUNCIOS: Missa de penitencia a N. S.da Penha. **Estado do Espirito Santo**, ano XIV, n. 3985, p. 2, 24 ago. 1895.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html). Acesso em: 19 ago.2019.

BRASIL. **Lei n.º 16, de 12 de agosto de 1834**. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Rio de Janeiro. 1834. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso em: 19 ago. 2019.

CARTEIRA Social: Anniversarios. **Diario da Manhã**, Vitória, p. 2, 5 set. 1910.

CARTEIRA Social: Anniversarios. **Diario da Manhã**, Vitória, p. 3, 19 jan. 1919.

CARTEIRA Social: Anniversarios. **Diario da Manhã**, Vitória, 15 fev. 1920.

CARTEIRA Social: Anniversarios. **Diario da Manhã**, Vitória, p. 5, 17 maio 1921.

CARTEIRA Social: Anniversarios. **Diario da Manhã**, Vitória, p. 4, 28 mar. 1923.

---

<sup>1</sup> Somente as fontes que constam no texto.

CASAMENTOS. **Diario da Manhã**, Vitória, p. 3, 10 set. 1910.

CASINO Theatro Phenix. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 1062, p. 7, 30 ago. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/107670/per107670\\_1918\\_01062.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/107670/per107670_1918_01062.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.

COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO. **Comercio do Espirito Santo**, Vitória, ano XIX, n. 104, p. 1, 17 maio 1909.

COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO. **Comercio do Espirito Santo**, ano XIX, n. 108, p. 1, 22 maio 1909.

COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO. **Comercio do Espirito Santo**, ano XIX, n. 108, p. 2, 22 maio 1909.

COMMERCIO DO ESPIRITO SANTO. **Comercio do Espirito Santo**, ano XIX, n. 110, p. 1, 25 maio 1909.

CONTA Alhea. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, p. 2, 31 mar. de 1896.

CONTA Alheia. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, p. 2, 10 jul. 1909.

CURSO Normal. **Estado do Espirito santo**, ano XII, n. 2977, p.1-2, 17 jan.1893.

DIARIO DA MANHÃ. **Requerimento despachado**, Victoria, ano III, n. 20, 27 jan. 1909, p 1.

DIRECTORIA da Instrucção Publica: Officios Expedidos. **Diario da Manhã**, Victoria, ano I, n. 184, p. 1, 4 abr.1908.

DIRECTORIA da Instrucção Publica Primaria e Secundaria. **Diario da Manhã**, Vitória, ano II, n. 316, p. 1, 24 set. 1908.

DIVERSAS. **Diario da Manhã**, Vitória, p. 2, 19 set. 1910.

ENSINO Publico. **Diario da Manhã**, Vitória, ano XIV, n. 22, p. 1, 12 set. 1919.

ESCREVEM-NOS. **Comercio do Espirito Santo**, Vitória, ano X, n. 76, p. 1, 1 abr. 1900.

ESCREVEM-NOS. **Diario da Manhã**, Vitória, p. 2, 3 jun. 1909.

ESPIRITO SANTO (Estado). Art. 69 da Lei nº 545, de 16 de novembro de 1908. Vitória, 1908.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto nº 116 de 8 de julho de 1908. Aprova o programa das matérias do curso secundario da Escola Normal do Estado.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto nº. 299 de 20 de março de 1909. Exonera d. Joanna Passos do cargo de professora do ensino primario da povoação Regencia,

município do Cachoeiro de Santa Leopoldina. **Diário da Manhã**, Victoria, ano III, n. 62, p. 1, 21 mar. 1909.

ESPIRITO SANTO (Estado). **Lei n.º 545, de 8 de novembro de 1909**. Dá nova organização à Instrução Pública Primária e Secundária. Vitória, 1909.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Inspetor escolar Alberico Lyrio dos Santos. Relatório enviado ao Inspetor Geral do Ensino do Estado do Espírito Santo. In: **Ofícios recebidos pelo Diretor da Instrução Pública (1901 - 1913)**, 17 mar. 1909.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Inspetor geral do Ensino 1908-1909: Cardim) Livro n. 112 (275) – **Registro de Ofícios do Inspetor Geral do Ensino enviado ao Presidente de Estado**, Ofício n.º 45, p. 7, 17 maio 1909.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Professora Joanna Passos. Registro dos Ofícios dos Resumos dos Requerimentos, **Despachos e informações da inspetoria geral do ensino** (1909-19010). Livro n.º 136 (317), p. 6 (pedido em 27/05 – visto em 08/06 – respondido em 11-06-09).

ESPIRITO Santo: Victoria. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1909.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 21 out. 1909.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, 24 jan. 1909, p. 2.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, ano XXVIII, n. 114, p. 2, 4 jun. 1909.

EXAMES primários. **Diário do Espírito Santo**, Vitória, ano VIII, n. 2097, p. 3, 27 nov. 1890.

EXAMES primários. **Estado do Espírito Santo**, Victoria, 27 nov. 1890, p. 2.

FOLHETIM: Adolpho D'Ennery: Martyr! Segunda parte. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ano I, n. 197, p. 1, 20 dez. 1885. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/369365/per369365\\_1885\\_00197.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/369365/per369365_1885_00197.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.

FOLHETIM: Adolpho D'Ennery: Martyr! Primeira Parte. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ano I, n. 154, p. 2, 7 nov. 1885. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/369365/per369365\\_1885\\_00154.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/369365/per369365_1885_00154.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.

FOLHETIM: Adolpho D'Ennery: Martyr! Segunda Parte. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ano II, n. 210, p. 2, 2 jan. 1886. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/369365/per369365\\_1886\\_00210.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/369365/per369365_1886_00210.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.



FOLHETIM: Adolpho D'Ennery: Martyr! Segunda parte. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, ano II, n. 239, p. 1, 31 jan. 1886. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/369365/per369365\\_1886\\_00239.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/369365/per369365_1886_00239.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.

FOLHETIM: Adolpho D'Ennery: Martyr! Segunda Parte. **Diario de Noticias**, Rio de Janeiro, ano II, n. 269, p. 2, 2 mar. 1886. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/369365/per369365\\_1886\\_00269.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/369365/per369365_1886_00269.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.

FÓRA da lei. **Estado do Espirito Santo**, ano XXVIII, n. 112, p. 1, 2 jun. 1909.

FRAGA, Sr. L., Um pouco de tudo. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, ano XXVIII, n.111, p. 2, 1 jun. de 1909.

HISTÓRIA do Município. **Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina**, [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.santaleopoldina.es.gov.br/Conteudo.aspx?ct=HISTORIA&no=1>. Acesso em: 11 set. 2019.

INFORMES e noticias. **Diario da Manhã**. Vitória, p. 3, 7 fev. 1909.

INFORMES e noticias. **Diario da Manhã**. Vitória, p. 2, 20 maio 1909.

INFORMES e noticias. **Diario da Manhã**, Vitória, p. 2, 27 maio 1909.

INFORMES e noticias. **Diario da Manhã**, Vitória, p. 2, 30 ago. 1910.

INTERESSE Local: Album Familiar. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, ano XXVIII, n. 188, p. 1, 4 set. 1909.

INTERESSE Local. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, ano XXVIII, n. 104, p. 1, 23 maio 1909.

INTERESSE Local. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, ano XXVIII, n. 106, p. 1, 26 maio 1909.

JORNAL OFFICIAL. **Jornal Oficial**, Vitória, ano I, n. 47, p. 1, 5 mar. 1905.

JORNAL OFFICIAL. **Jornal Oficial**, Victoria, ano I, n. 51, p. 1, 11 mar. 1905.

MONTEIRO, Jerônimo de Souza. Relatório de Governo. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, 9 jun. 1912, p. 6.

MONTEIRO, Jerônimo de Souza. Tribuna livre. **Commercio do Espirito santo**, Vitória, p. 2, 7 jun. 1909.

NA INSTRUÇÃO Publica a ex-professora Joanna Passos. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, ano XXVII, n. 107, p. 1, 27 maio 1909.

NASCIMENTO, Virgilina Mathias do. **Comercio do Espirito Santo**, Vitória, ano IV. n. 356, p. 2, 25 dez. 1894.

NOTICIARIO. **O Diario**, Vitória, ano VII, n. 280, p. 1, 14 out. 1912.

NOTAS e cotas. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, n. 106, ano XXVIII, p.1, 26 maio 1909.

O CASO da ex-professora d. Joanna Passos. **Estado do Espirito Santo**, ano XXVIII, n. 111, p. 1, 1 jun. 1909.

O CASO da ex-professora d. Joanna Passos: a conducta do Governo. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, ano XXVIII, n. 108, p. 1, 28 maio 1909.

O CASO da ex-professora D. Joanna Passos: o governo que foge. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, ano XXVIII, n. 110, p. 1, 30 maio 1909.

O CASO da ex-professora d. Joanna Passos: Pela honra ultrajada. **Estado do Espirito Santo**, ano XXVIII, n. 109, p. 1, 29 maio 1909.

O MOVEL da denuncia: situação agravada. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, ano XXVII, n. 109, p. 1, 29 maio 1909.

O DRAMA no Recreio. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano IX, n. 2550, p. 5, 18 jan. 1919. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1919\\_02550.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1919_02550.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.

OLIVEIRA, Agenor. Theatro Melpomene. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, p. 3, 24 jan. 1904.

PASSOS, Joanna. Appello a honra. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, p. 2, 10 jul. 1909.

PASSOS, Joanna. Ao público. **Estado do Espirito Santo**, Vitoria, p. 2, 15 maio 1909.

PASSOS, Joanna. Conta Alhea: Parabens. **Estado do Espirito Santo**, p. 2, 27 mar. 1896.

PASSOS, Joanna. Conta Alheia: Parabens. **Estado do Espirito Santo**, p. 2, 6 ago. 1895

PASSOS, Joanna. Conta Alheia: Felicitações. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, p. 2, 12 out.1900

PASSOS, Joanna. **Comercio do Espirito Santo**, Vitória, 23 maio 1895, p. 2.

PASSOS, Joanna. Salve 21 de fevereiro. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, p. 2, 21 fev. 1902.

PASSOS, Maria. **Comercio do Espirito Santo**, Vitória, 23 maio 1895, p. 2.

PASSOS, Maria. Parabens. **Comercio do Espírito Santo**, Vitória, ano IV. n. 356, p. 2, 25 dez. 1894.

PELA Instrução. **Jornal Oficial**, Victoria, ano III, n. 60, p. 1, 17 mar. 1907.

PELOS lares: Fazem anos hoje. **Comercio do Espírito Santo**, Vitória, 6 ago. 1910, p. 2.

PHENIX. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 1062, p. 6, 30 ago. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/107670/per107670\\_1918\\_01062.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/107670/per107670_1918_01062.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.

PROTECTORA das Famílias. **Estado do Espírito Santo**, ano XXII, n 56, p. 1, 8 de mar. 1904.

REQUERIMENTOS despachados. **Diario da Manhã**. Victoria, ano I, n. 164, p. 1, 11 mar. 1908.

RESULTADO dos exames da aula mixta da 2.<sup>a</sup> cadeira dirigida pela professora d. Elisa A. Paiva. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 5 dez. 1897.

RUFINO. Francisco. G.D.F Aristides Freire. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, ano XXVII, n. 288, p. 2, 24 dez. 1908.

SECÇÃO Livre. **Diario da Manhã**, Vitória, p. 5, 3 mar. 1921.

SECÇÃO Política: Relembrando. **Jornal Oficial**, Vitória, ano I, n. 51, p. 1, 11 mar. 1905.

SEMPRE os mesmos.... **Diário da Manhã**, Vitória, p. 2, 10 jun. 1909.

SENTINELLA. Joanna Passos: o inquerito. **Comercio do Espírito Santo**, Vitória, p. 2, 28 maio 1909.

THEATRO Coliseu. **Cine-Theatro: Revista Quinzenal Ilustrada**. Porto Alegre, ano I, n. 7, mai. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/361046/per361046\\_1920\\_00007.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/361046/per361046_1920_00007.pdf). Acesso em: 12 set. 2019.

THEATRO Melponeme. **Estado do Espírito Santo**, Victoria, p. 3, 13 out. 1903.

ULTIMA hora. **Estado do Espírito Santo**, n. 106, ano XXVIII, p. 1, 26 maio 1909.

ULTIMA hora. **Estado do Espírito Santo**, Vitória, ano XXVIII, n. 110, p. 2, 30 maio 1909.

UM caso serio. **Comercio do Espírito Santo**, Vitória, ano XIX, n. 111, p. 1, 26 maio 1909.

VERDADEIRA historia passada entre nós. **Estado do Espirito Santo**, ano XXVIII, Vitória, n. 110, p.1, 30 maio 1909.

VICTORIA, Maria Passos da. Parabens. **Estado do Espirito Santo**, Vitória, ano XIV, n. 3836, p. 2, 26 mar. 1895.

**APÊNDICE**



**ANEXO**

ANEXO – Habilitação de Casamento Civil de Eugenio de Souza Caldas e D. Joanna Passos (1910)

1910 E.M.

Juízo de Casamentos  
Cidade de Vitória  
Cidade de Espírito Santo

Habilitação de Casamento  
Civil de

Eugenio de Souza Caldas  
e  
D. Joanna Passos Contratantes

Official. *Adelia*  
Autorização

Os meus reis deis e my  
de Agosto de mil nove  
centos e dez, nesta cidade  
de Vitória e em seu Car-  
terio, auturo a petição e de-  
clarmentos por se piquem  
Eu, *Adelia* Caldas de  
Almeida, Official de Cas-  
amentos, por meen

CARTEIRO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E  
 TABELAÇÃO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL  
 Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória - ES - Tel.: (0xx27) 2124-4400  
 Avenida Heitor Salgado, 150 - São Domingos - Vitória - ES - Tel.: (0xx27) 2124-4300

**AUTENTICAÇÃO.** Certifico que esta cópia é reprodução fiel do  
 original, autenticando-a nos termos do Art. 7º, Lei 8.935/94. Em  
 Teófilo de Freitas, Vitória-ES, 15/03/2019, 12:44:05.

Tainara Bertoni Martini - Escrevente  
 Selo Digital: 024681.TYU1902.14399  
 Encargos: R\$ 2,96 Encargos: R\$ 0,90 - Total: R\$ 3,86  
 Consulte autenticidade em [www.tjes.br](http://www.tjes.br)






# Declaração

Eugenio de Souza Caldas, natural de Portugal, brasileiro naturalizado, com 37 annos de idade, filho legítimo de Antonio José de Souza Caldas e Custódia Maria Joazeira de propensão alfaiate, e residente nesta Capital, declara ao *tor. Official* do Registro Civil que é de sua livre e espontanea vontade casar-se com a *Sra. D. Joanna Passos*, natural deste Estado, com 33 annos de idade, solteira, natural deste Estado, de propensão domestica, filha legitima de Manoel Rodrigues dos Passos e D. Victoria Camarada residente nesta Capital. Declara assim que é solteiro e que entre ambos nenhum parentesco ou impedimento ha que os prive de unirem-se em uma matrimonio.

Victoria, 26 de Agosto de 1910.  
Eugenio de Souza Caldas.

Attestamos ser verdadeira a  
firma e impressa de Eugenio de  
Souza Caldas.

Victoria, 26 de Agosto de 1910.

Nuncio João *[assinatura]*  
M. Ramos

Recebemos e mededades as duas firmas  
originaes. - Victoria, 26 de Agosto 1910.  
S. M. *[assinatura]* *[assinatura]*  
Tabelião



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUZGADO DE VITÓRIA DO COMARCA DO CARTÓRIO  
Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400  
Avenida Nossa Senhora de Penha, 59 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500

**RODRIGO SARLO ANTONIO - TABELIÃO E OFICIAL**

**AUTENTICAÇÃO.** Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º V Lei 8.935/94. Em Testemunho da verdade. Vitória-ES, 15/03/2019, 12:44:06

Tainara Bertoni Martini - Escrevente  
Selo Digital: 024861.TYU1902.14400  
Emolumentos: R\$ 2,96 Encargos: R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86  
Consulte autenticidade em www.tj.es.br

M. Lmt. Pelyaro de Patricia  
danta Capital

Attesto affirmativamente  
Victoria, 26 de Agosto de 1910.  
Victor d'Almeida

Eugenio de Souza Cal-  
dos a hum de seus direitos  
requer a H. G. que se digue  
de attestas ao pi' d'ante si o  
supp<sup>te</sup> e solteiro e se tem a  
idade de 37 annos e ainda  
si reside nesta Capital.

Vestes termos  
P. deprimente.

Victoria, 26 de Agosto de 1910.

Eugenio de Souza Caldos.

Attestamos ser verdadeira a  
firma supra de Eugenio de  
Souza Caldos.

Victoria, 26 de Agosto de 1910

Victor d'Almeida

Jon R. R. de Almeida  
Procurador, mediante os seus  
juizes supra, por attestation e a  
de Victor d'Almeida.  
Victoria

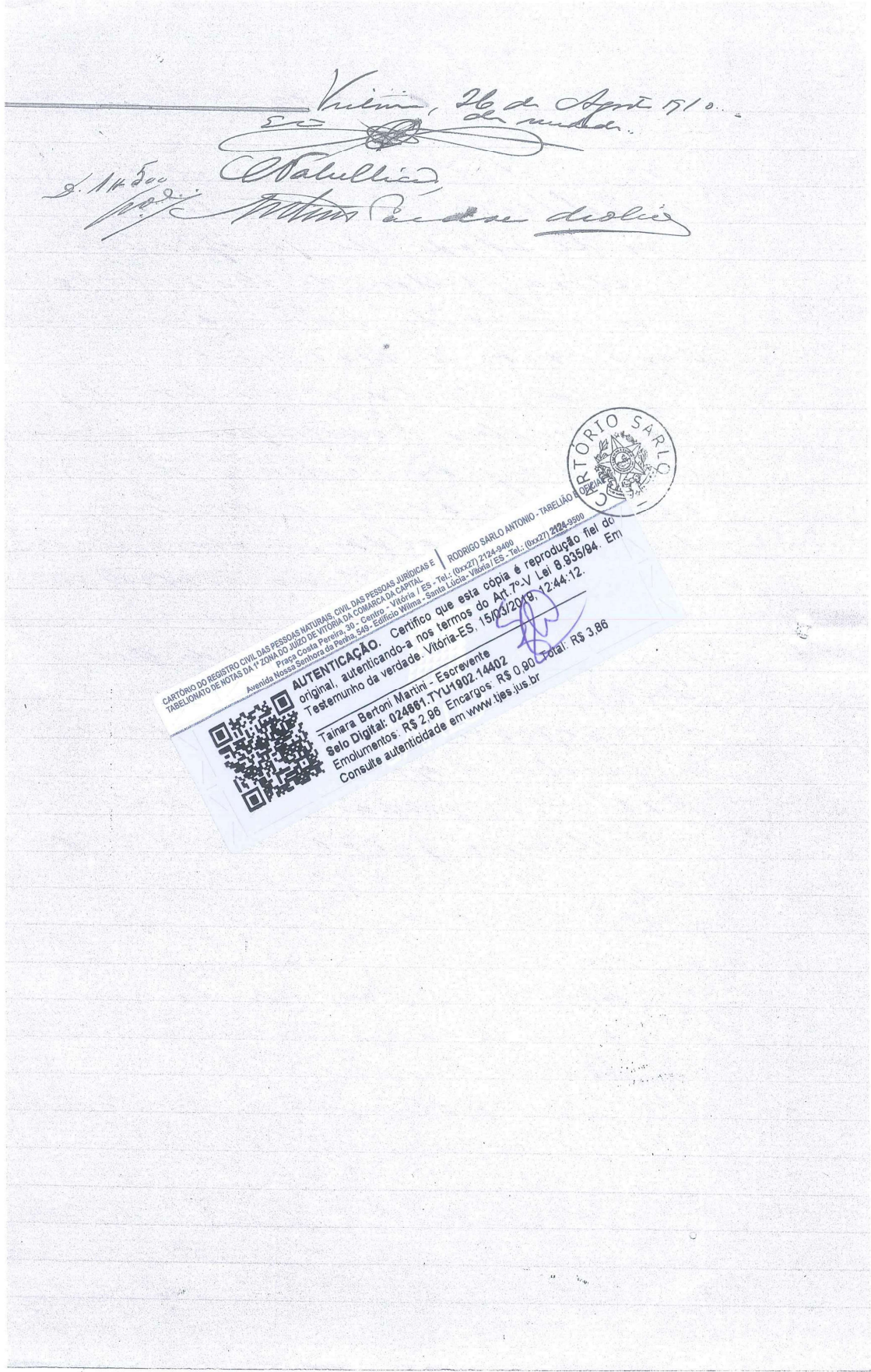


CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL.  
Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400  
Avenida Nossa Senhora da Penha, 305 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9300

**RODRIGO SARLO ANTONIO - TABELIÃO E OFICIAL**

**AUTENTICAÇÃO.** Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º-V Lei 8.935/94. Era Testemunho da verdade. Vitória-ES, 15/03/2018, 12:44:10.

Tainara Bertoni Martrini - Escrevente  
Selo Digital: 024681.TYU1902.14401  
Emolumentos: R\$ 2,96 Encargos: R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86  
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br



Vitória, 26 de Agosto 1910.

500

Rafaelia

Tatiana Raimunda de Jesus

R. 114.500



CARTEIRO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUízo DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL. Av. Itália Nossa Senhora da Paz, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória - ES - Tel.: (0xx27) 2124-3500



**AUTENTICAÇÃO.** Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º, V Lei 8.935/94. Em Testemunho da verdade. Vitória-ES, 15/03/2019.

Tainara Bertoni Martin - Escrevente  
Selo Digital: 024861.TYU1902.14402  
Emolumentos: R\$ 2,98 Encargos: R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86  
Consulte autenticidade em [www.ljes.jus.br](http://www.ljes.jus.br)

## Declaração.

Joanna Passos, natural deste Estado, solteira, com trinta e tres annos de idade, de profissão doméstica, filha de Heijun Rodrigues dos Passos, e Hestaria Maria dos Passos, e residente nesta Capital, deitar ao Mr. Officiário do Registro Civil que é de sua livre e espontanea vontade e sem se com o Mr. Eugenio de Souza Baldo, natural de Portugal, brasileiro naturalizado, com 37 annos de idade, filho legitimo de Antonio José de Souza Baldo e Custodia Maria Gonçalves, de profissão alfaiate e residente nesta Capital.

Declara mais que entre elles nenhum parentesco há que os prohiba de casar-se em qualquer impedimento enumerados na lei.

Vitoria, 26 de Agosto de 1910.  
Joanna Passos.

Attestamos ser verdadeira a  
firma supra de D. Joanna Passos.  
Vitoria, 26 de Agosto de 1910.

Heitor José dos Santos

Otho Ramos

Quem as verdadeiras as deu fe



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIÃO E OFICIAL

RODRIGO SARLO ANTONIO - TABELIÃO E OFICIAL

Av. Nossa Senhora da Paz, 549 - Centro - Vitória - ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400

**AUTENTICAÇÃO.** Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º, Lei 8.935/94. Em testemunho da verdade. Vitória-ES, 15/03/2019, 12:44:14.

Tainara Bertoni Martini - Escrevente

Selo Digital: 024861.TYU1902.14403

Emolumentos: R\$ 2,96 Encargos: R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86

Consulte autenticidade em [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)



certidão.

Certifico que revendo os livros de Baptizados desta Parochia da Victoria e contrei no livro n.º 22 a fl. 110 o termo de btm seguinte:

Joanna

no termo de Junho de mil oitocentos e oitenta e oito, esta matriz de Nossa Senhora da Victoria, baptizei solemnemente e para os sanctos oculos em a innocente Joanna nascida em vinte e sete do mez do anno proximo findo, filha legitima de Miguel Rodrigues dos Passos, e Dona Victoria Maria dos Passos e Rosa Maria das Virgens, e materno de Rufino Pereira Pinto e Maria Pereira Pinto: foram padrinhos Manoel de Costa Teixeira e Dona Argentinna Neto Costa. E para constar fiz este assento que assignei.

Vigario Diocesano Ferreira Lopes Wanyeller.  
Nada mais se continha no referido assento que fielmente Copiei.

Victoria, aos 11 de Julho de 1900

Vig. Pedro Benvenuto.

Recebeu em devida e  
prima supra.  
Victoria, 16 de Agosto 1900.

S. 11500  
Antonio Calullian  
Antonio Cardoso de Oliveira

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELionato DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL RODRIGO SARLO ANTONIO - TABELIAO E OFFICIAL PUBLICO  
Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400  
Avenida Nossa Senhora da Penha, 50 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500



**AUTENTICAÇÃO.** Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º-V Lei 8.935/94. Em Testemunho da verdade. Vitória-ES, 15/03/2019, 12:44:18.

Tainara Bertoni Martini - Escrevente  
Selo Digital: 024681.TYU1902.14405  
Emolumentos: R\$ 2,96 Encargos: R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86  
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br



mas retro in altitatem  
Victoria, 16 de Agosto 1912.

J. H. de Mello  
Antonio Candido de Mello



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS - CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E  
 TABELIÃO DE NOTAS DA ZONA DO JUIZ DE VÍTIÓRIA COMARCA DE CARIACI  
 Praça Costa Pereira 30, Centro - Vitória - ES - Tel.: (0xx27) 2124-9900  
 Avenida Nossa Senhora da Penha nº 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória - ES - Tel.: (0xx27) 2124-9900

**AUTENTICAÇÃO** Certifico que esta cópia e reprodução fiel do original autenticando-a nos termos do Art. 7º, V, Lei 8.935/94. Em Testemunho da verdade. Vitória-ES, 15/03/2015, 12:44:16.

Tainara Bertoni Martin - Escrevente  
 Selo Digital: 02460171U190214004  
 Emolumentos: R\$ 2,00 Encargos: R\$ 0,80 Total: R\$ 2,80  
 Consulte autenticidade em www.lhs.lus.br



Edital

Mons. Cardan de Olin,  
Official de la Comunidad  
Cidade de Victoria, en  
nombrado en forma  
de Lei, etc, etc.

Faço saber que futuramente  
caerá en Eugenio de  
Paço Calles, natural  
de Portugal, Brasileiro en  
presente, con tanto e  
pelo curso de idade, filho  
legítimo de Antonio José  
de Paço Calles, e Con-  
de de Maria Fencalves,  
de profesión Alfarate,  
e residente en esta cidade  
Portena, e Simão Joaquin  
Bastos, natural desta  
Cidade, con tanto e  
vay curso de idade,  
Portena, de profesión  
Comerciante, hijo legi-  
timo de Elizardo Be-  
drigues de Santos, e  
de Ana Victoria Bastos,  
residente en esta ciudad.  
Ambos en contratos  
apertados con documento  
de no haber entre ellos  
parentesco alguno e  
en posesion por su parte.



CARTÁRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIÃO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUZGO DE VOTOS. RODRIGO SARLO ANTONIO - TABELIÃO E OFICIAL

Preça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400 Avenida Nossa Senhora da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500

**AUTENTICAÇÃO** - Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º-V Lei 8.935/94. Em Testemunho da verdade. Vitória-ES, 15/03/2019. 12:44:22.

Tainara Bertoni Martini - Escrevente  
Selo Digital: 024661.TYU19102.14407

Emolumentos: R\$ 2,96 Encargos: R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86



Consulte autenticidade em [www.ties.jus.br](http://www.ties.jus.br)





Ex. mo. Sr. Dr. juiz de Direito e do  
casamento.

J. aos autos, deferido, p. a realigar  
o acto civil ás 4 1/2 horas de Tar-  
de no predio indicado.  
Vitoria, 10 de Setembro de 1910.  
Borralha

Eugenio de Souza Cal-  
das, advogado - se habilitado  
para substituir myrmis em  
a Sr. A. Joanna Carrer, re-  
quer a H. Ex.ª que se dignes  
de designar dia e hora para  
em lugar uma cerimonia, a  
qual deya se effectuare no  
dia 10 de corrente, ás 4 horas  
de tarde, em a residencia  
do Sr. João Carrer de Souza  
a rua Francisco Arago n.º 28  
desta cidade.

Assim  
I. deferimento

História 8 de Setembro de 1910  
Eugenio de Souza Caldas

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL

RODRIGO SARLO ANTONIO - TABELIÃO E OFICIAL

Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400  
Avenida Nossa Senhora da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500

**AUTENTICAÇÃO.** Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º-V Lei 8.935/94. Em Testemunho da verdade. Vitória-ES, 15/03/2019, 12:44:26.

Tainara Bertoni Martini - Escrevente  
Selo Digital: 024861.TYU1902.14409  
Emolumentos: R\$ 2,96 Encargos: R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86  
Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br



Certifico por decoro e por  
 a legal por a afixação  
 dos editais de proclamação  
 do Casamento civil de Eu-  
 geni de Souza Caldas e  
 D. Joana Barros, e não  
 tendo afixação em razão  
 que os Casamentos do mu-  
 nicip, com um conteúdo  
 por lei entre elles, por-  
 tando em impedimento d'isto que  
 podem ser declarados ex-offi-  
 cio, acham-se habilitados  
 para se unirem em ma-  
 trimônio sem com o outro  
 antes de fazer de unim-  
 to deis, e com este  
 data, de um dia fi...

Vitória, 8 de Setembro 1910..

Rodrigo Caldas de Sá  
 Oficial de Casamentos

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E  
 TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL  
 Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400  
 Avenida Nossa Senhora da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500

RODRIGO SARLO ANTONIO - TABELIÃO E OFICIAL



**AUTENTICAÇÃO.** Certifico que esta cópia é reprodução fiel do  
 original, autenticando-a nos termos do Art. 7º-V Lei 8.935/94. Em  
 Testemunho da verdade. Vitória-ES, 15/03/2019, 12:44:28.

Tainara Bertoni Martini - Escrevente  
 Selo Digital: 024681.TYU1902.14410  
 Emolumentos: R\$ 2,96 Encargos R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86  
 Consulte autenticidade em [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)

Cy.  
Mm. Sum. Oficial do Registro  
civil dos Caravanteiros desta Ca-  
pital.

Certifico em officio editil de  
proclamar, n' esta data.

Vitoria, 26 de Agosto 1910

Mm. Carlos do  
Official do Caravanteiros

Viz Eugenio de Souza Cal-  
das, que tendo justo e contra-  
ctado seu caravanteiro em  
d. Joanna Passos, e lizo para  
habilitar, os documentos jun-  
tos que são os exigidos por  
Lei.

Assim devotamente procla-  
mado, affixado, e mencionado  
editil de proclamar, e digno  
de passar o mencionado certifi-  
cado de habilitação para  
poder se realizar o seu ganta-  
do casamento.

Nestes termos  
P. deffirmado.

Vitoria 26 de Agosto de 1910.  
Eugenio de Souza Caldas

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E  
TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL RODRIGO SARLO ANTONIO - TABELIÃO E OFICIAL

Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400  
Avenida Nossa Senhora da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500



**AUTENTICAÇÃO.** Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º-V Lei 8.935/94. Em Testemunho da verdade. Vitória-ES, 15/08/2019 - 12:44:30.

Tainara Bertoni Martini - Escrevente  
Selo Digital: 024861.TYU1902.14411  
Emolumentos: R\$ 2,96 Encargos: R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86  
Consulte autenticidade em [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)





EXERCÍCIO DE 1910

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

N. 2132

Rs. 10000

A folhas... do livro de receita desta Repartição fica debitado ao actual Thesourairo abaixo assignado pela quantia de dez mil reis que pagou Oleguino de Jesus Caldas de custos pertencentes ao Sr. Jui Espindul do B. Ribeiro Jui de D. Diabo de 1º grau Pol. Capit. pelo concurso de mesmo Caldas com D. Francisco Casar, em favor qm de moçim. B. Cardoso.

E para constar extrahiu-se este conhecimento que vae assignado pelo referido Thesourairo.

Directoria de Finanças, em 10 de Setembro de 1910

O Thesoureiro,

[Signature of Thesoureiro]

O Escripturario,

[Signature of Escripturario]

586-00

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E TABELIONATO DE NOTAS DA 1ª ZONA DO JUÍZO DE VITÓRIA DA COMARCA DA CAPITAL. RODRIGO SARLO ANTONIO - TABELIÃO E OFFICIAL. Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400. Avenida Nossa Senhora da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500



AUTENTICAÇÃO. Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º-V Lei 8.935/94. Em Testemunho da verdade. Vitória-ES, 15/03/2019, 12:44:32.

Tainara Bertoni Martini - Escrevente. Selo Digital: 024881.TYU1902.14412. Emolumentos: R\$ 2,96 Encargos: R\$ 0,90 Total: R\$ 3,86. Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br

